

Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa

Equipamentos Municipais

Volume 3



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA



PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013

Ficha Técnica

Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa Volume 3 – Área Operacional Equipamentos Municipais

Presidente da CML

António Costa

Vereador da Mobilidade

Fernando Nunes da Silva

Equipa do Plano

Pedro Homem de Gouveia (Coordenador)

Pedro Alves Nave (Coordenador Adjunto)

Jorge Falcato Simões (Coordenador Adjunto)

Vanda Lopes, Sandra Moço, Carla Rosado, João Marques, Sara Rodrigues

Comissão de Acompanhamento do Plano

Ana Sofia Antunes (Coordenadora)

Colaboração na Área Operacional

Célia Mota, Nuno Belejo, Filipa Vedes (DGPE); Miguel Pacheco, Ana Rita Trindade, Abel Pereirinha, Hugo Crispim, Ana Gondar, Ana Bicho, Eduardo Reis, Júlio Reis, Bernardo Lencastre, Hugo Martins, Ana Filipa Brites, Inês Henriques, Luiza Costa, João Barbosa, José Rodrigues, Carlos Caetano, Graça Silva (DGPD); Jorge Ramos de Carvalho, Ana Sila Dias, Sofia Júdice Gordo, Laura Trindade (DPC); João Rodrigues, Artur Madeira, Fernanda Castiço, Carla Madureira, Paulo Marques, Alexandra Canha, Ana Craveiro, Eurídice Lopes, Paulo Lopes, Joaquim Reis, Maria Zeverino (DMAU/DAEP); Rui Pires (DMAU/DPP); João Martinho, Ezequiel Marinho, Maria José Gomes, Eulália Aderneira, Fernando Gomes, João Araújo (DGMEAS); Maria Luíza Martinez, Fernando Alves Santos, Filipe Alexandre Portugal, Tiago Gomes (DMF); Ana Paula Fernandes, Sara Gonçalves, Venília Santos, Helena Cereja (DGC); Nuno Maurício Dias, Luis Carvalho (DGU/DUCU); David Cunha (DDS/DCIS); Elsa Mendes (DMSI/DRM); Conceição Martins (DMHDS/DPH); Vanda Oliveira (DPCIVP); Manuel Silva (Polícia Municipal); Paulo Gomes (Proteção Civil); José Carlos Caetano (RSB); Joana Monteiro, Sara Bragança (DMPRGU/DGU); Rui Martins, Sandra Somsen, Sara Godinho (UIT Norte); Isabel Teles, Carla Mesquita, Carlos Santos, José Luís Ribeiro (UIT Oriental); João Sá Machado, Hugo Cândido, Ana Teresa Ribeiro, Rogério Gonçalves (UIT Ocidental); Leonor Pinto, Rui Simão (UIT Centro); Nuno Morais, Zulmira dos Santos, Teresa Sande (UIT Centro Histórico); Leonor Nória, Luís Tolda, Helena Antunes, Rui Silva, Luís Mendes, Tiago Cruz (DMMT); Cristina Rocha (GRI); Miguel Honrado, Sofia Pereira, Teresa Oliveira, (EGEAC); Maria José Lorena (Fundação Liga); Gillian Caldicott, Isabel Lopes (British Council); Brenda Puech (Centre for Accessible Environments); Maria Calado (FAUTL) Gabriela Carvalho (Escola Superior de Hotelaria e Turismo); Alexandra Gaspar (DGPC). SAMF, BioDesign, Ideias com Forma, ASM Arquitetos.

Imagens

Todos os desenhos técnicos, esquemas, ilustrações e fotos são da autoria do Núcleo de Acessibilidade Pedonal, salvo indicação em contrário.

Foto da Capa

Sara Rodrigues

Julho de 2013

Informações Adicionais sobre este volume:

nucleo.acessibilidade@cm-lisboa.pt

<http://acessibilidade.cm-lisboa.pt>

Índice

Parte I – Enquadramento	9
1. O Plano.....	11
2. A Acessibilidade	13
2.1. Pressupostos.....	13
2.2. Três vertentes.....	15
3. Equipamentos Municipais	19
3.1. A Rede.....	19
3.2. O Ângulo de Abordagem do Plano.....	20
3.3. As Exigências Legais	20
4. Metodologia	27
4.1. Auscultação	27
4.2. Inquérito Geral	27
4.3. Projetos Piloto	33
4.4. Ferramentas	34
Parte II – Questões Chave	41
5. Inquérito Geral.....	43
5.1. Percurso na Via Pública	43
5.2. Entradas	45
5.3. Circulação dentro dos edifícios	47
5.4. Instalações Sanitárias	49
5.5. Principais conclusões	50
6. Cultura	51
6.1. Museu da Cidade	51
6.2. Museu do Teatro Romano.....	54
6.3. Museu Rafael Bordalo Pinheiro.....	56
6.4. Biblioteca Municipal de Belém	58
6.5. Biblioteca Municipal da Penha de França.....	60
6.6. Arquivo Fotográfico	62
7. Mercados.....	65
7.1. Mercado da Encarnação Norte	65
7.2. Mercado da Encarnação Sul	67
7.3. Mercado de Campo de Ourique	69
7.4. Mercado do Forno do Tijolo	71
7.5. Mercado de Alvalade Norte	73
7.6. Mercado do Bairro de Santos.....	75
7.7. Mercado do Lumiar.....	77
8. Desporto	79

8.1.	Complexo Desportivo do Casal Vistoso	79
8.2.	Piscina Municipal de Alfama	81
9.	Parques e Jardins.....	83
9.1.	Estufa-fria de Lisboa.....	83
9.2.	Jardim Guerra Junqueiro.....	86
9.3.	Jardim Amália Rodrigues	88
10.	Cemitérios	89
10.1.	Cemitério do Alto de São João.....	89
10.2.	Cemitério dos Olivais – Lote A e B.....	91
10.3.	Cemitério dos Prazeres	92
10.4.	Cemitério de Benfica	93
10.5.	Cemitério da Ajuda	95
10.6.	Cemitério do Lumiar	97
11.	Escolas Básicas do 1º Ciclo	99
11.1.	Escola Básica Arco-íris.....	99
11.2.	Escola Básica Alice Vieira	100
11.3.	Escola Básica Infante D. Henrique.....	101
11.4.	Escola Básica Adriano Correia de Oliveira	102
11.5.	Escola Básica Bairro Madre Deus.....	103
11.6.	Escola Básica João dos Santos	104
11.7.	Escola Básica Manuel Teixeira Gomes.....	105
11.8.	Escola Básica Luíza Neto Jorge.....	106
11.9.	Escola Básica Lisboa n.º 195	107
11.10.	Escola Básica Natália Correia	108
11.11.	Escola Básica Lisboa n.º21	109
11.12.	Escola Básica Actor Vale	110
11.13.	Escola Básica n.º15.....	111
11.14.	Escola Básica do Castelo.....	112
11.15.	Escola Básica Bartolomeu de Gusmão (n.º72 de Lisboa)	113
11.16.	Escola Básica Vale de Alcântara	114
11.17.	Escola Básica Alto da Ajuda	115
11.18.	Escola Básica Luísa Ducla Soares	116
11.19.	Escola Básica São José.....	117
11.20.	Escola Básica Fernando Pessoa n.º1	118
11.21.	Escola Básica Santo António	119
11.22.	Escola Básica Lisboa n.º1	120
11.23.	Escola Básica O Leão de Arroios.....	121
11.24.	Escola Básica São Sebastião da Pedreira.....	122
11.25.	Jardim de Infância da Ameixoeira	123

11.26.	Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos	124
11.27.	Jardim de Infância n.º1 de Benfica.....	125
11.28.	Escola Básica Jorge Barradas	126
11.29.	Escola Básica Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles	127
11.30.	Escola Básica Professor José Salvado Sampaio	128
11.31.	Escola Básica Frei Luís de Sousa.....	129
11.32.	Escola Básica Ant�nio Nobre	130
12.	Serviços Municipais.....	131
12.1.	Os Ed�f�cios	131
12.2.	O Resultado.....	131
12.3.	Conclusão.....	132
13.	Castelo de São Jorge	133
13.1.	Importante pólo turístico	134
13.2.	O acesso ao Castelo	135
13.3.	A acessibilidade e mobilidade no Castelo.....	136
13.4.	Auditoria de Acesso Castelo de São Jorge.....	137
13.5.	Acesso ao Castelo.....	137
13.6.	Pavimentos no interior do recinto	138
13.7.	Circulação vertical – Correcção de declives demasiado acentuados.....	139
13.8.	Segurança	141
13.9.	Obstáculos diversos	141
13.10.	Conforto	142
13.11.	Orientação/ Sinalética	142
13.12.	O futuro poderá ser assim... ..	143
	Parte III – Ação.....	145
14.	Orientações Estratégicas	147
15.	Ações.....	149
	ANEXOS.....	155
	Anexo A – Indicadores de Execução	157
	Anexo B –Indicadores de Produção, Impacto e Contexto	159
	Anexo C – Tipologias de Ações do Plano	161
	Anexo D – Questionários do Inquérito Global.....	163

PARTE I – ENQUADRAMENTO

1. O Plano

A **missão** do Plano de Acessibilidade Pedonal é definir a melhor estratégia para a Câmara Municipal promover a acessibilidade em Lisboa, ao longo dos próximos quatro anos.

Para esse efeito, o Plano faz um **diagnóstico** global da situação e define as **orientações** e as **ações** consideradas mais adequadas, em função do seu impacto estratégico e da sua viabilidade.

Através da execução do Plano, a Câmara Municipal de Lisboa pretende atingir, no quadro das suas competências, **três objetivos**:

- **Prevenir a criação de novas barreiras;**
- **Promover a adaptação progressiva dos espaços e edifícios já existentes;**
- **Mobilizar a comunidade para a criação de uma cidade para todos.**

A prossecução destes objetivos permitirá à CML cumprir as suas **obrigações legais** em matéria de Acessibilidade, nomeadamente as que decorrem do DL 163/2006¹, da Lei 46/2006² e do Regulamento Municipal de Promoção da Acessibilidade e Mobilidade Pedonal³.

O Plano tem **quatro áreas operacionais**:

- Via Pública;
- Equipamentos Municipais;
- Articulação com a Rede de Transporte Público;
- Fiscalização de Particulares e Desafios Transversais.

Este volume é dedicado aos **Equipamentos Municipais**.

¹ Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, que define as normas técnicas de acessibilidade e as regras para a sua aplicação às edificações.

² Lei n.º 46/2006, que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência, classificando como prática discriminatória a recusa ou a limitação de acesso ao meio edificado.

³ Edital n.º 29/2004, de 7 de Junho.

Considerando que uma estratégia ambiciosa de pouco serve se não for viável ou eficaz, o trabalho de planeamento baseou-se, em todas as áreas operacionais, nos seguintes **pressupostos**⁴:

- Prazo de execução apertado (2013 a 2017)
- Focalização em questões-chave;
- Limitação do número de ações;
- Distinção entre coordenação e centralização;
- Capacitação⁵ dos serviços;
- Visibilidade;
- Investimento percentual.

Em cada área operacional do Plano colocam-se vários desafios. Por isso, foi necessário escolher, para cada área, um conjunto restrito de **questões-chave**, i.e., desafios que são indispensáveis e relativamente aos quais o Plano pode dar um contributo concreto. Foi nessas questões-chave que o trabalho de diagnóstico se focalizou⁶.

Para a área operacional Equipamentos Municipais foram definidas **8 questões-chave**⁷, abordadas individualmente na Parte II deste volume:

- Equipamentos Desportivos;
- Equipamentos Culturais;
- Mercados Municipais;
- Parques Urbanos e Jardins;
- Cemitérios;
- Edifícios de Serviços Municipais;
- Escolas Básicas do 1.º Ciclo;
- Castelo de São Jorge.

⁴ É feita uma descrição detalhada destes pressupostos no Volume I, Capítulo 1.

⁵ Capacitar significa “*tornar capaz*”. Traduz-se do inglês “*capacity-building*”, expressão geralmente usada em estratégias de desenvolvimento comunitário ou organizacional.

⁶ Um diagnóstico de 360º não seria o mais ajustado aos objetivos do Plano e aos meios que estavam disponíveis para o levar a cabo. De pouco serviria investir meios limitados e tempo escasso num levantamento exaustivo de necessidades às quais pouca ou nenhuma sequência se poderia dar. A opção pelas questões-chave permitiu, também, focalizar o diálogo e evitar a dispersão num processo que envolveu múltiplos serviços e empresas municipais, outras entidades públicas e privadas e vários cidadãos e organizações não-governamentais.

⁷ Entre algumas questões-chave existem áreas de sobreposição, que são naturais (porque há desafios que não são “compartimentáveis”) e não prejudicam o trabalho (porque a divisão em questões-chave serviu como ponto de partida para impulsionar o diagnóstico, e não como ponto de chegada para “arrumar” as ações).

2. A Acessibilidade

Acessibilidade significa "*facilidade de acesso*".

É uma palavra usada de forma corrente em vários domínios técnicos, e em cada um desses domínios recebe um sentido específico.

A luta contra a discriminação das Pessoas com Deficiência, um movimento histórico, de carácter internacional, conferiu-lhe o sentido que serve de base à elaboração do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa.

Assim, para os efeitos do Plano, a Acessibilidade é definida como ***a capacidade do meio edificado de proporcionar a todas as pessoas uma igual oportunidade de uso, de uma forma direta, imediata, permanente e o mais autónoma possível.***

2.1. Pressupostos

Esta definição implica o seguinte:

- ***A capacidade do meio edificado***

O que é justo esperar é que sejam as edificações a ir ao encontro das necessidades *dos utilizadores*, e não que sejam os utilizadores a sujeitar-se a desvantagens, perigos e problemas impostos pelas edificações, especialmente quando estas são construídas e mantidas com dinheiros públicos, para usufruto público.

- ***Todas as pessoas***

A segurança, funcionalidade e conforto no uso de espaços, bens e serviços interessa a todos os utilizadores, não apenas às pessoas com deficiência ou com mobilidade condicionada. A acessibilidade responde (pelo menos em parte) a necessidades relevantes para todos os utilizadores, de todas as idades e classes sociais, e de ambos os sexos.

A experiência demonstra, justamente, que edifícios acessíveis são, por regra, mais seguros, confortáveis e funcionais *para todos* os utilizadores, sem exceção.

O que nesta matéria diferencia as pessoas com deficiência é, tão só, a sua *vulnerabilidade* às barreiras (que automaticamente as colocam em situação de desvantagem) e, nessa medida, o *direito* (conferido por Lei) à proteção contra a discriminação decorrente da falta de acessibilidade.

- ***Igual oportunidade de uso***

As barreiras à acessibilidade são potenciais fatores de discriminação social, que acentuam preconceitos⁸ e criam condições propícias a práticas discriminatórias⁹.

O que está em causa, portanto, e antes de mais, é *igualdade de oportunidades*: a existência de barreiras num equipamento municipal coloca em situação de desvantagem os utilizadores (ou potenciais utilizadores) que não conseguem ultrapassar essas barreiras de forma autónoma (e que dessa forma ficam dependentes do apoio – e da disponibilidade – de terceiros, perdendo a sua autonomia).

Para além disso, é também a *oportunidade de uso*, propriamente dita, que tem de ser tida em conta. Por outras palavras, o que está em causa não é adaptar apenas os equipamentos que já são visitados ou utilizados por pessoas com deficiência, mas sim assegurar que a *oportunidade* de visitar é assegurada, na maior medida do possível, em *todos* os equipamentos.

- ***Direta, imediata, permanente***

O equipamento deve servir o visitante ou utilizador que precisa de acessibilidade de uma forma idêntica ou tão equivalente quanto possível à forma como serve os restantes visitantes. O acesso direto pressupõe que o visitante poderá contactar ou usufruir diretamente (ou seja, por si mesmo, sem ser através de terceiros) com os bens ou serviços disponíveis no equipamento¹⁰. O acesso imediato pressupõe que não lhe sejam impostas demoras que não são impostas aos restantes visitantes¹¹. E o acesso permanente pressupõe que todos os equipamentos e procedimentos de que depende a acessibilidade estão disponíveis e operacionais em todo o horário de funcionamento do equipamento, e não num horário menor¹².

⁸ Relativamente, por exemplo, àquilo que as pessoas com deficiência querem ou não querem, gostam ou não gostam, conseguem ou não conseguem fazer.

⁹ Em Portugal já se registaram casos em que a entrada de pessoas com deficiência motora em edifícios abertos ao público foi impedida com base no argumento de que a existência de barreiras as colocaria em perigo de queda, ou dificultaria a sua fuga em caso de incêndio. Nada na legislação vigente sustenta este entendimento, bem pelo contrário.

¹⁰ Por exemplo, aceder ao espaço de atendimento para não ser atendido “*por interposta pessoa*”, ou contactar diretamente com a exposição em vez de ouvir uma descrição por quem a viu.

¹¹ Por exemplo, deve ser tão fácil entrar na instalação sanitária (IS) acessível como nas restantes IS. O visitante que pretenda usar esta IS não deve ser obrigado a deslocar-se à portaria para pedir a chave e aguardar pela abertura da porta, se isso não for imposto também aos restantes visitantes.

¹² Por exemplo, se houver plataforma elevatória o seu funcionamento não pode ser condicionado à presença de funcionários especialmente habilitados que não estejam presentes durante todo o horário de funcionamento. Se for

- ***O mais autónoma possível***

O visitante deve poder efetuar, sem ajuda de terceiros, as operações para as quais tem condições pessoais – por exemplo, se tem condições pessoais para circular sozinho numa cadeira de rodas, então o equipamento deve assegurar-lhe a possibilidade de circular sozinho no seu interior. As barreiras à acessibilidade prejudicam a autonomia do visitante, e essa perda de autonomia gera, por regra, dois tipos de custo: a redução na qualidade do serviço prestado (e na satisfação do utilizador), e a obrigação de criar procedimentos de apoio ao visitante, para que este não fique em situação de desvantagem (esses procedimentos consomem sempre, à partida, recursos humanos).

2.2. Três vertentes

Nesta área operacional, importa reconhecer três vertentes:

- Em primeiro lugar, ***a acessibilidade física***, que depende da configuração das edificações (por exemplo, das características do pavimento, da altura dos ressaltos no piso, da inclinação das rampas, da largura livre das portas, das barras de apoio nas instalações sanitárias, da altura de interruptores e botões, etc.).
- Em segundo lugar, ***a acessibilidade à informação e a conteúdos***, que depende dos canais disponibilizados ao visitante para aceder à informação (por exemplo, os tipos de bilhetes e respetivos custos) e aos conteúdos (museológicos, por exemplo) presente no equipamento municipal.
- Em terceiro lugar, a acessibilidade assegurada pelos ***procedimentos operacionais*** de relação com o visitante (por exemplo, os processos de receção e atendimento, ou de apoio durante a visita para compensação de barreiras ou de integração em atividades, como aulas de natação ou visitas guiadas).

Todas estas vertentes são relevantes para a acessibilidade nos equipamentos municipais, todas se conjugam em benefício (ou prejuízo) da satisfação do utente e da qualidade do serviço prestado pela CML.

Sendo importante, aliás, notar que nalgumas situações a persistência de algumas barreiras físicas pode ser minimizada ou compensada (parcialmente) por ajustamentos ao nível dos procedimentos operacionais ou das estratégias de acesso a conteúdos.

Os séniores

“Museus e Público Sénior em Portugal: perceções, utilizações, recomendações”

GAM

Importância da acessibilidade nas suas diferentes vertentes: do espaço físico, dos textos, da facilidade de compreensão, do conforto do espaço (congestionamento, do atendimento do pessoal)

6. Acessibilidades e serviços

Os seniores queixam-se da falta de sinalização no exterior dos edifícios.

Ainda no exterior, sentem a falta de rampas, mas, como são levados pelas universidades e se deslocam sobretudo em grupo, a sua maior preocupação é a distância a que as camionetas que os transportam ficam da entrada do museu.

A maioria das pessoas que visita individualmente desloca-se de carro e de transportes públicos, o que poderá tornar necessário para alguns museus estudarem com atenção melhorarem as questões ligadas ao estacionamento, assim como à distância das paragens dos transportes públicos e da acessibilidade do percurso até ao museu.

No interior, os seniores fazem sobretudo referência à falta de zonas de descanso, modernas e confortáveis. Também referem dificuldades de acesso às casas de banho quando estas são distantes.

A falta de cadeiras de rodas requisitáveis na maioria dos museus (cuja existência constitui uma obrigação legal) deverá ser colmatada com urgência.

A falta de casas de banho para deficientes em 39% dos museus inquiridos, que constitui igualmente uma obrigação legal, deverá também ser solucionada com a maior brevidade.

Quanto à posição dos objetos e o tamanho da letra de legendas e textos, os seniores são críticos, sobretudo quando colocado fora do seu alcance visual e quando as letras são demasiado pequenas.

É curioso que, apesar dos seniores se queixarem da dificuldade de acesso aos conteúdos (pela inadequação do tamanho da letra, dos contrastes, do posicionamento dos textos e dos objetos, da iluminação e da linguagem), o que a experiência empírica também vem confirmar, os museus consideram que cumprem em grande parte estes requisitos.

Dito isto, para a maioria dos diretores / responsáveis de museus que foram entrevistados, a acessibilidade está associada à mobilidade. Apenas um entrevistado se referiu por iniciativa própria a outras questões, como o tamanho de letra, os contrastes, o posicionamento dos objetos e das legendas, a linguagem usada nas mesmas, etc.

Os seniores preferem conteúdos com linguagem acessível. Esta posição é sobretudo sentida quando se faz referência aos museus do passado como “museus para intelectuais”.

No caso concreto da acessibilidade da linguagem, é importante referir que num determinado museu, enquanto o seu diretor reagiu com veemência ao que considerou ser uma sugestão de infantilização e banalização dos conteúdos, os seniores que participaram no focus group realizado nesse mesmo museu, e que estavam entre os que tinham qualificações literárias mais altas, queixaram-se da dificuldade em entender a linguagem usada pelo museu nos suportes de texto.

As pessoas que acolhem o público sénior nos museus (tanto na receção, como por parte dos serviços educativos) deverão ter uma preparação adequada para os receber com o devido respeito e para poderem dar resposta às suas necessidades.

Ainda que se queixem do posicionamento errado de legendas e textos e dos problemas de legibilidade dos mesmos, assim como da não existência de corrimãos e de elevadores, é na figura do guia que se concentram e é dele/dela que mais esperam na sua antecipação de uma experiência bem sucedida.

Os seniores valorizam as visitas guiadas, onde são descritos os objectos e as temáticas que lhes estão associadas de forma clara, interactiva (recusam a visita “papagueada”) e empenhada.

O guia deverá ser adequadamente preparado para adaptar a linguagem e o conteúdo da mesma às necessidades (cognitivas e físicas) e interesses do grupo.

Os visitantes seniores são sensíveis a ambientes muito congestionados, a visitas guiadas em que os próprios visitantes sejam elementos perturbadores. Estas características apontam para a necessidade deste público ter o seu tempo e espaço próprios.

Gostam que os museus tenham lojas onde possam adquirir catálogos ou outros itens que lhes permitem transmitir a experiência a outras pessoas (familiares, amigos/as).

Propõem horários mais alargados e a abertura dos museus aos domingos e aos fins-de-semana.

3. Equipamentos Municipais

3.1. A Rede

Os equipamentos municipais são indispensáveis para a concretização de vários direitos constitucionais e para o acesso a bens e serviços básicos.

Através de uma rede que integra dezenas de equipamentos, todos os dias a CML proporciona, a milhares de munícipes, **oportunidades** para aceder ao Desporto, à Cultura e ao Património, à Educação e a Serviços Públicos, e para adquirir bens alimentares de primeira necessidade, contactar com a Natureza ou recordar seus entes queridos.

A rede de equipamentos municipais tem, por isso, um **papel central** na missão da CML.

Esta rede integra vários tipos de equipamentos, destacando-se:

- **Equipamentos Culturais**
Vários edifícios, incluindo museus, bibliotecas, arquivos e galerias;
- **Mercados**
30 Edifícios onde os munícipes se abastecem de frutas, legumes, carne, peixe, flores...
- **Equipamentos Desportivos**
Vários equipamentos, nomeadamente 9 Piscinas (Alfama, Ameixoeira, Boavista, Casal Vistoso, Oriente, Penha de França, Rego, Restelo, Vale Fundão) e 4 Complexos Desportivos (Alto do Lumiar, Boavista, Casal Vistoso e São João de Brito);
- **Parques Urbanos e Jardins**
Inúmeros espaços, incluindo, por exemplo, a Estufa Fria de Lisboa, os Jardins Guerra Junqueiro (da Estrela) e Amália Rodrigues, os Parques da Bela Vista e das Conchas;
- **Cemitérios**
Um total de 7 Cemitérios municipais, no Alto de São João, Ajuda, Benfica, Carnide, Lumiar, Olivais e Prazeres;
- **Escolas Básicas do 1.º Ciclo**
No ano letivo 2012/2013, uma oferta pública de 91 estabelecimentos com 1.º ciclo do ensino básico;
- **Edifícios de Serviços Municipais**
As sedes dos órgãos do Município (Paços do Concelho, Assembleia Municipal) bem como os muitos espaços onde estão instalados os serviços municipais, nomeadamente aqueles onde decorre o atendimento de munícipes (por ex., Edifício Central do Campo Grande).

3.2. O Ângulo de Abordagem do Plano

Já se referiu que a acessibilidade a um equipamento depende essencialmente da acessibilidade física, da acessibilidade à informação e a conteúdos, e dos procedimentos operacionais, vertente em que se inclui a relação com o utilizador.

Todas estas vertentes são relevantes para a satisfação dos utilizadores, para a concretização dos seus direitos e para o cumprimento dos deveres legais da CML.

No seu conjunto estas vertentes configuram, todavia, um ângulo de abordagem muito amplo. Seria possível assumir essa amplitude com este Plano, mas só com prejuízo do seu detalhe e da sua eficácia. Foi necessário, portanto, definir **prioridades** para a abordagem do Plano.

E optou-se pela concentração de esforços na **acessibilidade física**.

Deve notar-se que a opção tomada **não significa** que esta vertente seja a mais importante do ponto de vista **funcional**: por exemplo, para uma pessoa com deficiência visual que visita um museu, é mais importante aceder aos conteúdos do que dispor de uma rampa.

Também não significa que esta vertente seja a mais importante do ponto de vista **legal**: o que decorre da Lei é a obrigatoriedade de assegurar a igualdade de oportunidades e de prevenir situações de desvantagem, e falhas em qualquer uma das vertentes enunciadas pode gerar desigualdades *de facto*.

O que daqui decorre deve ser expresso com toda a clareza:

- Os diagnósticos efetuados no âmbito do Plano e as soluções aqui propostas **não esgotam as obrigações da CML** em matéria de Acessibilidade (no seu sentido amplo);
- Para além do trabalho que é necessário desenvolver na vertente da acessibilidade física, é essencial que os serviços que gerem equipamentos municipais desenvolvam esforços concretos para obter melhorias nas outras duas vertentes enunciadas acima. Esta recomendação também se aplica às Juntas de Freguesia que vierem a assumir a gestão de equipamentos municipais.

3.3. As Exigências Legais

No quadro da legislação portuguesa, tem vindo a ser clarificada e reforçada a relação entre as normas técnicas de acessibilidade (normas construtivas) e os **direitos constitucionais**, através de um conjunto de alterações jurídicas de grande importância.

Noutra parte da Proposta Global de Plano¹³ essa ligação é abordada em maior detalhe.

Bastará, aqui, referir que as exigências legais aplicáveis à rede de equipamentos municipais em matéria de Acessibilidade decorrem, essencialmente, da Lei 46/2006 e do DL 163/2006.

3.3.1. Lei Anti Discriminação

A **Lei 46/2006**¹⁴ proíbe e pune a discriminação com base na Deficiência.

Esta lei define¹⁵ como:

- **Discriminação direta** “a que ocorre sempre que uma pessoa com deficiência seja objeto de um tratamento menos favorável que aquele que é, tenha sido ou venha a ser dado a outra pessoa em situação comparável”;
- **Discriminação indireta** “a que ocorre sempre que uma disposição, critério ou prática aparentemente neutra seja suscetível de colocar pessoas com deficiência numa posição de desvantagem comparativamente com outras pessoas”.

Classifica como **práticas discriminatórias** as “ações ou omissões dolosas ou negligentes, que, em razão da deficiência, violem o princípio da igualdade”.

Destacam-se, pela sua relevância especial para a CML nesta área operacional, as seguintes:

- A recusa de fornecimento ou o impedimento de **fuição de bens e serviços**;
- A recusa ou a limitação de **acesso ao meio edificado**;
- A recusa ou a limitação de acesso a **estabelecimentos de ensino**;
- A adoção de **prática ou medida** por parte de qualquer empresa, entidade, órgão, serviço, funcionário ou agente da autarquia que condicione ou limite a prática do exercício de qualquer direito.

¹³ Cf. Volume 1, Objetivos e Enquadramento, Capítulo 4, Enquadramento Jurídico

¹⁴ Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto

¹⁵ Cf. artigo 3.º, al. a) e b).

Como se poderá facilmente verificar, esta definição ampla interpela de forma direta várias redes de equipamentos e, nos serviços que as projetam, constroem, gerem e operam, vários tipos de responsabilidade e funções.

3.3.2. Acessibilidade Física

Nesta vertente, as exigências decorrem, na sua quase totalidade, do **Decreto-Lei n.º 163/2006**¹⁶, que definiu, a nível nacional, as normas técnicas de acessibilidade e as regras para a sua aplicação a vários tipos de edificação, nomeadamente aos equipamentos coletivos e a edifícios públicos

Entre as suas **disposições**, destacam-se as seguintes:

- Aplica-se tanto aos equipamentos e edifícios já existentes como aos equipamentos e edifícios; aos existentes é dado um **prazo para adaptação**, que termina, o mais tardar, em 2017; e os futuros só poderão ser construídos se cumprirem, na íntegra, e de raiz, todas as normas aplicáveis¹⁷;
- A eliminação das barreiras nos equipamentos e edifícios existentes não deve **“esperar”** pelo fim do prazo, i.e., devem **aproveitar-se as obras** que entretanto sejam realizadas para efetuar as correções que no seu âmbito sejam possíveis;
- A adaptação **não é exigível** se as obras necessárias à sua execução forem desproporcionadamente difíceis ou dependerem de meios económico-financeiros desproporcionados ou não disponíveis¹⁸, ou se afetarem sensivelmente o património cultural ou histórico¹⁹;
- A abertura de **exceções** é feita norma a norma²⁰, cabendo à CML fundamentar, decidir, registar e disponibilizar para consulta pública os fundamentos e as decisões²¹;

¹⁶ Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto

¹⁷ Esta intenção do legislador é expressa de forma muito clara no preâmbulo, onde se refere que o diploma visa *“evitar a entrada de novas edificações não acessíveis no parque edificado português”*.

¹⁸ Esta indisponibilidade não deve ser entendida em sentido pontual mas estrutural, i.e., uma entidade como a CML, que tem receitas próprias, pode argumentar que não tem meios para realizar todas as alterações no prazo definido pelo decreto, mas está obrigada, mas deverá programar no tempo e nos seus planos plurianuais de investimento as intervenções tecnicamente exequíveis.

¹⁹ Esta *“proteção”* incide apenas sobre as edificações classificadas ou em vias de classificação, i.e., relativamente às quais existe um reconhecimento formal e uma intenção expressa de salvaguarda, já regulamentada ou em processo de o ser. A aplicação das normas técnicas de acessibilidade a estas edificações é avaliada caso a caso e adaptada às características específicas da edificação em causa, ficando a sua aprovação dependente de parecer favorável do IGESPAR.

²⁰ Por outras palavras, o incumprimento de uma norma não justifica, por si só, o incumprimento de outras normas (cf. artigo 10.º, n.º 5).

²¹ Num Relatório Anual a disponibilizar *on-line* a e enviar para efeitos de registo à Administração Central, e recomendavelmente, também, em local próprio no sítio de Internet da CML.

- A **sociedade civil** pode contribuir para uma fiscalização mais eficaz, uma vez que lhe são conferidos o direito à informação e o direito de ação, os quais permitem, por exemplo, às organizações não-governamentais da área da Deficiência consultar processos abrangidos pelo diploma (por ex., processos de obra municipal), e propor e intervir em quaisquer ações (jurídicas ou outras) relativas ao incumprimento das normas técnicas de acessibilidade.

Introdução

A acessibilidade é entendida na Fundação LIGA como a possibilidade de fruição de um espaço que pode ser físico, da comunicação, dos equipamentos, mas também do sentir, do saber e do conhecimento. A acessibilidade é um conceito que se relaciona com os valores próprios de uma sociedade justa e evoluída. Projectar o ambiente com condições de acessibilidade é um pressuposto para a igualdade de oportunidades na participação em actividades económicas, sociais, culturais, de lazer e recreativas, e no acesso, utilização e compreensão do meio envolvente à diversidade dos cidadãos.

O Projecto “Acessibilidades nas bibliotecas do Concelho de Lisboa”, financiado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação – INR em parceria com Câmara Municipal de Lisboa (CML) e com o Instituto Superior Técnico (IST), teve por objetivo identificar as condições de acessibilidade nas bibliotecas de Lisboa e elaborar recomendações para a melhoria dos acessos. As recomendações e boas práticas de Acessibilidades devem considerar a diversidade humana que utiliza as bibliotecas, incluindo todos aqueles que experimentam ao longo da vida “alterações da sua funcionalidade”. Esta expressão contempla as pessoas portadoras de deficiência, com mobilidade, comunicação e orientação condicionada [permanente ou temporária], ou ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como são exemplo as grávidas, os idosos e os acompanhantes de crianças de colo.

No projeto, foram consideradas 15 bibliotecas do Concelho de Lisboa, designadamente a Rede de Bibliotecas Municipais que contempla a Biblioteca Municipal de Belém, a Biblioteca Municipal David Mourão - Ferreira, a Hemeroteca Municipal, a Biblioteca Municipal Maria Keil, a Biblioteca Municipal dos Olivais, a Biblioteca Municipal Penha de França, a Biblioteca Quiosque Jardim da Estrela, a Biblioteca-Museu República e Resistência, a Biblioteca Municipal S. Lázaro, a Biblioteca por Timor, a Biblioteca Municipal Camões, a Biblioteca Municipal dos Coruchéus, a Biblioteca Municipal Natália Correia, a Biblioteca Municipal Palácio Galveias, a Biblioteca Municipal Natália Correia, a Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro.

1. Metodologia

No campo do levantamento de informação e observações relativas às condições de acessibilidades foram desenvolvidas e aplicadas grelhas de avaliação nos domínios físico, comunicacional, de equipamentos e assistência personalizada. Neste levantamento foram fundamentais os testemunhos dos cidadãos utilizadores destes equipamentos que, através de questionários de opinião, transmitiram a experiência de quem se confronta com as contrariedades no terreno.

2. Diagnóstico

As condições de acessibilidade que actualmente as bibliotecas apresentam, permitem verificar ainda algumas lacunas no **domínio físico**, na ausência de estacionamento para veículos destinados a pessoas com alteração da funcionalidade, a inexistência, na maioria dos casos, de meios mecânicos de elevação e as difíceis condições dos revestimentos dos pavimentos, designadamente em calçada no exterior e em alcatifa no interior assim como a presença de ressaltos e desníveis.

No **domínio comunicacional** ainda existem dificuldades na implementação de um sistema de comunicação que desempenhe as funções de identificar, orientar e regular a utilização, em comunidade. A avaliação no **domínio de equipamentos** permitiu identificar o desajustamento no que se refere às alturas a que se encontram os balcões de atendimento ao público e as alturas das estantes que tornam o acesso proibitivo a um número significativo de utilizadores. As mesas e cadeiras são, por vezes, desajustadas à diversidade dos utilizadores.

O **domínio da assistência personalizada** surge, como um serviço de apoio individualizado. A habilitação dos profissionais que prestam este apoio em áreas da diversidade e da funcionalidade humana é uma prioridade para um serviço que se pretende de excelência.



3. Resultados

O projeto permitiu identificar os problemas e desafios da acessibilidade que envolvem o público nos acessos do exterior para o interior das bibliotecas, automóvel e pedonal, e nos acessos interiores aos espaços públicos das bibliotecas.

A informação recolhida nas 15 bibliotecas permitiu executar um desdobrável "Recomendações Gerais para a implementação de Boas Práticas de Acessibilidade nas Bibliotecas" aplicável a qualquer biblioteca, bem como elaborar um "Relatório de Recomendações" com propostas específicas para os espaços avaliados.

Esteve sempre presente a intenção de sensibilizar os diferentes intervenientes (público, responsáveis pelas bibliotecas e coordenadores de serviços) para a importância da implementação de boas práticas nos vários domínios da acessibilidade.

4. Conclusão

O valor arquitectónico de uma parte significativa dos equipamentos da Rede das Bibliotecas Municipais de Lisboa, exigem um cuidado acrescido na sua avaliação, de modo a garantir a manutenção das suas características espaciais e construtivas, que contribuem para a sobriedade da solução.

Constata-se que as condições de acessibilidade estão ainda por resolver na maioria das bibliotecas analisadas e que esta realidade compromete a utilização das bibliotecas de forma autónoma. Na elaboração das recomendações de acessibilidade, foram considerados os testemunhos referidos, a experiência institucional das entidades envolvidas e a legislação em vigor (decreto-lei 163/2006 de 8 de Agosto).

Para além do forte compromisso da Câmara Municipal de Lisboa em minimizar os problemas existentes com obras de recuperação previstas para algumas bibliotecas, destaca-se o forte empenho dos colaboradores das bibliotecas municipais em assistir todas as pessoas com alteração da sua funcionalidade. Prevê-se com a melhoria das condições de acesso às bibliotecas, o aumento significativo do número de visitantes de Lisboa em geral e dos munícipes desta cidade em particular qualquer que sejam as suas condições de funcionalidade.

Equipa do Projeto:

Fundação LIGA | Margarida Fragoso, Maria José lorena, Inês Barrisco, Ana Novo e Rita Nobre de Carvalho

Instituto Superior Técnico | Alexandra Nave Alegre

Câmara Municipal de Lisboa | Pelouro da Cultura e Pelouro da Mobilidade

Fundação LIGA | Maria José Lorena | Março 2013

4. Metodologia

O desenvolvimento do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa seguiu as orientações definidas na Deliberação n.º 566/CM/2009, em que a Vereação determinou a elaboração do Plano e aprovou a respetiva metodologia.

No quadro das competências que lhe foram atribuídas, e para programar e conduzir os trabalhos de planeamento, a Equipa do Plano definiu algumas orientações complementares.

A metodologia seguida nas várias áreas operacionais do Plano (incluindo nesta) é explicada em detalhe noutra parte da proposta de Plano²².

Neste capítulo apresentam-se os passos considerados mais relevantes para o desenvolvimento do trabalho na área operacional Equipamentos Municipais.

4.1. Auscultação

A auscultação dos utilizadores dos equipamentos municipais, e dos vários responsáveis pela sua gestão e qualificação, foi desenvolvida em duas vertentes:

- Uma vertente formal, concretizada através de uma sessão alargada²³ que reuniu a Comissão de Acompanhamento e o Painel Consultivo do Plano;
- Uma vertente **informal**, concretizada através de inúmeros contactos com munícipes e técnicos municipais, nalguns casos com registo (gravado) de depoimentos.

4.2. Inquérito Geral

Considerou-se indispensável obter informação rigorosa e atualizada e sobre as condições de acessibilidade nos equipamentos municipais.

Para esse efeito, e considerando o tempo e os recursos humanos e financeiros disponíveis, optou-se por realizar um **inquérito geral**, aplicado a uma amostra da rede de equipamentos municipais.

²² Cf. volume 1, capítulo 3.

²³ Reunião de meio-dia ou dia inteiro, com 15 a 40 participantes. Abordagem de uma ou mais questões-chave. São constituídos grupos de trabalhos mistos, i.e., em cada grupo há membros internos e externos à CML. Os grupos são convidados a fornecer dados qualitativos de diagnóstico (por ex., a distância entre a situação actual e a situação possível em 2017, potencialidades e constrangimentos, etc.) e propostas de acção. A Equipa do Plano assume um papel de facilitadora, gerindo um processo previamente estruturado.

O **objetivo** do inquérito foi obter uma visão geral das condições de acessibilidade na rede de equipamentos municipais.

A amostra incluiu seis **tipos de equipamento**:

- Equipamentos desportivos (piscinas, polidesportivos, pistas de atletismo);
- Equipamentos culturais (museus, bibliotecas, arquivos);
- Mercados Municipais;
- Parques Urbanos e Jardins;
- Cemitérios;
- Edifícios de Serviços Municipais (onde se efetua atendimento ao público).

Foram selecionados para a amostra, no total, 96 equipamentos. A seleção foi feita pelos serviços que asseguram o funcionamento de cada tipo de equipamento²⁴.

No Quadro 1 expõe-se a composição da amostra.

Tipo	Qtd.
Equipamentos Desportivos	22
Equipamentos Culturais	18
Mercados Municipais	22
Parques Urbanos e Jardins	10
Cemitérios	9
Edifícios de Serviços Municipais	15
Total	96

Quadro 1 - Composição da Amostra

²⁴ Não foram abrangidos equipamentos confiados à gestão de entidades externas à CML, e no caso dos edifícios municipais, o serviço que os selecionou para amostra e que lhes aplicou o inquérito assegura a sua manutenção, não necessariamente o seu funcionamento.

Para recolha dos dados aplicou-se um **questionário**.

Este instrumento foi concebido pela Equipa do Plano, que também assegurou a recolha, tratamento e análise dos dados.

Os **trabalhos de campo** (i.e., a aplicação do questionário aos equipamentos) foram levados a cabo por técnicos indicados pelos diferentes serviços com edifícios abrangidos²⁵, que foram previamente preparados para o efeito pela Equipa do Plano²⁶.

Deve referir-se, neste ponto, que o recurso a questionário implica algumas **limitações**²⁷:

- **Detalhe na caracterização**

Mais dados não implicam necessariamente melhor informação. Na construção de um questionário importa sempre equilibrar o volume de dados necessários com os recursos (tempo, meios humanos) disponíveis para fazer face ao volume da amostra, quer na fase da recolha de dados, quer na fase do seu tratamento e análise. O questionário foi concebido de forma a consumir um tempo razoável mas não excessivo (1,5 horas como máximo) aos técnicos encarregues do trabalho de campo. Tornar o trabalho mais longo iria levar à redução da amostra. Esta condição prévia limitou o volume de dados a recolher. As normas técnicas de acessibilidade do DL 163/2006 integram várias dezenas de especificações aplicáveis aos equipamentos municipais, e não seria possível verificar a conformidade com todas. Optou-se por seleccionar alguns fatores críticos²⁸.

²⁵ Departamento de Desporto (equipamentos desportivos), Departamento de Património Cultural (equipamentos culturais), Divisão de Mercados e Feiras (mercados), Departamento de Ambiente e Espaço Público (parques urbanos e jardins), Divisão de Gestão Cemiterial (cemitérios), Divisão de Gestão e Manutenção de Edifícios e Apoio aos Serviços (edifícios de serviços municipais). A todos é devido público reconhecimento.

²⁶ A preparação dos técnicos teve dois momentos: uma primeira sessão de informação, com a duração de três horas; e uma disponibilidade permanente para esclarecer dúvidas, através de e-mail ou contato telefónico. A sessão de preparação dos técnicos da Divisão de Gestão e Manutenção de Edifícios e Apoio aos Serviços teve lugar numa data posterior, e uma duração inferior, mas a mesma disponibilidade para esclarecimento de dúvidas. Não foram manifestadas dificuldades pelos técnicos, e no tratamento dos dados não foram detetados problemas compatíveis com a impreparação dos inquiridores.

²⁷ Por condição crítica deve entender-se condição indispensável, cuja criação pode envolver trabalhos e custos consideráveis. Não quer dizer que essa condição seja, só por si, suficiente.

²⁸ Por fator crítico deve entender-se condição indispensável, cuja criação pode envolver trabalhos e custos consideráveis. Não quer dizer que essa condição seja, só por si, suficiente.

- **Variedade de configurações físicas**

As edificações que acolhem equipamentos municipais podem variar substancialmente entre si, por exemplo, ao nível da área do lote, da área de construção, da configuração da rede de percursos acessíveis ou da estrutura da entrada. Esta diversidade teve de ser sintetizada num conjunto restrito de variáveis (ver abaixo, por exemplo, as configurações tipo A, B e C), de forma a ser possível tabular totais e comparar dados, no conjunto da amostra e mesmo dentro dos diferentes tipos equipamentos.

- **Estimativa de custos**

Em acessibilidade (e não só), o custo de obra não depende do problema, mas da solução escolhida para o resolver. Isto implica que uma estimativa de custos fiável se deve basear na forma de eliminar as barreiras e não nas barreiras propriamente ditas. Deve notar-se, portanto, que este questionário deteta desconformidades, mas não aponta soluções, e que nessa medida não constitui uma base fiável para estimativa de custos de adaptação²⁹.

Apesar destas limitações, considerou-se o questionário o instrumento **mais ajustado**:

- Aos objetivos do inquérito, que era obter uma visão geral, com dados quantitativos e comparáveis, sobre um conjunto de fatores críticos numa amostra alargada da rede municipal;
- Ao tempo e aos recursos disponíveis, porque viabilizou a participação ativa de diversos serviços municipais, tornando dessa forma desnecessário o recurso a técnicos com conhecimentos específicos em acessibilidade, o que permitiu obter uma quantidade de informação considerável num reduzido período de tempo.

O questionário foi construído com base na legislação existente, nomeadamente nas **normas técnicas de acessibilidade** definidas pelo DL 163/2006.

O questionário integrou **três componentes**:

- **Coordenadas**

Instruções de preenchimento, identificação do inquiridor, coordenadas (nome, localização, contatos) e informações básicas (horário de

²⁹ E deve sublinhar-se que nunca foi esse o seu objetivo.

funcionamento, data de abertura ao público, ano de construção, propriedade, programação de obras de alteração, número médio estimado de utilizadores ou visitantes por mês, atividades e serviços prestados).

- **Rede de Percursos Acessíveis**

Todas as questões aplicáveis à rede de que os equipamentos municipais devem disponibilizar aos utilizadores ou visitantes, composta pelos espaços e pelo percurso que os liga. Incluindo: percurso na via pública (paragem de autocarro / equipamento), estacionamento reservado para pessoas com deficiência, acesso e entrada nos lotes/recintos, percurso da entrada dos lotes à entrada nos edifícios, acesso e entrada nos edifícios, circulação vertical nos edifícios, circulação horizontal nos edifícios, instalações sanitárias.

- **Anexo (eventual)**

Considerando que os teatros, os museus e os recintos desportivos têm requisitos muito específicos em termos de acessibilidade que importava conhecer, nesses equipamentos também se aplicou um de três anexos: Salas de Espetáculo/Teatros (anexo 1), Museus (anexo 2) ou Recintos desportivos (anexo 3).

A diversidade de configurações dos equipamentos levou, por fim, ao desenvolvimento de três modelos de questionário, diferentes entre si apenas no tocante ao seu tipo de implantação, e às implicações que essa implantação tem em termos de acesso ao equipamento.

A entrada foi portanto, o ponto que distinguiu os três modelos de questionário (A, B e C).

O **Questionário A** (ver figura 1, abaixo) foi aplicado a equipamentos constituídos por um ou mais edifícios ou espaços de utilização pública que não confrontam diretamente com a via pública e que estão integrados num espaço exterior com limites definidos (por ex., cemitérios ou parques e Jardins).

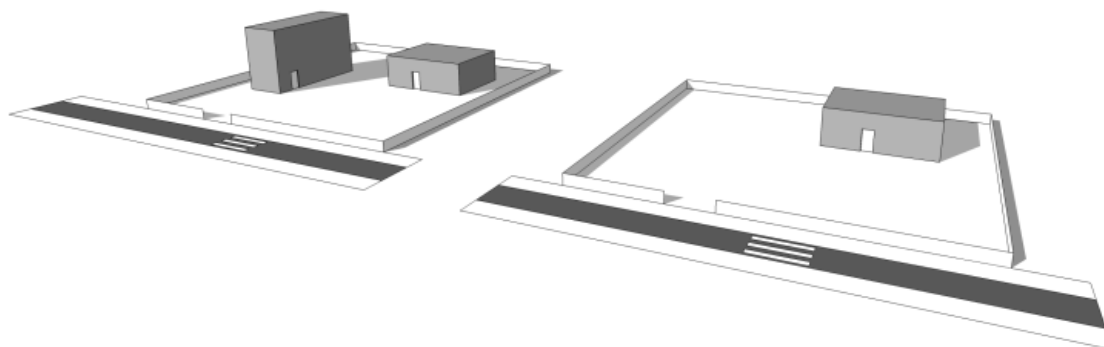


Figura 1 - Tipo de equipamento para o Questionário A

O **Questionário B** (ver figura 2, abaixo) foi aplicado a equipamentos que ocupam a totalidade ou parte de um edifício, constituído por um espaço circunscrito que tem ligação direta com a via pública (por ex., Teatro Maria Matos ou Mercado de Campo de Ourique).

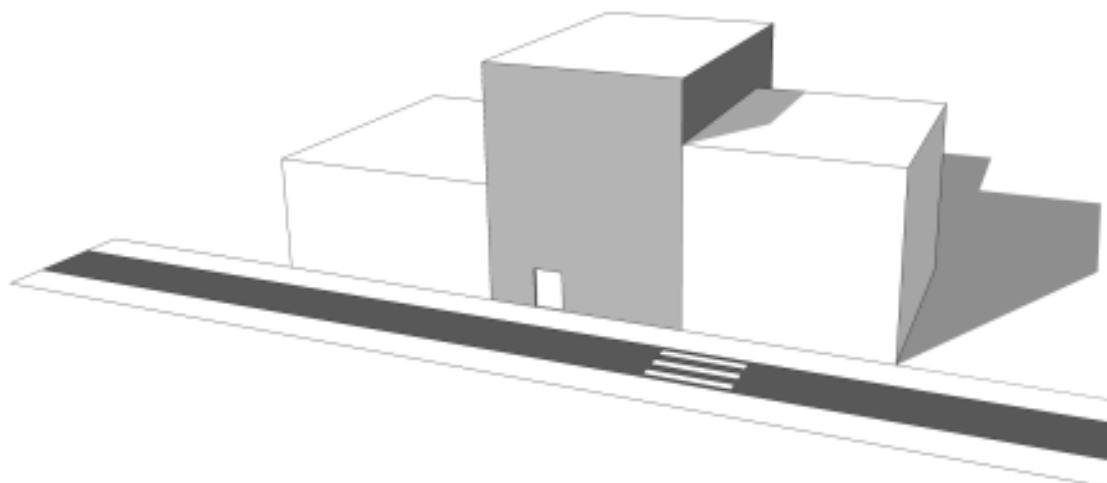


Figura 2 - Tipo de equipamento para o Questionário B

O **Questionário C** (ver figura 3 , abaixo) foi aplicado a equipamentos que ocupam parte de um edifício e não comunicam diretamente com a via pública. O acesso ao equipamento faz-se através de espaços comuns do edifício (por ex., Piscina de Alfama).

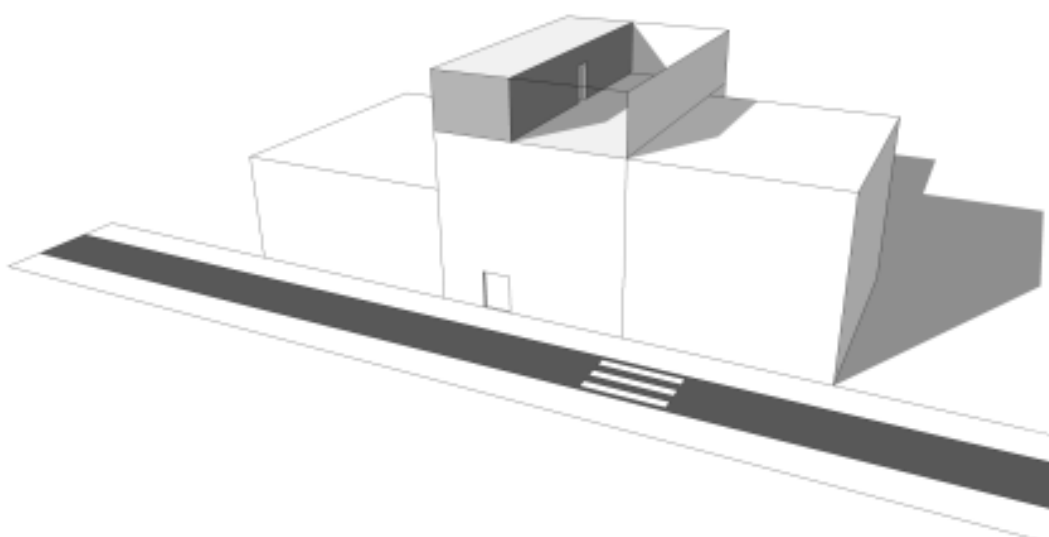


Figura 3 - Tipo de equipamento para o Questionário C

4.3. Projetos Piloto³⁰

Todos os projetos piloto desenvolvidos nesta área operacional tiveram por missão servir de base à **programação** do Plano.

A adaptação da rede de equipamentos terá de ser sempre **progressiva**. Esta progressividade implicará intervenções espaçadas no tempo, que tanto poderão ser:

- **Integrais**, i.e., intervenções que implementam, na mesma ocasião, todas ou quase todas as soluções, geralmente de uma obra especificamente dedicada à promoção da acessibilidade; ou
- **Parcial**, i.e., intervenções que implementam parte das soluções previstas, eventualmente no quadro de outras intervenções que não se esgotam na acessibilidade.

Ambos estes tipos de intervenção são úteis, e devem assegurar-se as condições necessárias à sua viabilidade. É muito importante que os serviços aos quais cabe promover a adaptação de cada tipo de equipamento possam dispor de opções.

É indispensável **saber**, para esse efeito, quais são, relativamente a cada equipamento individual:

- As barreiras existentes;
- As soluções mais adequadas a cada barreira;
- As barreiras cuja eliminação implica obras que, sendo desproporcionadamente difíceis, dispendiosas ou prejudiciais para os valores patrimoniais, não sejam exigíveis nos termos do DL 163/2006³¹;
- O tipo de trabalhos que cada solução implica;
- Os respetivos custos, tanto parciais (trabalho a trabalho) como totais.

Para obter este grau de informação, foram lançadas **três linhas de projeto**:

- Análise das Condições de Acessibilidade em 24 Equipamentos Municipais³²;
- Análise das Condições de Acessibilidade em 32 Escolas Básicas³³;
- Projeto Base de Promoção da Acessibilidade no Castelo de São Jorge³⁴.

³⁰ Todos estes estudos e projetos estão disponíveis em <http://acessibilidade.cm-lisboa.pt> (ver “Projetos”)

³¹ Estas condicionantes decorrem dos critérios de exceção definidos pelo DL 163/2006 (artigo 10.º, n.º 1). Onde se tomar a decisão de não eliminar desconformidades, será necessário (ponto a ponto) fundamentar essa decisão (e mantê-la em arquivo disponível para consulta pública) e prever soluções alternativas que, tanto quanto possível, compensem ou minimizem o efeito negativo da desconformidade que não é eliminada.

³² Projeto financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PMPA Lisboa)

³³ Projeto financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PSPA Parque Escolar de Lisboa)

As **análises** das condições de acessibilidade desenvolvidas para equipamentos municipais e escolas básicas integram duas componentes:

- Um **diagnóstico** das condições de acessibilidade no interior do equipamento³⁵, com base num levantamento exaustivo das condições gerais e específicas de acessibilidade na sua rede de espaços acessíveis, que é composta pelos espaços interiores e exteriores que têm de ser acessíveis (nas escolas, por ex., todas as salas de aulas, ATL, centros de recursos, ginásio, secretaria, refeitório, áreas distintas do recreio, etc.) e por pelo menos um percurso (ou conjunto de percursos interligados) que os liga a todos;
- Uma **proposta de intervenção**, que indica, para cada situação de desconformidade com as normas técnicas de acessibilidade, a viabilidade de adaptação, as medidas corretivas aplicáveis e a respetiva estimativa de custo³⁶.

4.4. Ferramentas³⁷

Nesta área operacional, o desenvolvimento de ferramentas de trabalho no âmbito do Plano teve uma dupla missão:

- Fornecer aos serviços municipais, em tempo útil, orientações concretas para responder a necessidades prementes;
- Constituir um foco de colaboração e inovação com os serviços, a partir do qual se pudessem colher indicações concretas para o desenvolvimento do Plano.

As ferramentas têm um caráter dinâmico. São disponibilizadas aos serviços, para aplicação prática, depois de atingirem um grau suficiente de qualidade e segurança. Evoluem depois, por melhoramentos e afinação, em sucessivas versões consolidadas. Este método de trabalho permite avançar com segurança, de estágio em estágio de desenvolvimento, tirando partido da aprendizagem que só a aplicação prática fornece.

³⁴ Projeto financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PIPA Castelo de São Jorge)

³⁵ A análise incide sobre toda a área especificamente afeta ao equipamento, o que implica não abranger a via pública envolvente, e abranger todo o lote (ou parte do lote) afeto ao equipamento.

³⁶ Integra ainda uma relação das desconformidades que não serão eliminadas (com base nos critérios de exceção definidos no DL 163/2006) e respetiva fundamentação.

³⁷ Todas estas ferramentas estão disponíveis (ou serão disponibilizadas, até final de 2013) em

<http://acessibilidade.cm-lisboa.pt>

Optou-se pelo desenvolvimento de **Fichas Técnicas**, documentos escritos e ilustrados, que sistematizam e ilustram normas técnicas, aplicadas a fins concretos.

As normas técnicas de acessibilidade definidas pelo DL 163/2006 ficam, nalguns casos, aquém do detalhe necessário, e os aspetos que deixam em aberto criam dificuldades para os projetistas³⁸ e problemas posteriores de carácter funcional.

Nesta área operacional foram lançadas duas fichas técnicas, ambas relacionadas com as instalações sanitárias.

4.4.1. Instalação Sanitária Acessível

As normas técnicas de acessibilidade do DL 163/2006 definem as especificações aplicáveis às instalações sanitárias (IS) de utilização geral³⁹.

Essas especificações incidem, sobretudo, sobre o dimensionamento (zona de rotação, zonas de permanência, zona de manobra da porta, etc.), o equipamento (sanita, lavatório, barras de apoio, etc.) e à segurança (alarme).

As especificações são extensas e detalhadas⁴⁰. Sendo a acessibilidade e a segurança uma questão de detalhe, pode afirmar-se que esta extensão e detalhe das normas são, salvo melhor opinião, necessárias.

A experiência tem demonstrado que os projetistas e responsáveis pela construção, manutenção e gestão de equipamentos coletivos têm sentido alguma dificuldade em articular as normas e em aplica-las, corretamente, na prática.

A primeira versão do **Modelo de Instalação Sanitária Acessível** consiste em peças desenhadas que procuram esclarecer, ilustrando, a conjugação correta das especificações sobre a altura e posicionamento da sanita, a configuração e posicionamento das barras de apoio, e a configuração e posicionamento das zonas de permanência.

A próxima versão consolidada será disponibilizada ao público, e incidirá também, prioritariamente, sobre questões essenciais para a segurança (nomeadamente o tipo de dispositivo de alarme recomendável e as condições de fixação das barras de apoio).

³⁸ É o caso, por exemplo, da aplicação prática das da colocação de piso tátil nas passagens de peões de superfície, vulgo passeadeiras, que é indiciado (de forma vaga) pelo DL 163/2006 e especificado (de forma insuficiente) pelo Edital 29/2004 (Regulamento Municipal de Acessibilidade). Da mesma forma que um mesmo sinal de trânsito rodoviário deve ter sempre a mesma aparência em toda a rede viária, para não induzir em erro o condutor, também o piso tátil que assinala a passeadeira deve ter sempre a mesma configuração e textura, para não induzir em erro o peão com deficiência visual.

³⁹ Por “IS de utilização geral” devem entender-se as IS localizadas em edifícios abrangidos pelo DL 163/2006, com exceção das que se localizam em fogos de habitação.

⁴⁰ A secção 2.9. especificamente dedicada às IS de utilização geral, integra 20 pontos, sendo que vários destes pontos têm 3 ou mais alíneas. Além disso, são ainda aplicáveis as especificações contidas em 12 secções do Capítulo 4 (onde se dimensionam as zonas de permanência e de manobra, as portas, etc.).

Do próprio processo de elaboração da Ficha já se colheram, entretanto, os elementos necessários à elaboração do Plano.

4.4.2. Instalação Sanitária Acessível para Escolas Básicas do 1.º Ciclo

As condições de acessibilidade exigíveis nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo estão codificadas nas normas técnicas de acessibilidade definidas pelo DL 163/2006.

As especificações dadas para as instalações sanitárias (IS) respondem, sobretudo, às necessidades de **adultos**. Sendo um facto que as IS da escola devem poder acolher e servir adultos que precisem de acessibilidade (por ex., professores, auxiliares de educação, pais), é naturalmente indispensável atender às características específicas, e fundamentalmente distintas, do uso da IS por crianças com mobilidade condicionada integradas no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

As normas técnicas do DL 163/2006 são praticamente omissas a esse respeito. Embora admitam ajustamentos, não fornecem orientações fiáveis e prontamente disponíveis.

Esta omissão levanta problemas práticos. Nestas idades a autonomia é bastante reduzida, e o uso da IS por estas crianças uso implica, frequentemente, o acompanhamento e o apoio de adultos, cujas necessidades também têm de ser tidas em conta (por ex., no apoio ao banho ou à mudança de fraldas).

A definição de orientações fiáveis e práticas neste domínio é um passo indispensável para a correta adaptação do Parque Escolar municipal, sendo que as referidas orientações poderão, também, uma vez partilhadas com estabelecimentos de ensino particulares, vir a constituir um contributo muito importante para a progressiva adaptação e qualificação do parque escolar particular.

Esta Ficha Técnica está a ser desenvolvida com base num estudo⁴¹ desenvolvido por iniciativa municipal, que, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, fornece recomendações e orientações claras, fundamentadas, coerentes e práticas para o diagnóstico, criação ou adaptação deste tipo de IS. Uma vez atingida uma versão consolidada, a Ficha Técnica será disponibilizada ao público, sendo que do próprio processo de elaboração da Ficha se colheram, entretanto, os elementos necessários à elaboração do Plano.

4.4.3. Estudos

Foram desenvolvidos para abordar de forma sistemática e estruturada questões que são complexas, ou sobre as quais existe pouca informação atualizada, de forma a criar bases sólidas para a futura tomada de decisão.

⁴¹ Estudo Temático “Modelo de Instalação Sanitária Acessível em Escolas Básicas do 1.º Ciclo”, financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PSPA Parque Escolar de Lisboa).

Nesta área operacional foram lançados os seguintes estudos:

- “Acessibilidade a **Conteúdos Expositivos e Museológicos**”⁴²;
- “Modelo de Instalação Sanitária Acessível em Escolas Básicas do 1.º Ciclo”;
- “Acessibilidade de **Equipamentos de Jogo e Recreio** de Escolas Básicas do 1.º Ciclo”⁴³;
- “Aplicação dos Princípios da Acessibilidade e Design Inclusivo à Promoção da **Segurança Rodoviária** na envolvente de Escolas Básicas do 1.º Ciclo”⁴⁴;
- “Acessibilidade ao Património Histórico”⁴⁵;
- “Análise e Propostas de Melhoria do **Acesso a Conteúdos** no Castelo de São Jorge”⁴⁶;
- “Procedimentos de **Apoio aos Visitantes** com Mobilidade Condicionada”⁴⁷.

A limitação de tempo e de meios humanos obrigou a desenvolvê-los em duas fases. Primeiro, foram lançados e prosseguidos até se atingir um estágio de conhecimento suficiente para, em tempo útil, informar esta proposta de Plano.

Uma vez concluída a proposta, os estudos serão revistos, concluídos e publicados.

⁴² Estudo temático financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PMPA Lisboa).

⁴³ Estudo temático financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PSPA Parque Escolar de Lisboa).

⁴⁴ Estudo temático financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PSPA Parque Escolar de Lisboa).

⁴⁵ Estudo temático financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PIPA Castelo de São Jorge).

⁴⁶ Estudo temático financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PIPA Castelo de São Jorge).

⁴⁷ Estudo temático financiado pelo QREN/POPH/Rampa (PIPA Castelo de São Jorge).

4.4.4. Ações

Para facilitar a conceção, discussão e programação das ações do Plano⁴⁸, foi definida uma **tipologia de ações**, que prevê 10 tipos. Todas as ações constantes desta Proposta de Plano correspondem a um – e um só – desses tipos de ação.

Os **dez tipos de ação**⁴⁹, em síntese, são:

- Programa de Obras de Adaptação;
- Projeto-Piloto de Obra de Adaptação;
- Regulamentação Municipal;
- Ferramenta de Trabalho;
- Procedimentos;
- Investigação;
- Formação;
- Informação e Sensibilização Públicas;
- Articulação com Entidades Externas;
- Outro.

Para guiar a conceção das ações, foram por sua vez definidos os seguintes **pressupostos**:

- **Competência**

A CML não pode comprometer-se a fazer aquilo que não lhe compete. Todas as ações devem pertencer, total ou parcialmente, à esfera das competências municipais. Existem algumas ações de esfera partilhada, i.e., a realizar em parceria com outras entidades, mas as tarefas que nessa parceria couberem à CML respeitam este pressuposto.

- **Concreto**

Compromissos vagos não produzem mudanças concretas. Todas as ações devem incidir sobre problemas concretos, e produzir resultados concretos e verificáveis.

⁴⁸ Esta tipologia assegurou a compatibilidade das propostas de ação (geradas ao longo das sessões alargadas e reuniões restritas) com as competências municipais. E facilitará, além disso, a integração das ações do Plano nos planos de atividades e orçamento da CML, e na montagem de candidaturas a financiamento externo (comunitário, e não só).

⁴⁹ A descrição integral desta tipologia pode ser consultada no Anexo C.

- **Objetivos**

As ações do Plano servem para alcançar os objetivos do Plano. Todas as ações devem contribuir de forma direta para a prossecução de pelo menos um dos objetivos do Plano (prevenir, eliminar, mobilizar).

- **Calendário**

As mudanças impulsionadas pelo Plano devem ocorrer (ou pelo menos começar) durante o prazo de vigência do Plano. Todas as ações devem ser avançar o mais possível (e sempre que possível concluir-se) antes do final de 2017.

- **Viabilidade e Responsabilidade**

Se a tarefa não é vista como possível, a responsabilidade não pesa. Todas as ações do Plano devem ser reconhecidas como úteis e viáveis, nomeadamente pelo serviço responsável pela sua execução.

PARTE II – QUESTÕES CHAVE

5. Inquérito Geral

5.1. Percurso na Via Pública

5.1.1. Paragem de Autocarro / Equipamento

Qualquer equipamento que receba público deve equacionar a sua relação com a rede de transportes públicos existente. Este inquérito para efeitos de análise particularizou apenas o autocarro dada a maior abrangência territorial deste tipo de transporte na cidade.

Para avaliar as condições de acessibilidade do percurso de ligação entre o equipamento e a paragem de autocarro mais próxima, foram consideradas prioritárias as seguintes dimensões de análise:

- **Distância** (maior do que 100 passos já implica um esforço acrescido para pessoas com dificuldades de locomoção);
- **O revestimento do passeio** (na sua grande maioria é constituído por calçada portuguesa que, como é do conhecimento geral, não é dos melhores revestimentos para pessoas com mobilidade condicionada);
- **A largura de passagem do passeio** (segundo o DL 163/2006 de 8 de Agosto, os passeios adjacentes a vias principais e vias distribuidoras devem ter uma largura livre não inferior a 1,50m. Por outro lado, as rampas devem possuir uma largura mínima de 1,20m, pelo que considerámos uma largura mínima aceitável de 1,20m para o percurso ser acessível quanto à largura);
- **Existência de ressaltos no passeio.**
- **Existência de passadeiras e o ressalto** (ressaltos com mais do que 2 cm de altura podem dificultam a sua transposição por pessoas que utilizam cadeiras de rodas);

No que diz respeito à distância que os utilizadores que se deslocam de transportes públicos, nomeadamente em autocarros, têm de percorrer entre a paragem mais próxima e o equipamento, podemos afirmar que a sua maioria (60%) está a uma distância superior a 100 passos e apenas 11% a menos de 50.

Relativamente às características físicas do percurso:

- 86% dos percursos têm revestimento em calçada portuguesa, sozinha ou em conjunto com outro tipo de material;
- 36% têm pelo menos um estreitamento inferior a 1,20m, e destes, 31% inferior a 80cm;
- 52% têm pelo menos um ressalto com mais de 2cm de altura (sem alternativa por rampa), dos quais 74% têm 2 ou mais ressaltos;

- 73% integram pelo menos uma passagem de peões. Em 73% dos casos onde existe pelo menos uma passagem de peões, a transição entre esta e o passeio tem um ressalto com altura superior a 2 cm.

5.1.2. Estacionamento reservado para pessoas com deficiência nos lotes/recintos

A existência de estacionamento reservado para pessoas com deficiência junto de equipamentos municipais é muito importante na medida em que pode constituir uma garantia de acesso a serviços prestados pela autarquia.

Estão estabelecidas algumas normas técnicas sobre o número, dimensões e outras características relativas aos lugares reservados para veículos com ocupantes com mobilidade reduzida. Tendo presente que este estudo não pretendia ser um levantamento exaustivo das condições de acessibilidade aos equipamentos municipais, mas antes um retrato global da situação, interessou-nos mais saber se existia algum lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade reduzida e algumas características do percurso existente entre o lugar e a entrada do equipamento do que propriamente as características do lugar de estacionamento.

Apesar de se ter verificado que em algumas situações os equipamentos, dada a sua localização na cidade e constrangimentos do espaço público, não são servidos por qualquer tipo de estacionamento, e consequentemente não dispõem de estacionamento reservado para PcD, nos restantes, os resultados são expressivos quanto à existência de um problema, dado que em 75% dos equipamentos não existe nenhum lugar reservado.

Assim:

- Em 92% dos lugares existentes, a **distância** à entrada do equipamento é de 50 passos ou menos.
- 79% dos lugares reservados têm uma placa vertical com o símbolo de acessibilidade e apenas um terço tem o símbolo marcado no pavimento.
- Em 75% dos casos, o revestimento do percurso é calçada, ou sozinha ou conjugada com outro tipo de material;
- Em 13% existe pelo menos um ponto onde a largura de passagem é inferior a 1,20m.
- Em 29% dos casos existe pelo menos um ressalto com mais de 2 cm de altura sem alternativa através de rampa.

5.2. Entradas

5.2.1. Nos lotes / recinto

Dos 38 equipamentos que não confinam diretamente com a via pública, ou seja, que estão integrados num espaço exterior com limites definidos retemos os seguintes dados:

- Em 11 equipamentos existe desnível entre o passeio e o piso de entrada. Contudo, em 9 destes casos verifica-se a existência de rampa.
- Em apenas 2 caso não existe uma área de nível com pelo menos 1,50m x 1,50m no exterior adjacente à porta de entrada.
- Em apenas 2 casos a soleira da porta de entrada tem mais de 2 cm de altura.
- Em apenas 1 caso, a porta de entrada no recinto não tem largura mínima admissível.

5.2.2. Percurso da Entrada dos lotes até à entrada nos edifícios

Apresentamos de seguida os principais resultados relativos ao percurso entre a entrada nos lotes/recintos e a entrada nos edifícios.

- Em 34% dos percursos analisados, o tipo de revestimento utilizado é calçada portuguesa em conjunto com outro material.
- Em cerca de 13% dos casos existe pelo menos um ponto onde a largura de passagem é inferior a 1,20m.
- Em 34% dos casos existe pelo menos um ressalto com mais de 2 cm de altura sem alternativa em rampa. Em 76% destes casos verificam-se sempre 2 ou mais ressaltos.

É consideravelmente diferente a realidade dos percursos até aos edifícios no que aos revestimentos dos passeios diz respeito. Neste caso a heterogeneidade das materiais é bem visível no gráfico 1, apesar da prevalência da calçada de vidro conjugada com outros materiais. O uso exclusivo da calçada dentro dos lotes é substancialmente menor em comparação com a via pública.

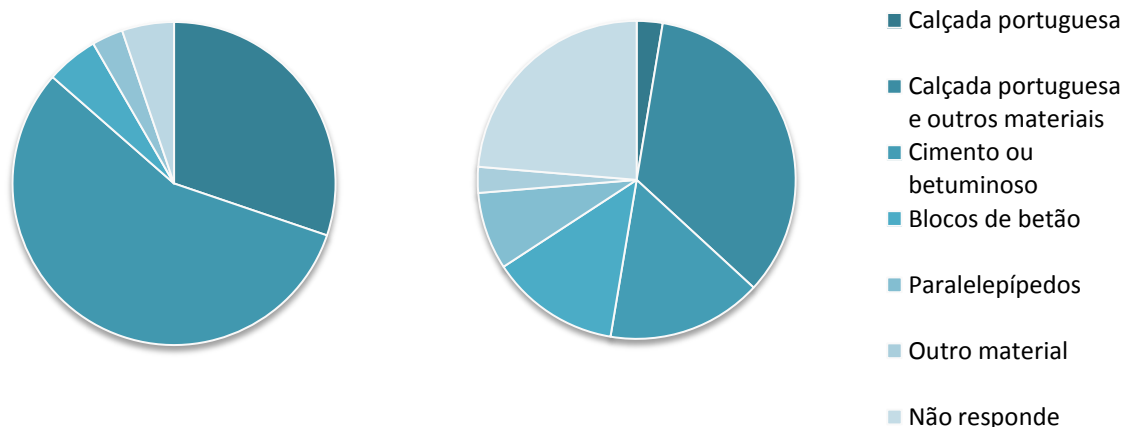


Gráfico 1-Revestimentos no percurso entre a entrada no lote e o edifício do equipamento

5.2.3. Acesso e Entrada no Edifício

Nesta fase do questionário são contemplados todos os edifícios existentes, o que perfaz um total de 161 recintos.

Da observação destes recintos, constata-se que:

- Em 58% existe desnível entre o passeio e o piso de entrada.
- 70% destes casos (onde existe desnível) têm uma altura inferior a 40 cm.
- Em 59% dos casos onde existe desnível não existe rampa.
- Nos casos onde existem escadas (41%), e que vencendo um desnível superior a 40 cm seria obrigatória a existência de corrimão (28%), em 72% dos casos não é cumprida a legislação em vigor.
- Em apenas 2 caso dos 94 onde existe desnível verifica-se a existência de plataforma elevatória.
- Em 50% dos recintos a soleira da porta tem de altura mais de 2 cm.
- Em 25%, a porta de entrada no recinto, quando aberta, tem uma largura útil de passagem inferior a 87 cm.

Se a porta de acesso aos lotes, nos casos em que existe, está de forma geral sempre aberta, a realidade, no que aos edifícios diz respeito revela-se menos prática, dado que em 31% dos casos tem que ser o visitante a abrir a porta. Dito assim poderá parecer incompreensível o problema destacado, mas para pessoas que ou usam canadianas ou cadeira de rodas ou ainda porque não têm capacidade de utilizar os seus membros superiores, é um problema de facto que facilmente e quando possível poderia ser resolvido com recurso a portas automáticas. Atualmente e segundo este levantamento apenas 6% dos edifícios contam com esta solução.

As existências de desníveis de acesso aos edifícios são bastante mais consideráveis, comparando com as já referidas entradas dos lotes.

Tomando como exemplo o recurso às escadas para vencer desníveis existentes, pode-se verificar que para entrar no perímetro do lote apenas se recorreu uma vez a essa solução, enquanto que no acesso aos edifícios, 41% das entradas incluem escadas (39 casos num total de 94).

Um facto que se destacou deste inquérito foi a falta de corrimãos nas escadas, situação que chega a ultrapassar os 70% das escadas existentes.

Outro dado que embora não seja surpreendente é a rara utilização de plataformas mecânicas para vencer desníveis nas entradas dos edifícios. De certa forma revela o receio que este tipo de equipamento transmite a quem tem como responsabilidade a gestão dos espaços com acesso público. Dado que as plataformas ficam expostas, ficam não só sujeitas a maior frequência de problemas de manutenção como vulneráveis a atos de vandalismo, o que resulta invariavelmente, na sua inoperacionalidade e posterior obsolescência.

Por outro lado também é verdade que se poderá considerar que estas plataformas, quando o espaço público consolidado não permite o recurso a outras soluções, é de facto a melhor opção, quando não a única, na relação custo benefício.

5.3. Circulação dentro dos edifícios

5.3.1. Circulação Vertical

Esta parte do questionário prende-se essencialmente com a verificação de acessibilidade entre pisos dentro do edifício, nomeadamente com existência de elevador e suas características e existência de outros meios de elevação mecânica. Os principais resultados resultam em:

- Em 29% dos equipamentos existem espaços para uso dos visitantes em mais de um piso. Verifica-se a existência de elevador em cerca de 54% dos edifícios;
- Em mais de 84%, o elevador serve todos os pisos onde existem espaços para visita do público;
- É possível inscrever no pavimento dos patamares diante das portas do elevador um quadrado com 1,50m x 1,50m na quase totalidade (90%) dos casos;
- Na sua maioria (84%), as portas dos elevadores são de abertura automática.

Tendo em conta as normas técnicas respeitantes às dimensões dos elevadores, concluímos que:

- Em 81% as portas do elevador têm 80cm ou mais de largura
- Em 61% as cabinas têm uma largura útil igual ou superior a 1,10m e em 48% têm 1,40 m ou mais de profundidade
- Quando cruzamos todas as dimensões necessárias no seu conjunto, conclui-se que mais de metade (55%) não cumpre os requisitos mínimos no que diz respeito à acessibilidade.

Retomando a totalidade dos equipamentos que têm espaços para uso público em mais do que um piso e que não têm elevador ou existindo não serve todos os pisos ou não tem as medidas mínimas (17 casos), verifica-se que em 48 casos não existe alternativa através de outro meio de elevação mecânica. No entanto, chamamos a atenção para a existência de 7 meios de elevação mecânica no total dos equipamentos.

Relativamente à forma como o visitante pode utilizar o meio de elevação mecânica:

- Em 29% dos casos não pode ser utilizado de forma autónoma.
- Em 71% não existe junto ao meio mecânico um botão de chamada para solicitar a presença de um funcionário.

É na falta de profundidade, 39% das cabinas abaixo do 1.40m, que os elevadores mais falham no cumprimento da legislação existente.

Os equipamentos culturais são neste diagnóstico quem mais utiliza alternativas mecânicas ao elevador. Verificou-se que dos 161 edifícios analisados só 7 têm plataforma e desses, 4 estão integrados em equipamentos culturais (3 plataformas de escada e 1 plataforma vertical). Estes dados permitem adivinhar alguma dificuldade em integrar elevadores e toda a maquinaria associada em edifícios com valor patrimonial.

Infelizmente estes sistemas de elevação mecânica instalados, alternativos ao elevador, ainda limitam, em duas situações reportadas, a utilização autónoma por parte dos visitantes. Para além disso nenhuma das situações existentes prevê a existência de um botão que permita ao visitante, solicitar a presença de um funcionário que auxilie na utilização do equipamento.

5.3.2. Circulação Horizontal

Este diagnóstico, relativamente à circulação horizontal pretendeu concentrar a análise em três parâmetros das condições necessárias para a existência de acessibilidade em todos os pisos dos vários edifícios. Largura de corredores, portas e existência de ressalto no pavimento.

A observância destes parâmetros garante a tipicamente parte da utilização dos espaços por pessoas com mobilidade condicionada.

Assim interessava analisar as condições de acessibilidade de todos os pisos onde é permitida a circulação do público. Desta forma, foram contabilizados 256 pisos, nos quais se verificou que:

- Em 81% não existe nenhum corredor com menos de 1,20m de largura de passagem.
- Em 84% nenhuma porta interior tem uma largura de passagem inferior a 77 cm.
- Em 77% dos percursos do piso não existe nenhum ressalto com mais de 2 cm de altura.

Apesar de se saber que basta existir uma desconformidade para não garantir o pleno uso do espaço por pessoas com mobilidade condicionada, os resultados são na sua generalidade positivos no que à circulação horizontal diz respeito.

No entanto não queremos deixar de destacar que das desconformidades existentes, a existência de ressaltos que se situa na ordem dos 20% têm um ou mais ressaltos (1/5). Estas situações devem ser resolvidas com carácter prioritário em relação às restantes não só pela desconformidade com a lei mas porque representam em muitos casos causa de acidentes por queda.

5.4. Instalações Sanitárias

Nesta parte do inquérito, interessava-nos aferir a existência ou não de instalações sanitárias para pessoas com deficiência e se, no caso de existirem, cumprem as normas técnicas necessárias.

Chega-se à conclusão que em mais de metade dos equipamentos que têm I.S. para os visitantes, não existe I.S. destinada a pessoas com mobilidade condicionada.

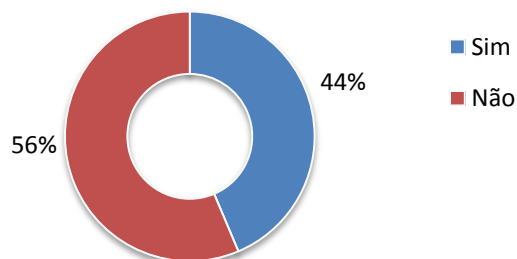


Gráfico 2 - Existência de I.S. para Pessoas com Mobilidade Condicionada

Quanto às características das existentes podemos salientar os seguintes aspetos:

- Cerca de 69% das instalações sanitárias para pessoas com deficiência têm, ao nível do chão, 2,20m x 2,20m.
- Em 23% dos casos analisados a entrada na casa de banho não pode ser feita de imediato (sem se ter de recorrer a nenhum funcionário)
- Apenas uma pequena parte (8%) das instalações sanitárias tem fraldário.
- Em cerca de 65% dos casos existe um sistema de alarme (seja com fio ou botão) no interior da instalação sanitária.
- Em 12% das situações existem objetos no interior das instalações sanitárias não diretamente relacionados com o seu uso.

A principal conclusão que se retira destes dados é a de que existe um grande deficit no que diz respeito à existência de instalações sanitárias para pessoas com deficiência. Porém, uma vez existentes cumprem, de uma maneira geral, as condições de acessibilidade.

Em 1/3 das I.S. para Pessoas com Deficiência, o seu acesso tem que ser feito com recurso a um funcionário, o que representa um fator discriminatório e que se deve ser evitado a todo o custo.

A existência de fraldário nas I.S. ainda é residual, dado que em mais de 92% das situações analisadas não prevê a sua existência.

Facto muito positivo foi a constatação de que a grande maioria de I.S. para pessoas com deficiência têm o seu espaço livre de objetos que não estão diretamente relacionados com o uso das IS.

5.5. Principais conclusões

Existe apenas uma dimensão de análise que não apresenta, de uma maneira geral, muitas condicionantes à acessibilidade pedonal, a saber: o acesso e entrada nos lotes.

Contrariamente, em todas as outras dimensões verificam-se problemas que constroem o pleno acesso do público aos equipamentos municipais o que conduz a uma avaliação menos positiva das condições de acessibilidade dos mesmos.

- Os percursos, de uma maneira geral, são longos, o seu revestimento não é o mais aconselhado e comportam várias barreiras.
- Os lugares de estacionamento reservados para pessoas com deficiência são poucos e o percurso até à entrada dos equipamentos não é o mais acessível possível.
- O acesso e entrada nos edifícios são, de uma forma geral, condicionados através de ressaltos, outro tipo de obstáculos e inexistência de rampas.
- A circulação vertical nos edifícios, que à partida poderia parecer garantida na grande parte dos casos, acaba por mostrar-se comprometida pelo facto de mais de metade dos elevadores não cumprir as condições mínimas de acessibilidade, nomeadamente ao nível das dimensões/medidas. Existe outro aspecto importante a ter em conta nesta dimensão. Na quase totalidade dos casos onde existem espaços para uso público em mais do que um piso que não têm elevador, não existe qualquer alternativa através de outro meio de elevação mecânica.
- Quanto à circulação horizontal nos edifícios os dados revelam que as portas não são um problema significativo, no entanto 1/5 dos casos ou tem ressaltos no pavimento ou têm corredores com largura inferior a 1,20m.
- Relativamente às instalações sanitárias para pessoas com deficiência cumpre-nos dizer que apesar de se verificarem, em grande parte, as normas técnicas necessárias, o seu número está aquém do desejável.

Há que distinguir as ações de adaptação dos espaços entre aquelas que dizem respeito à gestão dos espaços (se a porta está aberta ou fechada, se o apoio de funcionários existe, se os espaços estão ocupados com objetos que condicionam a mobilidade de pessoas com deficiência, etc.) e aquelas que carecem de intervenção no âmbito das obras de construção ou conservação.

Mesmo nos casos em que a adaptação dos espaços tenha que recorrer a obras de construção ou conservação, é possível hierarquizar as pequenas das grandes intervenções. Esta sistematização dos problemas poderá ajudar os serviços no planeamento e calendarização das ações que ficarão sob sua responsabilidade.

6. Cultura

A rede de equipamentos culturais do Município é fundamental para a concretização do Direito à Cultura (consagrado na Constituição). A igualdade de oportunidades no acesso a esta rede é prejudicada pela existência de barreiras físicas à acessibilidade nos edifícios e, no caso dos equipamentos de proximidade, quando a escassez de equipamentos acessíveis força os utentes que precisam de acessibilidade a usar equipamentos distantes da sua área de residência.

6.1. Museu da Cidade

O Museu da Cidade está instalado no antigo Palácio Pimenta, construção Joanina de elevada qualidade arquitetónica, cuja fachada principal, simétrica, remata lateralmente o Campo Grande; e cujas duas alas interiores, formam com o bloco principal, um U, aberto para os Jardins de Recreio no seu interior, onde se destaca, o Jardim de Buxo “Bordalo Pinheiro”.

O Museu da Cidade encontra-se aqui instalado desde 1979, data da sua abertura ao público, tendo desde essa data sido efetuadas várias alterações e ampliações de modo a ser adaptado à sua nova função museológica. Entre as ampliações, foram construídos 2 pavilhões autónomos, denominados de “Branco” e “Preto”, implantados nos Jardins e que servem para albergar exposições temporárias. Nos jardins encontram-se ainda a antiga casa dos caseiros, uma pequena estufa, e uma nora. Contudo, estão presentemente sem utilização.

6.1.1. Problemas

O acesso principal faz-se a eixo da fachada principal, através de uma grande porta, dimensionada para a entrada de carruagens, e que continua através do átrio até ao pátio exterior. Este átrio serve de chegada e acesso aos serviços da Receção e entrada do Museu, instalações sanitárias de acesso público e escadaria nobre de acesso ao piso superior. Dado que este átrio foi inicialmente concebido para circulação viária, ele encontra-se 1 degrau abaixo do nível do piso interior. Esta dificuldade no acesso inicial, foi resolvida com várias rampas curtas que ligam aos vários acessos, e através de portas envidraçadas novas ao exterior. Verificamos no entanto, que estas **rampas metálicas** amovíveis, colocadas com o intuito de resolver a acessibilidade sem alterar a arquitetura, **têm uma inclinação excessiva**.

As instalações sanitárias de uso público acessíveis deste átrio, não têm as dimensões ou equipamento necessário ao uso por pessoas de mobilidade condicionada, além de terem ressaltos no piso no interior. A zona expositiva, contudo, é praticamente acessível, excetuando uma escada e sala em cave (usada para atividades com escolas) unindo as duas alas do museu, e uma zona expositiva rebaixada alguns degraus.

Está garantido o acesso ao piso superior, por meios mecânicos, através de uma plataforma elevatória de escada, colocada no final do percurso expositivo do piso térreo. Contudo, no sentido da saída, a ligação direta ao átrio faz-se por uma passagem e porta demasiado estreita. Já no primeiro andar, os espaços expositivos também são amplos e desimpedidos se bem que existem vários expositores projetantes das paredes de forma algo obstrutiva.

O acesso ao último piso administrativo faz-se por escadas de serviço, de dimensões não regulamentares, complementada por elevador inserido na zona de funcionários, e que, apesar das suas dimensões interiores não regulamentares tem servido vários utentes de mobilidade condicionada, incluindo os do público. Neste **último piso**, amansardado, **as dimensões dos espaços e vãos são bastante mais exíguos**, e de facto, nem a largura dos vãos nem a passagem lateral às escadas cumpre as dimensões mínimas exigidas.



Fotografia 1

Nos espaços exteriores o terreno é todo praticamente plano, apresentando somente problemas quanto à qualidade do piso, especialmente no pátio principal, onde uma **calçada muito espaçada e irregular dificulta bastante a circulação**, mas também nos caminhos constituídos por gravilha mal compactada.

Quanto aos pavilhões nos Jardins, estes têm áreas expositivas amplas e de nível, contudo, no Pavilhão Branco, **existe um desnível no acesso desde o exterior e não existe alternativa mecânica de acesso ao piso superior. As instalações sanitárias do Pavilhão Preto não são acessíveis**, as do Pavilhão Branco, embora apresentem irregularidades, são adaptadas a pessoas de mobilidade reduzida.

6.1.2. Soluções

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Elevação do pavimento do átrio de entrada cerca de 0,10m, reutilizando o pavimento existente;
- Adaptação de balcão de atendimento existente;
- Substituição do elevador existente para uma plataforma elevatória vertical de maiores dimensões incluindo alteração do respetivo poço;
- Proteção das projeções verticais dos expositores;
- Colocação de faixas antiderrapantes e de sinalização visual junto ao focinho dos degraus das escadas;
- Rampear e bolear a soleiras;
- Colocação de um corrimão contínuo;
- Adaptação de Instalações Sanitárias;
- Colocação de saibro tipo "Activ-sol" nos percursos do jardim;
- Construção de plataforma em betão em frente às portas de acesso ao Pavilhão Branco;
- Instalação de uma plataforma elevatória vertical.

6.1.3. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste museu é de € **195.724,71** Euros.

6.2. Museu do Teatro Romano

O Museu do Teatro Romano está instalado sobre os vestígios de um dos principais monumentos da cidade romana de Felicitas Iulia Olisipo e engloba, não só os vestígios do teatro como também das ocupações arquitetónicas posteriores: desde um edifício do Séc. XVII, pertença do Cabido da Sé, onde se situa a exposição permanente, e que também albergou no Século XX o Teatro do Aljube e uma fábrica de malas, como também outro edifício, pós pombalino, a norte, cuja entrada, através de um pátio, define uma magnífica varanda sobre o rio e a cidade. É um museu em evolução, onde as escavações arqueológicas em curso vão transformando o espaço expositivo e os critérios da sua ampliação, e onde se pretende que o visitante vá acompanhando este processo de descoberta. A área expositiva engloba também, o espaço a norte da Rua de S. Mamede, onde foi escavada a zona de anfiteatro hoje visível, após a demolição dos edifícios de gaveto aí existentes.

6.2.1. Problemas e Soluções

Neste momento encontram-se previstas novas obras, no Museu do Teatro Romano, com objetivos que também incluem a resolução dos problemas da acessibilidade. Para tal será alterada a entrada, na Rua de S. Mamede criando uma varanda na entrada existente, para, desde a rua, visualizar a zona de escavação do postcaenium e muro de suporte. Também foi incluído um elevador no pátio, que dá acesso a vários passadiços exteriores, para visualização das ruínas, além de dar acesso aos 3 pisos do edifício. Foi ainda criado um novo piso em sótão para uso restrito dos funcionários, com acesso por uma escada nova, contudo, não existe acesso mecânico alternativo.

Desde a rua, o novo acesso, faz-se através de um vão existente, encostado ao lado poente. Após a passagem do vão através das portas existentes, atravessa-se um passadiço em gradil, rampeado. Verificamos que, além do ressalto inicial do piso em relação à rua, a rampa seguinte não possui os patins de descanso necessários a uma utilização autónoma por parte de pessoas de mobilidade condicionada. Verificamos também, que na proximidade deste acesso, não existe a marcação de lugar de estacionamento para veículos de pessoas com deficiência motora. Adicionalmente, é de referir que, apesar de no troço da entrada a Rua de S. Mamede ter uma inclinação favorável, ao virar a esquina para poente, ganha uma forte inclinação, assim como quando desce a Rua da Saudade e entra na Rua Augusto Rosa.

No interior do museu, nas suas áreas expositivas, não verificamos grandes problemas de acessibilidade, a não ser uma questão com as escadas existentes, que ligam o piso da entrada com o da Galeria, de dimensão insuficiente. Do mesmo modo, constatamos que as instalações sanitárias, apesar incluírem uma unidade de uso geral, devidamente preparada para a utilização de pessoas de mobilidade condicionada, incluem outra para funcionários, no último piso, que não está.

Na área a norte da Rua de S. Mamede, zona de escavação onde se observam as ruínas do anfiteatro, cobertas com estrutura metálica leve e revestida a chapas, verificamos que o percurso interior expositivo, não é acessível para pessoas de mobilidade condicionada, devido ao ressalto na sua entrada assim como à insuficiente largura a galeria sobranceira às ruínas.

Gostaríamos ainda de referir, que a saída de emergência do museu, que dá para o Pátio do Aljube, apesar de não estar incluída no percurso acessível, é servida no seu exterior por uma grande escadaria que desce até à Rua Augusto Rosa, e cujas dimensões e estado do piso, assim como o corrimão, são antirregulamentares, constituindo um perigo para quem as utiliza; que neste caso são os moradores do pátio, mas também os utentes do museu que a utilizam como acesso alternativo, mais próximo dos transportes públicos.



Fotografia 2

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Demarcação do lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade condicionada;
- Recolocação da guarda metálica existente sobre o murete lateral;
- Marcação do pavimento com material com diferenciação de textura e cor contrastante na projeção das escadas no troço com altura inferior a 2 m;
- Colocação de faixas antiderrapantes e de sinalização visual nas escadas;
- Colocação de um plano vertical em chapa metálica ou vidro laminado, junto ao limite interior de cada cobertor das escadas;
- Alargamento de vão;
- Instalação de uma plataforma elevatória de escada rebatível.

6.2.2. Estimativa de custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste museu é de € **29.663,48** Euros.

6.3. Museu Rafael Bordalo Pinheiro

O Museu Bordalo Pinheiro está instalado numa moradia construída em 1913 pelo poeta e panfletário republicano Cruz Magalhães, albergando desde então a sua coleção Bordeliana, grandemente aumentada desde então. A casa apesar de, no seu início, também ter a função de habitação, desde 1926 que está sob tutela, e mais tarde integrada, nos serviços museológicos da cidade de Lisboa. Decorre então da sua história que a casa se vai transformando e ampliando, desde uma organização inicial doméstica, de escala mais reduzida, até ao seu uso público presente, com amplos espaços expositivos, zonas de oficinas e administrativas, que se pretendem acessíveis a todos.

6.3.1. Problemas e Soluções

No acesso desde a rua, além da inexistência de lugar de estacionamento reservado a veículos com pessoas com deficiência motora, existe uma situação de perigo no passeio em frente da entrada, pela existência de uma forte inclinação (15%) no sentido transversal ao do percurso, o que pode dar origem a quedas para a via de circulação automóvel, numa via de tráfego muito intenso.

O museu está dividido em 3 zonas distintas: a moradia original frontal ao Campo Grande, onde está localizado o museu com a coleção permanente, no logradouro o edifício com zona administrativa e oficinas de restauro, e, de construção mais recente, uma galeria para exposições temporárias.

De modo a centralizar as entradas, os acessos principais fazem-se pelo pátio no logradouro formado pelos 3 edifícios. O acesso ao mesmo, desde a rua foi recentemente pavimentado e rampeado, contudo, as inclinações são, em certas zonas, excessivas, e sem plataformas de descanso.

Apesar de ao museu e galeria se aceder de nível, no edifício administrativo é necessário subir 4 degraus, sem meio mecânico alternativo; o mesmo se aplica no seu interior, onde apenas uma escada serve os 3 pisos. Este é o edifício com os maiores problemas, pois além do acesso aos pisos, a própria organização interna limita fortemente o uso por pessoas de mobilidade condicionada; tanto pela largura dos vãos, dimensões de corredores e ausência de zonas de manobra, disposição do mobiliário e inexistência de instalações sanitárias acessíveis.

Nos edifícios expositivos do Museu e Galeria, em geral as últimas intervenções integraram a resolução de problemas de acessibilidade na solução arquitetónica. Assim, foram introduzidas plataformas elevatórias verticais em ambos os edifícios e houve o cuidado de alterar portas existentes de modo a cumprirem a largura útil necessária. Existem contudo alguns problemas. No edifício do Museu, a altura do balcão de acesso, assim como a largura de alguns vãos e o acesso à sala de projeção de vídeo, assim como o acesso ao jardim frontal da moradia. No edifício da Galeria, algumas questões com o balcão, a escada da saída de emergência e com o corrimão da escada principal.

Existe uma casa de banho para pessoas de mobilidade condicionada no edifício da Galeria, contudo é a única, servindo utentes e funcionários.

De um modo geral os espaços expositivos estão organizados de modo a permitir uma movimentação e visualização adequados a todas as pessoas.



Fotografia 3

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Instalação de uma plataforma elevatória vertical;
- Obras de adaptação do edifício que permitam a instalação de plataforma elevatória;
- Construção de uma escada;
- Colocação de corrimões de ambos os lados das escadas;
- Colocação em todos os degraus de faixas antiderrapantes e de sinalização visual;
- Substituição do balcão de atendimento;
- Construção de uma rampa com 8 % de inclinação;
- Subir o piso exterior da varanda cerca de 0,135m;
- Substituição de portas para que se assegure uma passagem livre de pelo menos 0.77m.

6.3.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste museu é de € **78.930,34** Euros.

6.4. Biblioteca Municipal de Belém

A Biblioteca Municipal de Belém, está instalada num edifício novecentista originalmente pertencente ao Palácio dos Marquês de Angeja. Está situado dentro de um lote murado, ajardinado, recuado em relação à Rua da Junqueira, e é composto por um corpo principal de 2 pisos, tripartido e simétrico, e um corpo posterior, de 1 piso e terraço, onde se situava a cozinha original.

6.4.1. Problemas e Soluções

Desde a rua a entrada faz-se de nível, atravessando uma zona calcetada, sendo que tanto o interior do lote como a Rua da Junqueira são praticamente planos. No interior do lote existe espaço de estacionamento, porém não se encontra reservado qualquer lugar de estacionamento para veículos de pessoas com deficiência motora.

O piso interior junto à entrada principal está sobrelevado a altura de um degrau, em relação ao exterior, não existindo alternativa acessível. No seu interior, basicamente o edifício mantém a organização original, com espaço de circulação longitudinal no interior do edifício e várias salas individualizadas. A circulação vertical, é constituída por duas escadas, uma em frente ao átrio de entrada, e a outra, de serviço, contígua à área da futura cafetaria. Não existe sistema mecânico de acesso, complementar às escadas.

No piso térreo, o átrio, escadas e área da receção e IS, mantém a cota de piso original. Contudo, ao entrar nas salas de leitura e atividades, verificamos que por uma razão de conforto térmico, o piso em lajedo de pedra foi coberto e portanto elevado, em cerca de 8 cm, com um piso em soalho de madeira corrida. A transição faz-se por degrau simples sem rampas, constituindo um obstáculo para uma utilização universal. Este piso sobrelevado não se estende ao resto do piso. Existem duas salas (Juvenil, e pintura/cerâmica), que mantém a cota original, repetindo-se a desconformidade do ressalto. No final do corredor baixa-se novamente um degrau, acedendo-se daí a toda a zona de serviço, e o acesso exterior à cafetaria.

Neste piso, verificamos ainda que existem vários vãos de duas folhas, nos quais, estando um folha fechada, a passagem para pessoas de mobilidade condicionada, movimentando-se autonomamente, está impedida.

No piso superior, que se encontra todo ao mesmo nível, repetem-se os problemas com a largura dos vãos assim como a largura de um corredor na zona de serviço, e no acesso à zona do terraço, que se faz através de um degrau. Verificamos também a inexistência de casas de banho adaptadas em ambos os pisos, para o público e para os funcionários.

Dado que nas Bibliotecas públicas se privilegia o acesso direto dos utilizadores aos livros e equipamento multimédia, constatamos que a colocação e organização do mobiliário é, nalguns casos, impeditiva de uma utilização plena por parte de pessoas de mobilidade condicionada. As dificuldades prendem-se essencialmente com um insuficiente espaço de passagem entre mesas e cadeiras e outro mobiliário, espaço insuficiente entre estantes, e localização de livros nas estantes a alturas não acessíveis.

No espaço exterior existem algumas dificuldades com o estado do piso em certas zonas que fazem parte do percurso acessível, até à Associação dos “Corações com Coroa” e da Cafetaria a tardoz. No espaço da associação as medidas de vãos, acesso, e casa de banho não estão regulamentares. No espaço da cafetaria, para o qual existe projeto de alterações, existe um ligeiro problema na largura de um vão existente e nas dimensões interiores da casa de banho acessível.



Fotografia 4

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Instalação de uma plataforma elevatória vertical;
- Elevação da cota do pavimento das salas 14 e 16;
- Rebaixamento do piso da sala 18;
- Colocação das divisórias de cabines de acordo com as peças desenhadas;
- Reorganização do mobiliário existente;
- Alargamento das portas interiores da Associação.

6.4.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta biblioteca é de € **43.770,54** Euros.

6.5. Biblioteca Municipal da Penha de França

A Biblioteca da Penha de França situa-se num edifício de gaveto, formado pela Travessa do Calado a Sul, e a Calçada do Poço dos Mouros a noroeste. O edifício alberga duas funções: a Junta de Freguesia no andar superior e a Biblioteca nos dois pisos inferiores. As duas funções têm entradas independentes, apesar de comunicantes por um logradouro interior.

6.5.1. Problemas e Soluções

Verificamos que o arruamento por onde se dá a entrada para a Junta, a Travessa do Calado, tem uma inclinação favorável à utilização de pessoas com mobilidade condicionada. Contudo, a entrada pela Calçada do Poço dos Mouros faz-se com uma inclinação demasiado acentuada (14%), e tem uma grande escadaria dentro do logradouro. Verificamos também que na entrada da Junta, o passeio, apesar de vir com uma largura aceitável desde nascente, onde se localiza a paragem de autocarro, quando chega ao edifício, tem um estreitamento muito acentuado, reduzido ainda mais pela colocação de uma guarda longitudinal, e com o piso em degraus tornejando o topo do edifício.

Assim sendo, consideramos que a entrada mais favorável a considerar será a da Travessa do Calado, apesar dos degraus existentes no acesso interior do logradouro e da porta da entrada. Contudo, esta entrada para a Biblioteca está condicionada ao horário de funcionamento da Junta de Freguesia, havendo alturas em que os serviços da Junta (e consequentemente o acesso) fecham mais cedo do que a Biblioteca, ou nem chegam mesmo a abrir (por ex. aos Sábados).

Já no interior, os principais problemas prendem-se com o acesso ao piso inferior. Existe um elevador interior, mas as suas dimensões não são as suficientes para a utilização de pessoas utilizadoras de cadeiras de rodas e as escadas interiores não têm as dimensões regulamentares. Temos também os habituais problemas de largura insuficiente das portas interiores, assim como a ausência de sinalética adequada.

Dado que nas Bibliotecas públicas se privilegia o acesso direto dos utilizadores aos livros e equipamento multimédia, verificamos que a colocação e organização do mobiliário é fortemente impeditiva de uma utilização plena por parte de pessoas de mobilidade condicionada. As dificuldades prendem-se essencialmente com um insuficiente espaço de passagem entre mesas e cadeiras e outro mobiliário, inexistência de espaços de manobra, espaço insuficiente entre estantes e localização de livros nas estantes a alturas não acessíveis.

Foram criadas recentemente instalações sanitárias de acesso independente para pessoas de mobilidade condicionada, em complemento às casas de banho de utilização comum. Ambas as casas de banho são unissexo. A casa de banho para pessoas de mobilidade condicionada, serve o público em geral além dos funcionários, e apesar de possuir as dimensões regulamentares, apresenta algumas deficiências ao nível do equipamento.

Verificámos que o acesso de emergência criado no piso inferior, tem rampas no interior e exterior que ultrapassam largamente a inclinação regulamentar.

Não se encontram reservados lugares de estacionamento para veículos com pessoas com deficiência motora na envolvente da Biblioteca.



Fotografia 5

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Substituição do elevador existente por uma plataforma elevatória;
- Construção de uma rampa;
- Demarcar um lugar de estacionamento para pessoa com deficiência;
- Colocação de faixas antiderrapantes e de sinalização visual, em todos os degraus da escada;
- Colocação de corrimões de ambos os lados da escada;
- Substituir a porta de entrada/saída da biblioteca;
- Novo balcão de atendimento.

6.5.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta biblioteca é de € **37.019,40** Euros.

6.6. Arquivo Fotográfico

O edifício do Arquivo Fotográfico Municipal resultou da readaptação de um conjunto de edifícios cujo uso original foi o de uma fábrica de conservas. Situa-se no início da Rua da Palma, bem servido pela rede de transportes públicos, se bem que a estação de metro mais próxima não é acessível (somente a do Rossio).

6.6.1. Problemas e Soluções

A entrada principal apresenta um ressalto no piso, mas, pela inclinação da rua, a entrada alternativa encontra-se quase de nível; apesar da porta não ter as dimensões regulamentares.

No interior, o átrio, apesar de amplo, tem problemas de acesso ao balcão de atendimento. A escada principal que parte deste piso também não cumpre as dimensões regulamentares.

O arquivo é constituído por um conjunto de dois edifícios, um que faz frente com a Rua da Palma e outro, no seu interior, a antiga fábrica, que define um pátio com o primeiro, e tem mais um piso. No piso térreo os edifícios encontram-se unidos por um espaço amplo, coberto, que constitui a principal zona expositiva.

O arquivo tem duas escadas, uma para cada edifício. A primeira, em contacto com o átrio, é a escada de uso público para o acesso à Sala de Leitura no piso superior, a segunda, a escada de serviço que segue para os pisos superiores do depósito e zona de laboratórios e restauro. Associada à escada de serviço temos um ascensor, cujas dimensões interiores não são regulamentares. Visto a zona de trabalho se encontrar no 4º piso, este elevador tem uma utilização muito frequente.

Verificamos então que o acesso alternativo por meios mecânicos à escada principal, apesar de existir, não tem as dimensões que permitam a sua utilização por pessoas de mobilidade condicionada.

Verificamos também que, mesmo resolvendo este problema, no primeiro piso existe uma diferença de nível entre os dois edifícios, resolvida com dois degraus, para a zona expositiva, e não temos acesso por meio mecânico ao piso superior da administração. No piso da administração as dimensões dos espaços são também muito exíguas tanto ao nível da largura das portas como do corredor de acesso.

Na sala de leitura principal, de pé direito muito alto, existem espaços de galeria, acedidos por escada no seu interior, que por não terem acesso público, com a função de arquivo, não foram considerados no percurso acessível. Quanto às instalações sanitárias, constatamos que não existem espaços com essa função utilizáveis por pessoas de mobilidade condicionada, nem integrados nas casas de banho de uso geral nem autónomas, nem para o público nem para funcionários.

Apesar de existir o lugar de estacionamento exterior reservado a veículos de pessoas com deficiência motora, este não se encontra devidamente sinalizado, faltando também o rampeamento do lancil.



Fotografia 6

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Demarcação do lugar de estacionamento;
- Substituição de portas que não garantam largura útil;
- Instalação de intercomunicador pelo exterior;
- Rebaixamento de uma parte do balcão de atendimento;
- Instalação de uma escada nova;
- Instalação de uma plataforma elevatória vertical de estrutura autoportante.

6.6.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste arquivo fotográfico é de € **74.233,39** Euros.

7. Mercados

A rede de mercados municipais deve proporcionar a todos os munícipes o acesso ao consumo, nomeadamente de bens alimentares. A igualdade de oportunidades no acesso a esta rede é prejudicada pela existência de barreiras físicas à acessibilidade nos edifícios, e quando a escassez de equipamentos acessíveis força os utentes que precisam de acessibilidade a usar equipamentos distantes da sua área de residência.

7.1. Mercado da Encarnação Norte

O Mercado Municipal da Encarnação Norte é um equipamento público de comércio tradicional, com um importante papel no abastecimento à população de produtos alimentares frescos, assim como um local centralizador de encontro da população do bairro. Devido às grandes alterações no estilo de vida e ao uso crescente pela população de formas de comércio alternativas, com predominância pelas grandes superfícies comerciais, tem sido feito um esforço de congregar no mercado outras valências comerciais, incluindo comércio não alimentar e mesmo áreas de supermercado, num esforço de reintroduzir vitalidade a estes espaços.

7.1.1. Problemas e Soluções

O Mercado da Encarnação Norte possui duas áreas distintas com acesso independente, correspondentes aos dois pisos existentes. No piso inferior, situa-se uma zona de comércio, com várias lojas organizadas em redor de um pátio, com cafés e várias lojas cujas funções complementam o mercado.

O acesso ao pátio e à sua galeria coberta em redor das lojas é feito de forma aberta pelo lado Norte e Sul. Verificamos que a entrada norte é mais favorável em termos de acessibilidade, havendo uns **ressaltos do piso e**

inclinação de rampa a corrigir.

Na entrada sul, pelo contrário, temos uma entrada por escadaria desde o passeio, sendo possível porém, a circulação pelo passeio, percorrendo o topo nascente do lote até à outra entrada. Neste piso verificamos ainda, **uma largura insuficiente do passeio da galeria** que ladeia as lojas e **uma diferença de cota de um degrau entre o exterior e o interior de cada loja.** Estes



Fotografia 7

obstáculos impossibilitam a utilização plena de todo este piso por parte de pessoas com mobilidade condicionada.

No piso superior, situa-se o mercado propriamente dito, ao qual foi recentemente subtraída uma zona, utilizável fora do seu horário de funcionamento, onde se situam lojas, alimentares ou não, de utilização autónoma; como um mini centro comercial. A entrada para este piso também se faz pelos lados norte e sul, mas, apesar da inclinação da rua, pela sua diferença de nível não consegue evitar uma escadaria de forte inclinação em ambas as entradas. Para colmatar esta dificuldade, foi construída posteriormente **uma rampa**, na entrada sul.

A zona de Mercado ocupa toda a área em redor do pátio, excetuando o seu lado poente. Nos mercados foi tradicionalmente adotada uma **diferenciação de cota no piso entre as zonas de bancas e os corredores de acesso público**, associada à localização de caleiras contínuas de recolha de água. Esta diferença estende-se também às lojas que são de acesso ao público. Este degrau e caleiras devem a sua existência ao hábito de lavagem diária por mangueira do espaço dos mercados, e à necessidade de salvaguardar os espaços dos comerciantes. Contudo, introduz dificuldades de acessibilidade muito difíceis de resolver.

Também verificamos que os espaços para os funcionários, por exemplo a zona atrás das bancas e seu acesso, são sempre exíguas, com critérios de dimensionamento genericamente menos exigentes do que para o público em geral. Verificamos também que as próprias **bancas, onde se expõem os produtos têm uma altura que dificulta grandemente o visionamento dos produtos a adquirir por parte de pessoas utilizadoras de cadeira de rodas ou estatura muito reduzida.**

No topo poente do mercado temos os acessos para o cais de descarga, que comunicam com a zona de funcionários, e a administração. Verificamos **a inexistência de instalações sanitárias adaptadas a pessoas de mobilidade condicionada**, tanto para o público como para os funcionários.

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Demarcação de lugar de estacionamento acessível;
- Rampeamentos para eliminação de diferenças de cota de pavimento;
- Elevação de pavimento para eliminação de ressaltos;
- Reconstrução de rampa exterior;
- Colocação de corrimãos nas escadas em ambos os lados;
- Alargamento de vãos com respetiva substituição das portas;
- Adaptação das instalações sanitárias existentes;

7.1.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste mercado é de € **110.342,32** Euros.

7.2. Mercado da Encarnação Sul

O Mercado Municipal da Encarnação Sul é um equipamento público de comércio tradicional, com um importante papel no abastecimento à população de produtos alimentares frescos, assim como um local centralizador de encontro da população do bairro. Devido às grandes alterações no estilo de vida e ao uso crescente pela população de formas de comércio alternativas, com predominância pelas grandes superfícies comerciais, tem sido feito um esforço de congregar no mercado outras valências comerciais, incluindo comércio não alimentar e mesmo áreas de supermercado, num esforço de reintroduzir vitalidade a estes espaços.

O Mercado da Encarnação Sul é um edifício organizado em torno de uma grande nave central, de grande pé direito, onde se situam duas grandes “ilhas” de bancas, abertas ao público. Em torno deste espaço localizam-se lojas, encerradas com montra e porta de acesso, adossadas à fachada exterior mas com acesso somente pelo interior. Excetuam-se os espaços comerciais situados em dois volumes mais baixos, salientes do volume principal, e onde existe acesso tanto pelo interior como pelo exterior, com horário de funcionamento mais alargado. Dentro da nave central, no seu topo norte, está localizada a zona administrativa, num piso sobreposto às lojas, numa posição de controle de todo espaço inferior. Existe ainda um pequeno espaço em cave onde se localizam as câmaras frigoríficas.

7.2.1. Problemas e Soluções

A entrada do público faz-se pelo topo Sul, associado a um espaço de estacionamento exterior. A entrada faz-se através de um alpendre com pórtico, elevado em relação à envolvente exterior. Este desnível, originalmente resolvido com duas escadas simétricas, foi posteriormente complementado com uma rampa. Contudo esta não cumpre com as dimensões e inclinações regulamentares.

A entrada faz-se para uma pequena galeria comercial, antes da entrada na nave principal, esta passagem, no interior está também antecedida por um degrau, onde à semelhança do desnível anterior, se construiu uma rampa. O espaço do mercado propriamente dito está todo à mesma cota, porém, à semelhança de outros mercados, foi adotada uma diferenciação de cota do piso entre as zonas de bancas, e os corredores de acesso público, associada à localização de caleiras contínuas de recolha de água. Esta diferença estende-se também às lojas que são de acesso ao público. Este degrau e caleiras devem a sua existência ao hábito de lavagem diária por mangueira do espaço dos mercados, e à necessidade de salvaguardar os espaços dos comerciantes. Contudo, introduz dificuldades de acessibilidade muito difíceis de resolver.

Também verificamos que os espaços para os funcionários, por exemplo a zona atrás das bancas e seu acesso, são sempre exíguas, com critérios de dimensionamento genericamente menos exigentes do que para o público em geral.

Verificamos também que as próprias bancas, onde se expõem os produtos têm uma altura que dificulta grandemente o visionamento dos produtos a adquirir por parte de pessoas utilizadoras de cadeira de rodas ou estatura muito reduzida.

O acesso à zona superior administrativa também apresenta dificuldades de acesso, uma vez que é feito por escada não regulamentar e não possui alternativa de acesso mecânico. No interior da zona administrativa as dificuldades prendem-se essencialmente com a largura dos vãos interiores.

No topo norte do mercado temos os acessos para o cais de descarga, que comunicam com a zona de funcionários e lixos. Verificamos a inexistência de instalações sanitárias adaptadas a pessoas de mobilidade condicionada, tanto para o público como para os funcionários. O acesso técnico à zona de frio na cave é feita por escada, e as mercadorias utilizam um monta-cargas.



Fotografia 8

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Construção de uma nova rampa, mais generosa, integrada na frente do pórtico;
- Subida geral do piso da circulação;
- Alargamento das suas entradas nas ilhas das bancas de venda;
- Instalação de plataforma elevatória vertical para acesso a zona administrativa;
- Adaptação das instalações sanitárias;
- Alargamento dos vãos entre compartimentos.

7.2.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste mercado é de € **112.762,82** Euros.

7.3. Mercado de Campo de Ourique

O Mercado Municipal de Campo de Ourique é um equipamento público de comércio tradicional, com um importante papel no abastecimento à população de produtos alimentares frescos, assim como um local centralizador de encontro da população do bairro. Localiza-se no Bairro de Campo de Ourique que ainda mantém o seu comércio de rua bem vivo, vocacionado para a utilização pedonal, apesar das grandes alterações no estilo de vida e do uso crescente pela população de formas de comércio alternativas, com predominância pelas grandes superfícies comerciais. Neste contexto, também neste Mercado está a ser feito um esforço para introduzir novas funções, associadas ao lazer e à restauração, de modo a reintroduzir vitalidade nestes espaços.

A tipologia do mercado, construído em 1934, define uma fina fiada de edifícios, com fachada e acesso para o exterior e para um grande espaço interior, rematada nos quatro cantos por torreões circulares. É uma tipologia que reconfigura no interior do quarteirão, as características de uma praça exterior pública, apesar de coberta. É aqui que se situa o mercado propriamente dito, cujas bancas são agora fixas, mas que vêm na tradição dos mercados originais montados e desmontados nas praças da cidade.

Neste espírito, verificamos que o próprio piso interior do mercado segue a inclinação das ruas circundantes, como se fosse o seu prolongamento no interior. Ao longo dos anos, o mercado tem sofrido várias obras de alteração e ampliação, salientando-se a intervenção de 1991, que amplia significativamente o mercado e lhe define uma nova frente a sul, para a Rua Padre Francisco, mantendo contudo as suas características essenciais.

7.3.1. Problemas e Soluções

Apesar das ruas envolventes terem inclinações favoráveis, verificamos a existência de problemas recorrentes nos acessos principais, nas quatro frentes, assim como nos vários acessos às lojas pelo exterior. Os problemas prendem-se com a existência de ressalto no piso (degraus) e o excesso de inclinação de rampas, em algumas tentativas de resolução dos acessos principais.

No interior, além da nave central temos outros espaços no piso superior: a norte uma área administrativa, acessível por uma escada muito estreita, e a sul, dois espaços amplos com função comercial. Também temos espaços em cave: uma zona de instalações sanitárias de acesso público associada às escadas em caracol da entrada sul, e os balneários para funcionários, zonas técnicas e arrumos, na esquina sudoeste. Em todos estes casos, não existem meios mecânicos complementares de acesso, nem instalações sanitárias adaptadas a pessoas de mobilidade condicionada, tanto para o público como para os funcionários.

Nos mercados foi tradicionalmente adotada uma diferenciação de cota no piso entre as zonas de bancas e os corredores de acesso público, associada à localização de caleiras contínuas de recolha de água. Esta diferença estende-se também às lojas que são de acesso ao público. Este degrau e caleiras devem a sua existência ao

hábito de lavagem diária por mangueira do espaço dos mercados, e à necessidade de salvaguardar os espaços dos comerciantes. Contudo, introduz dificuldades de acessibilidade muito difíceis de resolver. Também verificamos que os espaços para os funcionários, por exemplo a zona atrás das bancas e seu acesso, são sempre exíguos, com critérios de dimensionamento genericamente menos exigentes do que para o público em geral. Verificamos também que as próprias bancas, onde se expõem os produtos, têm uma altura que dificulta o visionamento dos produtos a adquirir por parte de pessoas utilizadoras de cadeira de rodas ou estatura muito reduzida.

Estão em curso presentemente obras de transformação, nas quais são introduzidas novas zonas funções ao espaço central, na área da restauração, livres de barreiras arquitetónicas. Estão também previstas novas casas de banho acessíveis, ao nível do piso térreo, assim como novas áreas técnicas e zonas de lixo.



Fotografia 9

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Repavimentar todo o passeio em volta do edifício;
- Construção de um conjunto com rampa, degraus e corrimãos;
- Instalação de um ascensor;
- Relocalização da zona administrativa;
- Corrigir as desconformidades de uma das ilhas de bancas de venda.

7.3.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste mercado é de € **102.568,51** Euros.

7.4. Mercado do Forno do Tijolo

O complexo do Mercado Municipal do Forno do Tijolo resulta da ocupação de um grande logradouro, com entrada pelo cruzamento entre a Rua Andrade e Rua Maria da Fonte, arruamento em volta de um grande pavilhão central e acesso alternativo por escadaria, junto à Junta de Freguesia, vencendo o grande desnível até à Rua Damasceno Monteiro. Além da construção principal, adoçam-se à encosta a nascente uma grande fiada de edifícios pertencentes ao antigo matadouro e, tornejando para a entrada, os edifícios de lojas e administrativos.

Aqui se instalou inicialmente um grande mercado municipal, juntamente com um matadouro de coelhos. Entretanto, com o evoluir dos estilos de vida, e com o decair e deslocalização de certas atividades, o Mercado foi perdendo grande parte do seu afluxo, e o matadouro foi encerrado, pelo que se têm vindo a introduzir novas atividades revitalizadoras. Primeiramente, uma grande superfície comercial, que ocupou metade da área do edifício central do mercado, e presentemente, planeia-se nova alteração, que introduz funções associadas ao empreendedorismo jovem e empresas criativas, ocupando o restante espaço ocupado pelo mercado e os armazéns do antigo matadouro. A área do mercado será transferida para uma nova galeria a construir dentro da ala de lojas existente, junto à entrada principal do complexo.

7.4.1. Problemas e Soluções

Neste complexo, em termos de acessos verificamos que, apesar de os arruamentos interiores estarem praticamente de nível, o acesso principal, se faz por ruas de forte inclinação, e a tardoz, por uma grande escadaria, com patins fortemente rampeados, criando grandes dificuldades ao seu uso por parte de pessoas de mobilidade condicionada.

O projeto apresentado mantém quatro espaços comerciais junto da entrada, mas não resolve o seu problema de acesso ao interior, devido ao degrau que o piso interior faz com o passeio. Do mesmo modo, os dois acessos ao novo espaço do mercado, que reutiliza o restante espaço das lojas, está comprometido por este degrau inicial. As bancas do mercado serão, onde possível, reutilizadas. Deve ser prestada atenção ao espaço de acesso ao interior das bancas, tanto na largura como ressalto no piso, assim como à altura a que estão expostos os produtos, permitindo a sua visualização por todos.

No interior desta zona, com acesso pelo pátio existente, verificamos que as casas de banho não foram alteradas. Já os balneários, foram reduzidos a uma só unidade, unissexo, de modo a se ganhar área para a nova zona de frio. Não foram criadas instalações sanitárias adaptadas a pessoas de mobilidade condicionada, nem para o público nem para os funcionários.

O antigo espaço do matadouro e armazéns será concessionado a uma empresa de fabricação e experimentação digital - Fab Lab - aberta ao público para fabricação personalizada e de protótipos. O espaço existente é acessível somente por cais de descarga, em escada e rampas de características não regulamentares. Desde o cais

de descarga os acessos fazem-se de nível. Dadas as suas novas funções, os acessos deverão ser revistos de modo a permitir uma utilização universal.

No antigo espaço do Mercado será criada uma zona de trabalho partilhado, Co-Working, vocacionada para atividades criativas, utilizando o interior da nave, limpa das bancas do mercado e que se presume ficar livre de obstáculos arquitetónicos. Tanto este espaço como o adjacente, do Supermercado, possuem pelo menos um acesso que permite a sua utilização por parte de pessoas de mobilidade condicionada.



Fotografia 10

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Introdução de um patamar elevado na Galeria Comercial;
- Repavimentação do pátio posterior;
- Adaptação das Instalações sanitárias;
- Redefinição da rampa original com novas inclinações e corrimões;
- Alargamento de vãos no edifício administrativo.

7.4.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste mercado é de € **34.423,40** Euros.

7.5. Mercado de Alvalade Norte

O Mercado Municipal da Alvalade é um dos mercados mais utilizados da cidade de Lisboa, com um importante papel no abastecimento de produtos alimentares frescos à população residente no Bairro, mas também aquela que se desloca de outras partes da cidade. O bairro foi planeado para ser autossuficiente em termos de comércio, distribuído de forma a privilegiar o acesso pedonal, e assim permanece seis décadas mais tarde. Contudo, os hábitos de consumo alteraram-se e tem sido feito um esforço de introdução de novas funções, nomeadamente um supermercado e outras funções comerciais não alimentares, de modo a juntar uma nova vitalidade ao seu uso.

A tipologia do mercado é a de uma grande nave central, com um grande pé direito, onde se situa a zona das bancas do mercado, rodeada por construções mais baixas, comerciais, técnicas e administrativas que fazem a transição com a cidade em volta.

7.5.1. Problemas e Soluções

O mercado tem duas entradas, uma a nascente, para a Av. Rio de Janeiro, cujas inclinações e desafogo permitem um acesso favorável aos utentes de mobilidade condicionada; e uma entrada a poente, servida por uma grande escadaria. Ambas têm uma utilização intensa. Existe também comunicação lateral, entre as duas entradas, tanto pelo parque de estacionamento a sul, como pelo arruamento lateral, de inclinação e piso favoráveis, que bordeja a nova área de supermercado.

Associadas a estas entradas temos espaços comerciais com várias funções, e que na maior parte dos casos tem acesso tanto pelo interior do mercado como pela rua, adaptando-se assim melhor aos horários de funcionamento do mercado. Na entrada a nascente, estas lojas tem acesso favorável a partir da rua, apesar de algumas dificuldades com ressaltos no piso, contudo a maioria tem acesso acessível desde o interior. No lado poente, o acesso ao comércio pelo exterior está muito dificultado pela grande diferença de cotas entre o interior e a rua, resolvida somente por escadas. Também aqui verificamos que existem alguns acessos interiores acessíveis, contudo em ambos os casos, a diferença de horários faz com que permaneçam inacessíveis para pessoas de mobilidade condicionada parte do dia.

No interior, além da nave central, e dos espaços comerciais perimetrais, temos uma zona administrativa na entrada nascente, elevada meio piso sobre o espaço principal, numa posição de domínio. Este acesso, por escada, não apresenta alternativa por meios mecânicos. Na frente sul, contígua com o parque de estacionamento, situam-se as zonas técnicas e de funcionários, assim como instalações sanitárias de uso público, onde se inclui uma instalação adaptada para pessoas de mobilidade condicionada. Descendo uma escada no topo poente desta zona chegamos a um pequeno piso inferior onde se encontram os balneários dos funcionários. Não temos contudo acesso alternativo mecânico a esta zona, além de não existirem neste piso as instalações sanitárias/balneários acessíveis a funcionários de mobilidade condicionada.

Nos mercados foi tradicionalmente adotada uma diferenciação de cota no piso entre as zonas de bancas e os corredores de acesso público, associada à localização de caleiras contínuas de recolha de água. Aqui, esta diferença estende-se também às pequenas lojas perimetrais que são usadas presentemente como arrumos das bancas. Este degrau e caleiras devem a sua existência ao hábito de lavagem diária por mangueira do espaço dos mercados, e à necessidade de salvaguardar os espaços dos comerciantes. Contudo, esta prática introduz dificuldades de acessibilidade muito difíceis de resolver. Também verificamos que os espaços para os funcionários, por exemplo a zona atrás das bancas e seu acesso, são exíguas, com critérios de dimensionamento genericamente menos exigentes do que os do público em geral. Verificamos também que as próprias bancas, onde se expõem os produtos, têm uma altura que dificulta o visionamento dos produtos a adquirir por parte de pessoas utilizadoras de cadeira de rodas ou estatura muito reduzida.



Fotografia 11

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Colocação de um corrimão e as devidas marcações no piso em rampas e escadas
- Colocação de rampas metálicas para acesso às lojas
- Introdução de uma plataforma elevatória vertical para acesso ao piso da administração
- Relocalização dos balneários dos funcionários
- Adaptação das bancas de venda de produtos hortofrutícolas e peixaria

7.5.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste mercado é de € **131.232,20** Euros.

7.6. Mercado do Bairro de Santos

O Mercado Municipal do Bairro de Santos é um equipamento público de comércio tradicional, que tem vindo a perder protagonismo no seu papel natural de abastecedor à população de produtos alimentares frescos, assim como um local centralizador de encontro da população do bairro. Localiza-se no Bairro de Santos, um bairro de malha urbana densa, que se encontra algo isolado do restante tecido da cidade pelo desenvolvimento de grandes vias rodoviárias e ferroviárias nos seus limites. Assim, com dificuldades de acessibilidade pedonal e dificuldades de estacionamento automóvel, agravado com o envelhecimento progressivo da população do bairro, o mercado tem vindo a perder muito do seu movimento, encontrando-se neste momento com várias das suas bancas e estabelecimentos comerciais sem ocupação.

O presente mercado, construído em finais dos anos 1980's, repete a tipologia habitual, com bancas centrais circundadas por espaços encerrados perimetrais com comércio complementar, com a variante que o espaço central não é uma nave única de estrutura leve, mas sim uma malha de corredores abobadados em estrutura de betão, as ruas, suportados por espaços semi-encerrados de bancas; tipologia que deriva dos bazares orientais, como o Grande Bazar de Istambul. Também aqui a topografia das ruas interiores procura seguir a topografia do exterior, de inclinação regular. Assim nos topos Sul e Norte, entradas principal e de serviço, o acesso faz-se de nível com a envolvente, contudo, lateralmente, de modo a não criar uma inclinação transversal muito acentuada interior, os passeios laterais foram divididos longitudinalmente em dois níveis, com uma zona rebaixada, a poente, e sobre-elevada a nascente.

7.6.1. Problemas e Soluções

Ao nível dos acessos exteriores, e apesar dos acessos principais estarem a cotas favoráveis, verificamos a existência de vários obstáculos a uma utilização de acesso universal, nomeadamente no desenho de muretes, escadas e rampas exteriores, assim como todos os acessos às lojas perimetrais. A sul também temos um acesso exterior a um restaurante e duas lojas, num piso superior, servido por duas escadas simétricas que além de não serem regulamentares, não oferecem alternativa de acesso mecânico para pessoas de mobilidade condicionada. O mesmo se aplica ao acesso interior, em escada de caracol, ao piso administrativo e dos funcionários.

Na entrada posterior, comunicante com o parque de estacionamento, temos dois volumes salientes, de dois pisos, onde se situam casas de banho de acesso a funcionários, arrumos e zona de lixo. Novamente, não temos acesso ao piso superior, para além das escadas. Verificámos também a inexistência de instalações sanitárias adaptadas a pessoas de mobilidade condicionada, tanto para o público no piso superior, como para os funcionários.

Nos mercados foi tradicionalmente adotada uma diferenciação de cota no piso entre as zonas de bancas e os corredores de acesso público, associada à localização de

caleiras contínuas de recolha de água. Esta diferença estende-se também às lojas que são de acesso ao público. Este degrau e caleiras devem a sua existência ao hábito de lavagem diária por mangueira do espaço dos mercados, e à necessidade de salvaguardar os espaços dos comerciantes. Contudo, esta prática introduz dificuldades de acessibilidade muito difíceis de resolver. Também verificamos que os espaços para os funcionários, por exemplo a zona atrás das bancas e seu acesso, são sempre exíguos, com critérios de dimensionamento genericamente menos exigentes do que para o público em geral. Verificamos também que as próprias bancas, onde se expõem os produtos, têm uma altura que dificulta o visionamento dos produtos a adquirir por parte de pessoas utilizadoras de cadeira de rodas ou estatura muito reduzida.



Fotografia 12

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Repavimentar parte do pátio, subindo a cota junto aos acessos às lojas;
- Introdução de uma plataforma elevatória vertical;
- Adaptação das escadas;
- Elevar o piso da circulação de forma constante;
- Adaptação de uma das "ilhas" de bancas de venda de peixe
- Relocalizar as instalações sanitárias no piso superior

7.6.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste mercado é de € **150.812,64** Euros.

7.7. Mercado do Lumiar

O Mercado Municipal do Lumiar é um pequeno mercado, situado no cruzamento de importantes eixos rodoviários, sob o viaduto do eixo Norte/Sul antes de este sobrevoar a Rua do Lumiar. Situado numa zona mais periférica da cidade onde o uso do carro é dominante, é um mercado que tem vindo a perder protagonismo no seu papel natural de abastecedor à população de produtos alimentares frescos, assim como local centralizador de encontro da população do bairro, encontrando-se neste momento com várias das suas bancas e estabelecimentos comerciais sem ocupação.

É um mercado onde, devido às suas dimensões reduzidas, o espaço central de bancas de venda ao público está cercado em 3 frentes por novos compartimentos para bancas, semi-encerrados, e não por espaços comerciais perimetrais fechados, como na tipologia mais comum de mercado. Este espaço de lojas está antes situado, no extremo sul, a seguir ao corredor de acesso da entrada principal pedonal, para a Rua do Lumiar, e na fachada poente. O corredor de entrada principal termina na outra entrada, a poente, comunicante com o parque de estacionamento.

Não se encontram reservados lugares de estacionamento para veículos com pessoas com deficiência motora no parque de estacionamento ou na via pública. Adossada ao volume principal do mercado a norte, situa-se uma construção mais baixa que contém as zonas técnicas, administrativas, frio e instalações sanitárias. Desta zona acede-se ao cais de descarga coberto, e daí, ao extremo norte do estacionamento.

7.7.1. Problemas e Soluções

O acesso à entrada principal pedonal, que vem desde os principais transportes públicos e núcleo urbano, faz-se atravessando um portão na fachada cenográfica, para um pátio descoberto e rampeado, antes das escadas que acedem às portas. Foi introduzida uma rampa alternativa a estas escadas, contudo tanto o pátio como a rampa têm inclinações excessivas. O acesso posterior pelo parque de estacionamento faz-se de nível, sem obstáculos.

Dentro do Mercado, deparamo-nos com os habituais problemas de acessibilidade encontrados em equipamentos similares: larguras de vãos, ressaltos no piso entre os corredores de circulação públicos e as lojas, e entre a circulação e as bancas, que se situam sobre uns pequenos palanques (6-9cms de altura). Contudo, neste mercado estes desníveis são mais suaves do que o habitual, praticamente regulamentares na transição para as lojas, e o espaço de circulação dentro da zona das bancas é mais generoso.

Neste equipamento também não se encontram as caleiras contínuas de recolha de águas, contíguas ao ressalto das bancas. Estas diferenças de nível devem a sua existência ao hábito de lavagem diária por mangueira do espaço dos mercados, e à necessidade de salvaguardar os espaços dos comerciantes. Contudo, esta prática introduz dificuldades de acessibilidade muito difíceis de resolver.

Verificamos também que as próprias bancas, onde se expõem os produtos, têm uma altura que dificulta o visionamento dos produtos a adquirir por parte de pessoas utilizadoras de cadeira de rodas ou estatura muito reduzida. Verificamos a inexistência de instalações sanitárias adaptadas a pessoas de mobilidade condicionada, tanto para o público como para os funcionários.



Fotografia 13

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Colocação de um lugar reservado a veículos com ocupantes em cadeira de rodas;
- Rampear os acessos individualmente às bancas e às lojas;
- Alargamento de acesso às bancas;
- Adaptação do balcão de atendimento;
- Alargar os vãos entre gabinetes;
- Adaptação das instalações sanitárias;
- Colocação de corrimãos em rampas

7.7.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste mercado é de € **31.929,04** Euros.

8. Desporto

A rede de equipamentos desportivos municipais é fundamental para a concretização do Direito à Cultura Física e ao Desporto (consagrado na Constituição). A igualdade de oportunidades no acesso a esta rede é prejudicada pela existência de barreiras físicas à acessibilidade nos edifícios e, no caso dos equipamentos de proximidade, quando a escassez de equipamentos acessíveis força os praticantes que precisam de acessibilidade a usar equipamentos distantes da sua área de residência.

8.1. Complexo Desportivo do Casal Vistoso

O Complexo Desportivo do Casal Vistoso, é um conjunto de grandes dimensões composto por 3 equipamentos desportivos, partilhando serviços comuns no espaço entre os Blocos. A construção iniciou-se pelo pavilhão Polidesportivo, de grande dimensão (1386 pessoas) sendo ampliado posteriormente com uma Piscina de 25m, um Ginásio preparado para Ginástica Desportiva (futuro Centro de Alto Rendimento de Ginástica Rítmica), e Zonas Comuns, incluindo uma entrada de dimensão adequada à escala do complexo, zona administrativa, zona de restauração, etc. Sob o complexo situa-se uma grande garagem, de momento concessionada à EMEL, na qual a garagem original sob o polidesportivo foi unida à restante área de garagem ampliada.

8.1.1. Problemas

Os acessos fazem-se a partir de um arruamento sem saída, que parte desde a Av. Afonso Costa, o que, pela estreiteza da via e estacionamento indisciplinado, origina problemas de manobras junto da entrada do complexo, especialmente na inversão de marcha de veículos grandes. Para quem acede de forma pedonal, apesar da ampliação e do novo arranjo exterior terem previsto um passeio que segue de nível até à zona da entrada, como embasamento do edifício, verificamos que o acesso inicial a esta zona, desde a passadeira, tem uma **inclinação excessiva**, comprometendo o acesso por pessoas de mobilidade condicionada. O acesso alternativo pelo passeio que ladeia a Rua João da Silva, além dos **ressaltos provocados pela entrada da garagem**, apresenta inclinações excessivas num dos troços.

No edifício do Pavilhão Polidesportivo, ao nível do público, verificamos que **não existe acesso complementar acessível**, para o piso da galeria com acesso às bancadas sobre o espaço de jogos. Também **não existe acesso para pessoas de mobilidade condicionada a dois ginásios situados no espaço sob as bancadas**, cujo acesso único por escada interior, liga no último piso ao topo das bancadas, às salas da imprensa e de som, e à tribuna. Ao nível dos utilizadores, no piso térreo, existe uma grande zona que inclui: quatro balneários completos para atletas, dois balneários para equipas de arbitragem, um posto médico e zona de

arrumos. Apesar das dimensões generosas, **não existem balneários preparados para pessoas de mobilidade condicionada.**



Fotografia 14

O edifício da Piscina, situa-se meio piso acima do nível da entrada. Esta diferença de cotas foi devidamente solucionada através de rampas que complementam as escadas. Dentro dos balneários públicos, repetem-se as desconformidades da qualidade do piso escorregadio, agravado pela existência de água. De resto, os balneários são amplos e têm casas de banho adaptadas à utilização de pessoas de mobilidade condicionada. Contudo, nos balneários dos monitores, verificamos

algumas dificuldades na dimensão dos vãos e inexistência de instalações sanitárias acessíveis. Por fim, referimos que **a galeria superior para o público visionar as atividades da piscina só é acessível por uma escada.**

O acesso à Garagem, inferior, é feito por uma escada interior, ou por uma rampa exterior. Nenhum dos dois constitui um percurso acessível para pessoas de mobilidade condicionada.

8.1.2. Soluções

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Adaptação de instalações sanitárias;
- Instalação de base de duche acessíveis;
- Instalação de equipamento de alarme nas Instalações sanitárias;
- Instalação de plataformas elevatórias verticais;
- Colocação de faixas antiderrapantes e de sinalização visual nas escadas;
- Instalação de controlos e mecanismos operáveis e acessórios dos aparelhos sanitários acessíveis;
- Eliminação de ressaltos nos balneários;
- Alteração do pavimento do chão dos balneários para um pavimento que garanta uma boa aderência;
- Substituição dos corrimãos existentes;
- Mudar o sentido de abertura de algumas portas;
- Refazer a rampa existente.

8.1.3. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste complexo desportivo é de € **109.635,46** Euros.

8.2. Piscina Municipal de Alfama

A Piscina Municipal de Alfama ocupa parte de um logradouro pertença da Junta de Freguesia de S. Vicente de Fora, no final de um arruamento interior com duplo acesso: desde um portão ao cimo da Calçada do Cascão, e, numa cota superior, desde uma abertura no muro, já no Campo de St^a Clara, frente a St^a Engrácia. Este núcleo de edifícios, para além dos edifícios da Junta e da Piscina tem também outras funções, dedicadas ao ensino infantil.

É uma piscina de pequenas dimensões, tanto na dimensão do tanque, como no espaço utilizado para balneários e zonas de apoio, que se encaixam entre a piscina e o muro de suporte, a norte, aproveitando todo o espaço disponível. Apesar disso, é um equipamento com uma utilização diária bastante intensa, essencialmente por parte de moradores da vizinhança, que abrange todas as camadas etárias.

8.2.1. Problemas

Dada a **exiguidade do espaço disponível, e as condições de declive da envolvente do lote**, este é um equipamento que apresenta grandes dificuldades de acessibilidade. Em primeiro lugar, o acesso exterior está muito dificultado nas duas entradas disponíveis. Pelo arruamento superior, no Largo em frente a St^a Engrácia, apesar das inclinações de piso e largura de passeios serem favoráveis, e da possibilidade de colocação de um lugar de estacionamento para veículos de pessoas com deficiência motora, deparamo-nos logo depois do portão da entrada, com uma **grande escadaria, cujos degraus e corrimão não são regulamentares**, e sem alternativa, mecânica ou em rampa, para vencer tal desnível. Pela rua inferior, no cimo da Calçada do Cascão, a seguir ao edifício da Junta, temos uma entrada que liga diretamente ao arruamento interior do logradouro, que é de nível. Contudo tanto a Calçada, como o topo do lote que faz o gaveto, como a própria entrada, estreita e com desníveis do lado exterior, apresentam **obstáculos muito difíceis de vencer e de solucionar, dada a topografia e o espaço disponível**.

No seu interior, também verificamos existirem dificuldades de acessibilidade. Junto à entrada, temos uma área, reservada a funcionários, situada num nível superior, cuja **escada e dimensão de vão não são regulamentares**, além de não



Fotografia 15

oferecerem alternativa acessível. Dentro deste espaço encontra-se também uma pequena **instalação sanitária não acessível**. Comunicante com o átrio, temos uma galeria para visionamento das atividades na piscina, que no fundo não é mais do que um corredor envidraçado. Dada a estreiteza das suas dimensões, a colocação das cadeiras, e a **inexistência de lugar reservado para utentes de mobilidade condicionada**, a sua utilização está muito condicionada.

Já no interior dos balneários públicos, apesar de no curto espaço disponível, se terem conseguido arrumar todas as funções, incluindo uma casa de banho para pessoas de mobilidade condicionada para cada balneário, verificamos que existem alguns problemas, nomeadamente: alguns **objetos projetantes junto do percurso acessível**, problemas com o equipamento instalado nas casas de banho acessíveis, dimensão de vãos e tanque lava-pés na entrada do espaço da piscina. Aqui, o **acesso ao tanque não permite um uso universal**, uma vez que não existe rampa ou meio mecânico que permita utilizadores com dificuldades motoras de entrar e sair da água. Também o espaço de balneário destinado aos monitores apresenta desconformidades, tanto na dimensão do vão de acesso, como na disposição do mobiliário, como na dimensão e equipamento das instalações sanitárias.

8.2.2. Soluções

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Demarcação do lugar de estacionamento;
- Instalação de uma plataforma elevatória de escada;
- Colocação de faixas antiderrapantes e de sinalização visual nas escadas;
- Colocação de corrimãos de ambos os lados das escadas;
- Repavimentação do piso exterior;
- Adaptação do balcão de atendimento;
- Alargamento de vãos e colocação de novas portas;
- Instalação de controlos e mecanismos operáveis dos aparelhos sanitários;
- Reconstrução do lava-pés com rampeamento;
- Adaptação das instalações sanitárias existentes.

8.2.3. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta piscina é de € **49.300,90** Euros.

9. Parques e Jardins

A rede de parques e jardins municipais é fundamental para proporcionar a todos os munícipes qualidade de vida e o acesso a oportunidades de lazer e interacção com a Natureza. A igualdade de oportunidades no acesso a esta rede é prejudicada pela existência de barreiras físicas à acessibilidade em cada um destes equipamentos.

9.1. Estufa-fria de Lisboa

O complexo da Estufa Fria de Lisboa, encontra-se em pleno Parque Eduardo VII, onde no séc. XIX se localizava uma pedreira de onde era extraído basalto, que foi desativada por causa da existência de uma nascente de água, no seu interior.

A cavidade da pedreira foi aproveitada para albergar as espécies vegetais oriundas de todo o mundo, para serem utilizadas no Plano de Arborização da Avenida da Liberdade.

Em 1940 a Estufa, à semelhança do Parque Eduardo VII, sofreu alterações. Para além do reenquadramento e remodelação da entrada, foram criados o Lago exterior e uma “sala” sob a alameda do Parque, a Nave, que constitui um espaço polivalente, onde ocorreram eventos culturais e lúdicos.

O complexo da Estufa Fria de Lisboa é constituído pela Estufa Fria, Quente e Estufa Doce, Nave e, em breve, por uma Cafetaria. Todo o complexo é coberto e possui uma rede de caminhos e “túneis” que se desenvolvem em vários níveis, criando patamares de contemplação únicos e indescritíveis.

9.1.1. Problemas e Soluções

A Estufa-fria de Lisboa apresenta uma desconformidade constante no desenvolvimento do percurso, o revestimento do pavimento, que apresenta deformações decorrentes das suas características mecânicas e do seu uso normal, para além de não apresentar boa aderência nem boas qualidades de drenagem superficial e de secagem. foram sugeridas operações de melhoria das suas condições mantendo a identidade e carácter cénico do espaço.

No que concerne a uma outra desconformidade também recorrente ao longo do desenvolvimento do percurso, a inclinação do pavimento (com valores superiores a 12%), em praticamente todas as ocorrências verificadas a sua resolução teria implicações estruturais no espaço, para além de afetarem o seu carácter cénico e as suas características culturais e históricas, para além dos meios económicos e financeiros alocados.

É ainda de salientar a existência de dois estrangulamentos, com grande relevância, cuja resolução é fundamental para o desenvolvimento do percurso acessível preferencial. A solução proposta passou pela redução da Inclinação do pavimento, quando possível, e pela alteração do revestimento do pavimento.

Também se verificou com frequência a projeção do material vegetal para além das áreas plantadas, interferindo com o percurso.

As escadas existentes, peças relevantes da composição cénica, de uma forma geral não cumprem os requisitos previstos na lei.



Fotografia 16

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Manutenção do material vegetal;
- Alargamento dos lanços de escadas;
- Colocação de corrimão em ambos os lados das escadas;
- Aplicação de faixas antiderrapantes em todos os degraus;
- Compactação e nivelação do piso;
- Reorganização da disposição do mobiliário.

A Estufa-fria de Lisboa integra quatro “edifícios” os quais, pela sua relação intrínseca com a função do jardim, deveriam ser analisados:

- Bilheteira
- Nave
- Cafetaria
- Instalações Sanitárias (I.S.)

A Nave, durante o desenvolvimento da presente fase de trabalho, encontrava-se a ser alvo de um projeto de reabilitação pelo que não foi efetuada a análise das condições de acessibilidade.

A Cafeteria encontra-se em fase de projeto, no qual deverão ser consideradas as disposições contidas no DL e no RPAMP, pelo que não foi efetuada a análise das condições de acessibilidade.

Procedeu-se à análise das condições de acessibilidade (identificação de desconformidades e respetivas medidas corretivas) da Bilheteira e das I.S.



Fotografia 17

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Reconfiguração de balcão de atendimento;
- Reconfiguração do espaço, em zona de escadas;
- Colocação de ascensor;
- Adaptação das instalações sanitárias.

9.1.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nos espaços de circulação do jardim é de € **163.245,02** Euros e nos edifícios da Nave e I.S. é de € **20.505,00** Euros.

No total o valor estimado para adaptação da Estufa Fria de Lisboa é de € **183.750,02** Euros.

9.2. Jardim Guerra Junqueiro

O Jardim Guerra Junqueiro localiza-se junto à Basílica da Estrela e ao Hospital Militar Principal, num dos mais conhecidos bairros da cidade de Lisboa.

O jardim inicialmente denominado "Passeio da Estrela", foi rebatizado oficialmente, com a atual designação, em homenagem ao Poeta Guerra Junqueiro, continuando a ser mais conhecido por Jardim da Estrela, intimamente relacionado com o nome do bairro onde se localiza.

Foi construído por iniciativa do Marquês de Tomar, tendo-se iniciado as obras a 30 de Setembro de 1842, contando com a colaboração do Arquitecto Pedro José Pezerat e foi inaugurado a 3 de Abril de 1852. Em 1870, a principal atração do Jardim, foi um leão africano.

Caracteriza-se por ser um jardim vedado e possuir 5 entradas. Apresenta uma conceção de traçado de inspiração romântica de parque à Inglesa. Tirando partido da fisiografia do terreno, foi construída uma colina artificial (miradouro), que em tempos tinha vista para o rio Tejo e uma "gruta" subterrânea, sendo todo o espaço percorrido por alamedas sinuosas e lagos.

9.2.1. Problemas e Soluções

O Jardim Guerra Junqueiro apresenta duas desconformidades recorrentes, quer no seu acesso, quer no interior dos seus limites, que constituem constrangimentos ao desenvolvimento do percurso acessível e para as quais são propostas medidas corretivas, designadamente:

- **Revestimento do pavimento** – Nas ocorrências em que se verifique que o revestimento do pavimento apresenta deformações e desgastes decorrentes do seu uso normal, intimamente relacionado com as características mecânicas do material e com a sua sujeição às condições atmosféricas, prevê-se aplicação de pavimento que propicie um piso regular, estável, firme, contínuo, resistente, durável, com boa aderência e drenagem superficial. De salientar que a aplicação do revestimento do pavimento deverá ser conjugada com a sua correta aplicação, bem como pela sua permanente e eficaz manutenção.
- **Sinalização e Orientação** – Colocação de sinalética que identifique e direcione os utentes para as entradas /saídas acessíveis, percursos acessíveis e de lugares de estacionamento reservados para pessoas com mobilidade condicionada.

No que concerne aos troços do pavimento com inclinação superior a 6% e inferior a 8%, considera-se que deverá existir um "limiar de tolerância" com este intervalo, uma vez que as operações de movimentação de terra para reduzir a inclinação do pavimento provocariam grandes alterações à lógica conceptual dos caminhos existentes e do próprio jardim, colocando em causa a sua diversidade plástica e sensitiva, com implicações diretas nas suas características morfológicas, históricas, culturais e arquitetónicas que se pretendem preservar.



Fotografia 18

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Execução de rampa com inclinação inferior a 6%, incluindo corrimãos;
- Aplicação de pavimento que propicie um piso regular, estável, firme, contínuo, resistente, durável, com boa aderência e drenagem superficial;
- Aplicação de grelhas de proteção, nas caldeiras;
- Colocação de pilaretes;
- Relocalização do mobiliário urbano (paragem e papeleira);
- Relocalização dos sumidouros;
- Adaptação das Instalações Sanitárias.

9.2.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste cemitério é de € **354.264,55** Euros para o edificado e € **17.129,60** Euros para os espaços exteriores.

No total o valor estimado para adaptação deste cemitério é de € **371.394,15** Euros.

9.3. Jardim Amália Rodrigues

O Jardim Amália Rodrigues localiza-se no alto do Parque Eduardo VII, na proximidade de Instalações da Universidade Nova de Lisboa, num dos pontos mais elevados da cidade de Lisboa proporcionando uma vista magnífica sobre a mesma. Da autoria do Arquitecto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, o jardim foi inaugurado em 1996 e designado em 2000 por Jardim Amália Rodrigues, em homenagem à fadista.

O jardim faz parte integrante do projeto de ligação do Alto do Parque Eduardo VII a Monsanto, por acesso pedonal, designado por Corredor Verde.

Caracteriza-se por ser um Jardim aberto, que pelo seu relevo e desenho, proporcionam uma grande diversidade de ambientes. De forma a tirar partido da topografia do local, possui um grande anfiteatro sobre a Avenida da Liberdade e sobre o rio Tejo e um lago circular, junto ao qual se situa a cafetaria e a respetiva esplanada. No ponto mais elevado do jardim localiza-se um restaurante de luxo e no ponto mais baixo, circundado pelo anfiteatro e alinhado com a estátua do Marquês de Pombal, encontra-se o mastro da Bandeira de Portugal.

9.3.1. Problemas e Soluções

O Jardim Amália Rodrigues apresenta quatro desconformidades que se repetem, quer no seu acesso, quer no interior dos seus limites, que constituem constrangimentos ao desenvolvimento do percurso acessível e para as quais são propostas medidas corretivas, designadamente:

Revestimento do pavimento – Nas ocorrências em que se verifique que o revestimento do pavimento apresenta deformações e desgastes decorrentes do seu uso normal, intimamente relacionado com as características mecânicas do material e com a sua sujeição às condições atmosféricas, prevê-se aplicação de pavimento que propicie um piso regular, estável, firme, contínuo, resistente, durável, com boa aderência e drenagem superficial.

Inclinação do pavimento – Nas situações em que se verifique que os caminhos apresentam uma inclinação superior a 6%, prevê-se a redefinição da sua configuração para uma inclinação do pavimento inferior a 6%.

Ressalto no pavimento – A resolução destes desníveis passará pelo rebaixamento do piso e pela execução e aplicação de grelhas.

Sinalização e Orientação – Colocação de sinalética que identifique e direcione os utentes para as entradas /saídas acessíveis, percursos acessíveis e de lugares de estacionamento reservados para pessoas com mobilidade condicionada.

9.3.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste jardim é de € **334.355,37** Euros.

10. Cemitérios

A promoção da acessibilidade nos cemitérios é, a nível nacional, uma questão nova que obviamente colocará desafios novos, quer ao nível do desenho dos cemitérios como da sua própria gestão.

Os cemitérios desempenham um papel fundamental na vida da comunidade, como palco do ritual funerário e como local de memória. Essa função é prejudicada pelas barreiras físicas à acessibilidade em cada um destes equipamentos.

É verdade que em muitos casos (edificados históricos, nomeadamente as capelas, ruas ou secções já consolidadas e com inclinações superiores ao desejado ou com acessos demasiado estreitos) as alterações sugeridas podem ser difíceis de aplicar. Será necessário a CML ter uma atitude pragmática e objectiva, orientada para a procura e progressiva implementação das soluções possíveis.

10.1. Cemitério do Alto de São João

Embora este cemitério já exista desde 1833, o seu carácter era provisório por ter sido construído para resolver o problema causado pela cólera, devido ao elevado número de mortes.

Por decreto da Rainha D. Maria II de 1834 inicia-se a sua construção oficial.

Depois de benzido foi inaugurada em 5 de Maio de 1834 dia em que foi Sepultado o primeiro cadáver. Considera-se público e permanente a 11 de Junho de 1834, e passa a ser administrado pela Câmara Municipal de Lisboa por decreto de 21 de setembro de 1835, ficando oficialmente a designar-se por Cemitério do Alto de São João.

Embora não esteja documentado, é pouco depois da sua inauguração que se começam a construir jazigos no cemitério.

A construção dos muros de proteção e a ampliação de espaços para enterramentos muito se ficaram a dever ao grande empenho de Alfredo Guisado, vereador da Câmara de Lisboa.

A Ocidente constroem-se os jazigos e a oriente as secções de enterramento. Era também neste cemitério que as pessoas falecidas nos hospitais da cidade eram sepultadas.

O cemitério adquire um carácter revolucionário pelos túmulos dos grandes Republicanos, Miguel Bombarda, Almirante Reis, Machado Santos, Elias Garcia, Borges Grainha, Alfredo Costa e Manuel Buíça. Considerado o cemitério dos Republicanos, enquanto o dos Prazeres foi o da Monarquia. Este carácter foi reforçado com a presença do crematório.

10.1.1. Problemas e Soluções

Os passeios são reduzidos a tal largura, que a sua utilização se torna impossível para pessoas de mobilidade reduzida. Esta situação é agravada pelo facto de os mesmos estarem repletos de obstáculos, que incluem ressaltos, escadas, árvores e suas caldeiras. Contudo, o maior problema em termos de acessibilidade seja o da inclinação e ressaltos no piso. O mau estado de conservação dos pavimentos está generalizado.

Verificamos ainda que o acesso às secções onde se encontram as campas, é feito maioritariamente por escadas ou degraus isolados, sem alternativa acessível, e sem corrimãos e outros elementos que tornem o seu uso adequado a pessoas de mobilidade condicionada.

Quanto ao edificado verifica-se que todos estes espaços têm o seu acesso condicionado pela existência de degraus à entrada ou soleiras com desnível superior a 2cm.

As instalações sanitárias estão de uma forma geral com problemas de dimensionamento não permitindo a sua utilização por pessoas com mobilidade condicionada.

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Alargamento dos passeios até, pelo menos, 1,5m, incluindo rebaixamento do lancil de bordadura até uma altura de 0.02 m e com inclinação transversal máxima de 2%.
- Regularização do pavimento do canal de circulação e recolocação ou remoção de mobiliário urbano e/ou árvores.
- Fornecimento e aplicação de Guardas de um lado apenas, para os passeios dos arruamentos com inclinação superior a 6%, conforme indicado nas peças desenhadas.
- Adaptação das Instalações Sanitárias
- Introdução de rampas nos edifícios Administrativos de Apoio e de Culto
- Instalação de plataforma em edifício administrativo.

10.1.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste cemitério é de € **125.605,20** Euros para o edificado e € **1.797.749,00** Euros para os espaços exteriores.

No total o valor estimado para adaptação deste cemitério é de € **1.923.354,20** Euros.

10.2. Cemitério dos Olivais – Lote A e B

O cemitério do Olivais nasce do antigo Convento de S. Cornélio e como se pode ver o muro original da cerca.

São visíveis e estão bem demarcadas as áreas de expansão deste cemitério, verificam-se os muros originais do cemitério. Começou a funcionar como cemitério laico em 1870, e foi inaugurado em 1897.

Os Olivais eram uma antiga freguesia rural pouco populosa e sofre o seu grande desenvolvimento no anos 50 com os planos de urbanização de Lisboa, sendo neste momento o cemitério com menos área e que serve a maior freguesia de Lisboa.

10.2.1. Problemas e Soluções

O acesso às secções onde se encontram as campas, é feito maioritariamente por escadas ou degraus isolados, sem alternativa acessível, e sem corrimãos e outros elementos que tornem o seu uso adequado a pessoas de mobilidade condicionada.

Quanto ao edificado verifica-se que todos estes espaços têm o seu acesso condicionado pela existência de degraus à entrada ou soleiras com desnível superior a 2cm.

As instalações sanitárias estão de uma forma geral com problemas de dimensionamento.

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- . Execução de rampa com menos de 6% de inclinação, mediante a aplicação do mesmo material do passeio e respetivas bases de assentamento, onde indicado.
- Fornecimento e aplicação, no início e fim de escadas, de lajetas pitonadas com cor contrastante relativamente ao pavimento adjacente.
- Execução e aplicação de corrimãos de ambos os lados de escadas.
- Faixas antiderrapantes e de sinalização visual em todos os degraus.
- Rebaixamento do pavimento existente, construção de muros de suporte e execução de rampa com uma inclinação de 4.4%, incluindo guardas;
- Adaptação de Instalações Sanitárias

10.2.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste cemitério é de € **76.496,00** Euros para o edificado e € **78.638,50** Euros para os espaços exteriores.

No total o valor estimado para adaptação deste cemitério é de € **155.134,50** Euros.

10.3. Cemitério dos Prazeres

Estabelecido em Abril de 1833, por ocasião de se desenvolver em Lisboa o Cholera-Morbus, a sua localização é nas Terras de Almeirões, zona ocidental de Lisboa mesmo em frente da antiga ermida da Nossa Senhora dos Prazeres.

Estabelecido com carácter provisório para sepultar os falecidos de cólera, considera-se público e permanente em 11 de Junho de 1834, sob a dependência do Prefeito da Província da Extremadura. Em 21 de Setembro de 1835, passa a ser administrado pela Câmara Municipal de Lisboa, recebendo o título de Nossa Senhora dos Prazeres.

10.3.1. Problemas e Soluções

Os passeios são reduzidos a tal largura, que a sua utilização se torna impossível para pessoas de mobilidade reduzida. Esta situação é agravada pelo facto de os mesmos estarem repletos de obstáculos, que incluem ressaltos, escadas, árvores e suas caldeiras. Contudo, o maior problema em termos de acessibilidade seja o da inclinação e ressaltos no piso. O mau estado de conservação dos pavimentos está generalizado.

Verificamos ainda que o acesso às secções onde se encontram as campas, é feito maioritariamente por escadas ou degraus isolados, sem alternativa acessível, e sem corrimãos e outros elementos que tornem o seu uso adequado a pessoas de mobilidade condicionada.

Quanto ao edificado verifica-se que todos estes espaços têm o seu acesso condicionado pela existência de degraus à entrada ou soleiras com desnível superior a 2cm.

As instalações sanitárias estão de uma forma geral com problemas de dimensionamento não permitindo a sua utilização por PcD.

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Alargamento dos passeios até, pelo menos, 1,5m
- Regularização do pavimento do canal de circulação
- Adaptação das Instalações Sanitárias
- Adaptação do balcão de atendimento a Pessoas com Mobilidade Condicionada, onde indicado nas peças desenhadas;

10.3.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste cemitério é de € **30.477,00** Euros para o edificado e € **1.031.221,76** Euros para os espaços exteriores.

No total o valor estimado para adaptação deste cemitério é de € **1.061.698,76** Euros.

10.4. Cemitério de Benfica

O cemitério de Benfica foi mandado construir pela Câmara Municipal em 1869, tendo sido para ele trasladadas as ossadas existentes nos antigos cemitérios paroquiais de Benfica e Carnide. É um cemitério na tradição latina, uma cidade dos mortos murada, onde, a um fundo dominante construído, um micro urbanismo formado por jazigos, columbários e arruamentos, se opõe o verde pontual dos ciprestes arquetípicos. Como a ideia de cidade miniatura está na sua génese, é natural que da diminuição de escala dos seus elementos constitutivos surjam problemas de uso e de acessibilidade

10.4.1. Problemas e Soluções

Os passeios são reduzidos a tal largura, que a sua utilização se torna impossível para pessoas de mobilidade reduzida. Esta situação é agravada pelo facto de os mesmos estarem repletos de obstáculos, que incluem ressaltos, escadas, árvores e suas caldeiras. Contudo, porventura o maior problema em termos de acessibilidade seja o da inclinação e ressaltos no piso.

O cemitério foi implantado numa área de fortes inclinações, e o traçado das suas vias não evita as linhas de maior pendente. Assim, temos logo à entrada uma alameda com inclinação excessiva, assim como zonas onde as inclinações são tais (superiores a 20%), que constituem um verdadeiro perigo para o utente, tanto pela inclinação em si como pela ausência de corrimãos ou sinalética adequada. Para além das vias em rede contínua, alcatroadas para uso automóvel, verificamos que o acesso às secções onde se encontram as campas, é feito maioritariamente por escadas ou degraus isolados, sem alternativa acessível, e sem corrimãos e outros elementos que tornem o seu uso adequado a pessoas de mobilidade condicionada.

Obviamente que, pela tradição de os enterros serem feitos em talhões praticamente encostados uns aos outros, o acesso às campas e às lápides, fica, na melhor das hipóteses, reduzido ao perímetro da secção e das suas passagens interiores.

Na tipologia do cemitério, constatamos que os jazigos e columbários constituem a fachada para as vias, definindo no seu interior um “logradouro” onde se situam as campas, temporárias ou não.

Existem problemas de acessibilidade no acesso a estas frentes tanto pelo desnível do passeio e portas de jazigos, como pela altura a que se situam os “gavetões” individuais dos columbários. Alguns destes são visitados com frequência por pessoas que aí guardam objectos e mantêm espaços dedicados à memória dos mortos. O principal acesso (Rua 1) segue o modelo oitocentista, de uma praça semicircular exterior, com alameda processional ascendente até à capela. Os edifícios de acesso público ladeiam esta avenida, e pela sua inclinação excessiva têm naturalmente problemas de acessibilidade. Estes incluem a administração, com degraus no acesso ao seu interior e instalações sanitárias não acessíveis, sala de espera e instalações sanitárias públicas, recentemente intervencionadas de forma a melhorar o seu acesso, mas cuja rampa não está regulamentar, assim como o acesso à casa do guarda, capela e suas dependências.

Para nascente encontra-se uma longa fiada de edifícios de apoio ao cemitério, onde se situam os vestiários, balneários, sala de encarregado, oficinas, chaveiro, e casa de lavagem de ossadas (esta com acesso público). Todos estes espaços têm o seu acesso condicionado pela existência de degraus à entrada. Junto à entrada alternativa a nascente, existe ainda uma nova casa de porteiro, armazéns e o núcleo de instalações sanitárias, todos igualmente inacessíveis.

O edifício das instalações sanitárias é um projeto tipo, implantado em vários cemitérios, com adaptações nos seus acessos. Este edifício não tem nem os acessos, cabines nem equipamento adaptados à utilização por parte de pessoas de mobilidade condicionada.

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Criação de Percurso Pedonal (sem subida significativa do piso);
- Colocação de faixas de aproximação com revestimento de textura e cor contrastante nos patamares superiores e inferiores das escadas;
- Colocação de corrimãos de ambos os lados das escadas;
- Colocação de faixas antiderrapantes e de sinalização visual com 0,04 m de largura, junto ao focinho dos degraus e de cor contrastante;
- Colocação de uma guarda ao longo de toda a zona desnivelada do passeio, de modo a evitar uma mudança de nível abrupta no pavimento;
- Adaptação do balcão de atendimento existente;
- Alargamento do passeio para uma dimensão mínima de 1,50m ;
- Adaptação das instalações sanitárias de forma a torná-las acessíveis.

10.4.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste cemitério é de € **29.895,80** Euros para o edificado e € **663.858,72** Euros para os espaços exteriores.

No total o valor estimado para adaptação deste cemitério é de € **693.754,52** Euros.

10.5. Cemitério da Ajuda

O cemitério da Ajuda foi mandado construir pela Rainha D. Maria I, entre 1766 e 87, passando à administração municipal em 1835, para servir as freguesias de Belém e Ajuda. É um cemitério na tradição latina, uma cidade dos mortos murada, onde, a um fundo dominante construído, um micro urbanismo formado por jazigos, columbários e arruamentos, se opõe o verde pontual dos ciprestes arquetípicos. Como a ideia de cidade miniatura está na sua génese, é natural que da diminuição de escala dos seus elementos constitutivos surjam problemas de uso e de acessibilidade.

10.5.1. Problemas e Soluções

Este problema nota-se especialmente no dimensionamento das vias, onde os passeios são reduzidos a tal largura, que a sua utilização se torna impossível para pessoas de mobilidade reduzida. Esta situação é agravada pelo facto de os mesmos estarem repletos de obstáculos, que incluem ressaltos, escadas, árvores e suas caldeiras.

O cemitério é composto pela sua área original, e por uma zona de expansão a sul, mais recente. Na zona mais antiga, organizada em volta da entrada, os arruamentos definem sectores de pequenas dimensões. Estes “quarteirões” têm as suas frentes definidas por jazigos, porém, as frentes mais afastadas da entrada, não têm jazigos mas somente o interior, repleto de sepulturas.

A zona mais recente, por sua vez foi dividida em quatro grandes quarteirões cujas frentes são definidas, tanto para os arruamentos como para o interior dos pátios por altas paredes de columbários. Para além da inclinação excessiva de certas vias, verificamos que o acesso ao interior dos quarteirões a sul, está muito dificultado pela existência de escadas e degraus isolados, ressaltos e pavimentos em mau estado. Verificamos também que apesar do aparente imprevisto, na resolução pontual destas diferenças de nível, mesmo, em situações planeadas de construção recente, como o interior do “quarteirão” a sudeste, a acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada não está assegurada.

Obviamente que, pela tradição de os enterros serem feitos em talhões praticamente encostados uns aos outros, o acesso às campas e às lápides, fica, na melhor das hipóteses, reduzido ao perímetro da secção e das suas passagens interiores. Na tipologia do cemitério, constatamos que os jazigos e columbários constituem a fachada para as vias, definindo no seu interior um “logradouro” onde se situam as campas, temporárias ou não. Existem problemas de acessibilidade no acesso a estas frentes tanto pelo desnível do passeio e portas de jazigos, como pela altura a que se situam os “gavetões” individuais dos columbários. Alguns destes são visitados com frequência por pessoas que aí guardam objetos e mantêm espaços dedicados à memória dos mortos.

O acesso principal, atravessa um portão numa reentrância do muro exterior, para uma praça oval interior, com a capela no topo do maior eixo. Os edifícios de acesso público congregam-se aqui: ladeando a entrada, temos a portaria/I.S. de um lado e

a administração do outro. Estão previstas obras de alterações de modo a possibilitar o uso das Instalações Sanitárias públicas por pessoas de mobilidade condicionada, do mesmo modo que na administração, foi considerada uma plataforma elevatória de modo a permitir o acesso à cota do piso.

O acesso à Capela, e suas dependências, como ao piso inferior da administração permanecem sem alternativa acessível ao acesso por escadas. Os edifícios de apoio para funcionários encostam-se ao muro norte, com armazéns e oficinas, e ao muro nascente, na transição para a extensão, com os balneários e refeitório. Todos estes edifícios para funcionários têm o seu acesso condicionado pela existência de degraus ou ressalto, à entrada.

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Alargamento dos passeios até, pelo menos, 1,5m;
- Adaptação das Instalações sanitárias;
- Instalação de Plataforma elevatória no edifício de administração;
- Reconstrução de escadas;
- Construção de rampas;
- Colocação de corrimões de ambos os lados das escadas;
- Criação de Percurso Pedonal (com subida significativa do piso);
- Construção de uma plataforma de nível, adjacente à porta de acesso.

10.5.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste cemitério é de € **20.585,07** Euros para o edificado e € **334.184,95** Euros para os espaços exteriores.

No total o valor estimado para adaptação deste cemitério é de € **354.770,02** Euros.

10.6. Cemitério do Lumiar

O Cemitério do Lumiar está implantado em terrenos contíguos à Igreja de S. João Baptista do Lumiar e surge na sequência do alargamento do adro da igreja, local tradicionalmente afeto aos enterramentos. Enquanto cemitério público, a sua gestão pertenceu primeiramente ao antigo concelho dos Olivais, passando à administração municipal de Lisboa em 1892.

Situado nas imediações do Paço do Lumiar, tem entrada pela Azinhaga das Lajes, arruamento de carácter marcadamente secundário e algo indefinido.

A entrada não tem reentrância semicircular de alargamento de espaço no muro, como é habitual na tipologia da época, mas faz um pequeno largo para o interior. Também aqui não existe a rua principal, processional com a capela ao fundo, sendo esta um edifício de dimensões modestas que ladeia a entrada em conjunto com o novo edifício administrativo, de dois pisos. À malha ortogonal original em volta da entrada, foram adicionadas zonas de expansão, a sul e poente, sendo uma destas novas secções o cemitério das Comunidades Islâmica e Ismaili.

É um cemitério na tradição latina, uma cidade dos mortos murada, cujo traçado forma um micro urbanismo de arruamentos, jazigos, e columbários. Pela condição periférica têm contudo um carácter menos denso que os seus contemporâneos de Lisboa; os jazigos ladeiam a rua principal, mas logo terminam, e subsistem zonas não ocupadas, relvadas, que em conjugação com os alinhamentos de ciprestes dão um carácter mais verde e aprazível ao conjunto.

Como a ideia de cidade miniatura está na sua génese, é natural que da diminuição de escala dos seus elementos constitutivos surjam problemas de uso e de acessibilidade. Este problema nota-se especialmente no dimensionamento das vias da zona original, oitocentista, nomeadamente nos passeios, que tanto pela largura como pelo facto de estarem repletos de obstáculos, que incluem ressaltos, bancos, bebedouros, árvores e suas caldeiras, tornam a sua utilização impossível para pessoas de mobilidade condicionada.

10.6.1. Problemas e Soluções

O cemitério está implantado num terreno de inclinações muito suaves, sendo a circulação pela via automóvel livre de obstáculos. Contudo no acesso a uma zona nova de expansão, no extremo sul, verificamos a existência de rampas de inclinação não regulamentar na ligação a essa zona sobrelevada, sendo que todos os acessos alternativos são feitos por escada.

Na zona nova de expansão a sul, não existe passeio, fazendo-se a circulação pedonal e automóvel no piso liso de alcatrão. Na zona nova de expansão a poente, existe passeio sobrelevado em relação à via, mas a sua largura já é regulamentar.

Nos edifícios, verificamos haver dificuldades de acesso devido aos ressaltos existentes nos vários edifícios. No edifício administrativo, existe projeto de alterações que considera um novo acesso mecânico ao piso superior, assim como uma casa de banho de funcionários preparada para a utilização de pessoas de

mobilidade condicionada. Contudo, para o público em geral, as casas de banho disponíveis, não oferecem esta possibilidade.

Devido à dimensão do cemitério, os serviços disponibilizam, um transporte interno, em “carro de golfe”, para pessoas de mobilidade condicionada que o solicitem; o que permite uma utilização bastante mais confortável e auxílio na orientação. Foi recentemente construído um novo “quarteirão” de columbários, com remoção das campas existentes e repavimentação com blocos de cimento. Verifica-se que o pavimento abateu por o terreno não ter sido devidamente compactado nas campas antigas, deformando bastante o piso.

Entre as adaptações propostas, destacam-se as seguintes ações:

- Colocação de sinalização adequada junto à entrada do Cemitério;
- Refazer a calçada de modo a garantir que o revestimento seja estável, durável, firme e contínuo;
- Colocação de faixas de aproximação com revestimento de textura e cor contrastante nos patamar superior e inferior da escada;
- Adaptação das instalações sanitárias existentes;
- Adaptação de escadas com introdução de pavimentos tácteis e corrimãos;
- Eliminação de ressaltos através de introdução de rampas com inclinações adequadas;
- Rebaixar passeios de calçada existentes em frente a jazigos;
- Introdução de plataformas de utilização mista.

10.6.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis neste cemitério é de € **34.060,95** Euros para o edificado e € **462.709,02** Euros para os espaços exteriores.

No total o valor estimado para adaptação deste cemitério é de € **486.769,97** Euros.

11. Escolas Básicas do 1º Ciclo

A rede pública de escolas básicas do 1.º Ciclo deve cobrir as necessidades de toda a população, de forma a concretizar o Direito à Educação (consagrado na Constituição). A igualdade de oportunidades no acesso a esta rede é prejudicada quando existem barreiras físicas à acessibilidade no recinto escolar, e quando a escassez de escolas acessíveis força as crianças que precisam de acessibilidade a frequentar estabelecimentos distantes da sua área de residência.

Ao identificar as desconformidades com as normas legais e fornecer elementos de apoio à sua eliminação, a CML fica assim, na posse de uma base de trabalho, que lhe permitirá solucionar os problemas de acessibilidade nestes estabelecimentos de ensino. No entanto, também se deve considerar que nalguns casos estas obras de adaptação/correção são muito onerosas e por vezes a sua eficácia está dependente de reformulações funcionais a serem efetuadas no edifício.

11.1. Escola Básica Arco-íris

11.1.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Arco Íris apresenta como principal problema de acessibilidade a existência de escadas entre o nível da entrada e o das salas de aula e ginásio/recreio coberto no piso térreo e entre este e o refeitório. Vencidos estes desníveis através de dois meios mecânicos adequados, a Escola apresenta também um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas e respetivas zonas de manobra. A resolução destas desconformidades passa pela substituição e relocalização de alguns vãos.



Fotografia 19

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada. Por último, é de referir a necessidade de correções a elaborar em degraus interiores e nalgumas áreas de pavimentos exteriores, para segurança e livre circulação de crianças, quer tenham ou não necessidades especiais.

11.1.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **31.545,70** Euros.

11.2. Escola Básica Alice Vieira

11.2.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Alice Vieira representa, do ponto de vista da acessibilidade ao nível dos percursos, um exemplo de integração de rampas no interior e exterior do edifício. Ainda assim, cerca de metade da estimativa orçamental prevista para a adaptação da Escola está associada à reconfiguração dessas rampas e, essencialmente, à instalação de corrimãos e de faixas de sinalização, elementos em falta ou em desconformidade nestes percursos. Outro aspeto significativo desta Escola diz respeito à largura útil insuficiente das portas de acesso a alguns serviços e à obstrução da zona de manobra na entrada para as salas de aula do piso superior.

A resolução destas desconformidades passa pela substituição dos vãos, que compõe, juntamente com a rampa que garante acesso ao ginásio, outra parte significativa do custo de reconfiguração da Escola. Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a realocação da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias, uma vez que a instalação sanitária existente para este propósito não apresenta as dimensões mínimas necessárias. De uma forma geral, a Escola não apresenta desconformidades que impliquem resoluções muito complexas ou reconfigurações espaciais significativas, uma vez que a organização da mesma já integra as referidas rampas como alternativa às escadas e desníveis existentes.



Fotografia 20

11.2.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **21.544,70** Euros.

11.3. Escola Básica Infante D. Henrique

11.3.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Infante D. Henrique apresenta uma unidade de apoio a alunos com multideficiência, fator adicional à urgência em proceder às correções necessárias do ponto de vista da sua acessibilidade. Considera-se como primeiro problema a existência de uma escadaria no acesso ao recinto escolar. Este desnível pode ser vencido por uma rampa, como se apresenta, aproveitando-se o acesso ao recinto escolar pela entrada secundária já existente, na proximidade da principal mas adequada a pessoas com mobilidade condicionada. (Poderia realizar-se um acesso de nível, mas o mesmo implicaria a abertura de um novo vão no limite do recinto escolar e obrigaria as pessoas a contornar parte da Escola para lhe aceder). Vencido este desnível em relação à via pública, a Escola apresenta um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas e respetivas zonas de manobra.

A resolução destas desconformidades passa pela substituição e realocação de alguns vãos, representando quase metade da estimativa orçamental para a adaptação desta Escola, a par da realização da referida rampa de entrada. Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a Escola requer ainda a adaptação da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, ao nível da sua porta de acesso e das louças sanitárias adequadas. É de realçar que esta instalação sanitária deverá estar desimpedida de obstáculos ou outros objetos que não sejam considerados necessários para os utilizadores das mesmas. De uma forma geral e à exceção da rampa de acesso, a Escola não apresenta desconformidades que impliquem resoluções muito complexas ou reconfigurações espaciais significativas. No entanto, a resolução das suas desconformidades considera-se especialmente essencial e urgente, pela razão acima mencionada.



Fotografia 21

11.3.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **21.396,71** Euros.

11.4. Escola Básica Adriano Correia de Oliveira

11.4.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Adriano Correia Oliveira apresenta, como primeiro problema de acessibilidade, a existência de uma escadaria no acesso ao recinto escolar. Este desnível pode ser vencido por uma rampa, como se apresenta, implicando a criação de uma entrada secundária, adequada a pessoas com mobilidade reduzida. Vencido este desnível em relação à via pública, a Escola apresenta outra escadaria na sua entrada principal, cuja resolução não seria obrigatória pela existência de uma entrada secundária, mas para a qual se propõe uma rampa, tendo como critério oferecer sempre a possibilidade a pessoas com mobilidade reduzida de aceder ao edifício pela sua entrada principal. A construção destas duas rampas de acesso à Escola representa grande parte da estimativa orçamental prevista. Para além de outras desconformidades associadas a desníveis de mais fácil resolução, a Escola apresenta ainda um problema generalizado no que diz respeito às zonas de manobra das suas portas, nomeadamente no acesso às salas de aula, nos pavilhões existentes.

A resolução destas desconformidades passa pela realocização desses vãos, sem implicar reconfigurações espaciais complexas. Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias, embora integrada junto destas, no edifício principal.



Fotografia 22

11.4.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **19.067,70** Euros.

11.5. Escola Básica Bairro Madre Deus

11.5.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Bairro Madre de Deus apresenta apenas três (grupos de) desconformidades no que diz respeito a acessibilidades. O primeiro problema diz respeito à necessidade de aceder ao piso superior, de forma a garantir o acesso a pelo menos um espaço interior de cada tipo e um percurso que os ligue.

A Escola apresenta ainda um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas de folha dupla, no acesso geral às alas de salas de aula, ao refeitório e ao ATL.

Por fim, a Escola requer a adaptação da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, ao nível do fornecimento e instalação de louças sanitárias e acessórios adequados.

A resolução do primeiro problema passa pela instalação de um meio mecânico adequado na escada existente – envolvendo as correções necessárias aos seus degraus e corrimãos – e representa grande parte da estimativa orçamental prevista para a Escola.

Quanto à largura útil das suas portas é resolvida com a substituição desses vãos, sem implicar reconfigurações espaciais complexas.



Fotografia 23

11.5.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **19.951,83** Euros.

11.6. Escola Básica João dos Santos

11.6.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica João dos Santos apresenta uma grande complexidade do ponto de vista da sua acessibilidade. Tendo salas (de aula e outras) em oito níveis diferentes e não sendo possível ligá-los através de rampas, a instalação de meios mecânicos adequados representa um impacto considerável nesta Escola.

A Escola apresenta ainda um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas.

Assim, a adaptação da Escola depende da instalação de sete plataformas elevador de escada, representando estas grande parte da estimativa orçamental prevista para a Escola.

A resolução da largura útil das portas passa pela substituição e realocização de alguns vãos, sem implicar reconfigurações espaciais significativas. Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino e com acesso independente das restantes instalações sanitárias (que deverão também ser alvo de reparações ao nível do sistema de esgotos). É de realçar que a adaptação desta escola a pessoas com mobilidade reduzida envolveria uma execução física e economicamente desproporcionada, para além de implicar uma dependência e utilização constante de sucessivos meios mecânicos, o que não se revela uma situação favorável.



Fotografia 24

11.6.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **97.807,10** Euros.

11.7. Escola Básica Manuel Teixeira Gomes

11.7.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Manuel Teixeira Gomes, tendo já resolvido o acesso aos seus diferentes níveis através de meios mecânicos adequados, apresenta um problema principal e generalizado no que diz respeito às acessibilidades, que se prende com a largura útil insuficiente das suas portas.

A resolução destas desconformidades passa pelo alargamento e substituição dos vãos, representando quase três quartos da estimativa orçamental prevista para a adaptação desta Escola, sem implicar alterações de grande impacto ao nível espacial ou funcional.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo e um percurso que os liga – e para além de outras desconformidades de mais fácil resolução –, a adaptação da Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada integrada nas restantes, servindo para os sexos masculino e feminino.

De uma forma geral, a Escola não apresenta desconformidades que impliquem resoluções muito complexas ou reconfigurações espaciais significativas, principalmente devido às plataformas elevador de escadas já existentes. No entanto, a resolução das suas desconformidades considera-se especialmente essencial e urgente, sendo uma escola que recebe e tem atualmente alunos com necessidades especiais.



Fotografia 25

11.7.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **8.941,20** Euros.

11.8. Escola Básica Luiza Neto Jorge

11.8.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Luiza Neto Jorge apenas apresenta pequenas desconformidades ao nível de acessibilidades, sendo de destacar o facto de já terem tido alunos com necessidades especiais.

Optando-se pela entrada secundária no recinto escolar, por sugestão e experiência da própria Escola, o acesso a pelo menos um espaço interior de cada tipo (no piso superior) encontra-se garantido (à excepção de pequenas correcções necessárias em portas).

A Escola, no seu interior, requer essencialmente a adaptação da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, apenas ao nível do fornecimento e instalação de louças sanitárias e acessórios adequados.

No exterior, a Escola apresenta uma rampa de ligação ao recreio no nível inferior, com desconformidades no que diz respeito a corrimãos (existentes, mas com altura superior ao permitido) e faixas de sinalização.

A correcção desta desconformidade, pela extensa projecção horizontal da rampa, representa um investimento dez vezes superior à estimativa orçamental prevista sem a sua resolução (em alternativa, poderá ser instalado um meio mecânico numa das escadas existentes no interior, com custos semelhantes e respetivas vantagens e desvantagens). Considerando este facto, a sua concretização – e a opção pelo percurso exterior em rampa ou interior através de uma plataforma elevador de escada – deverá ser averiguada em função das necessidades da Escola.



Fotografia 26

11.8.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **13.014,46** Euros.

11.9. Escola Básica Lisboa n.º 195

11.9.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica de Lisboa nº195 apresenta um conjunto de problemas de acessibilidade, maioritariamente associados aos desníveis existentes e à largura útil e zona de manobra de portas.

Quanto aos desníveis, a resolução das escadarias principais passa pela instalação de dois meios mecânicos adequados, enquanto que o acesso à sala polivalente, recreio e salas de aula se realiza com a construção/correção das respetivas rampas. As plataformas elevador de escada representam cerca de metade da estimativa orçamental prevista para a Escola, enquanto que os trabalhos associados às rampas correspondem a cerca de um terço da mesma.

A resolução das desconformidades associadas a portas implica o alargamento, substituição e realocação desses vãos, nomeadamente no acesso a salas de aula e salas especiais. (Por motivos arquitetónicos e para manter uma imagem global da escola, considera-se que as alterações associadas às salas de aula deverão também ser realizadas nas duas salas de aula restantes [de acessibilidade não obrigatória].)

Garantindo o acesso a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias, embora integrada na proximidade destas.



Fotografia 27

11.9.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **39.838,70** Euros.

11.10. Escola Básica Natália Correia

11.10.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Natália Correia apresenta uma grande complexidade do ponto de vista da sua acessibilidade. Tendo espaços interiores e exteriores em três níveis diferentes e não sendo possível, devido à diminuta largura das suas escadas, a instalação de uma plataforma elevador de escada, a solução considerada envolve a ligação vertical entre pisos, através de um meio mecânico adequado.

O acesso a partir da cota da via pública até ao primeiro nível de salas é também constituído por desníveis, implicando a sua resolução a construção de uma rampa e a instalação de uma plataforma elevador de escada.

Vencidos estes desníveis, a Escola apresenta também um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas, cuja resolução passa pela substituição desses vãos, representando cerca de um quinto da estimativa orçamental para a adaptação da Escola, cuja maior importância (cerca de dois terços) diz respeito aos referidos meios mecânicos necessários.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias.

É de destacar que esta Escola apresenta a necessidade de um recreio exterior coberto, de mais instalações sanitárias e melhores condições de acesso ao piso inferior. Estas resoluções, indicadas em nota final, deverão ser averiguadas e aprofundadas, se pertinente, numa futura fase de projeto nesta Escola.



Fotografia 28

11.10.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **31.821,20** Euros.

11.11. Escola Básica Lisboa n.º21

11.11.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Lisboa nº 21 apresenta como primeiro e principal problema de acessibilidade a existência de uma rampa em curva, de grande extensão e inclinação, na ligação entre a via pública e a entrada no seu edifício. A resolução desta desconformidade implica a instalação de um meio mecânico adequado na rampa, equipamento com um custo muito elevado que, por si só, representa cerca de três quartos da estimativa orçamental prevista para esta Escola.

Vencido este desnível, a Escola apresenta ainda um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas e respetivas zonas de manobra. A resolução destas desconformidades passa pela substituição e realocação de alguns vãos, implicando, em certos casos, alterações com algum impacto físico/material e económico.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a reconfiguração espacial da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, ao nível das suas dimensões e do fornecimento e instalação de louças sanitárias e acessórios adequados. É de realçar que esta instalação sanitária deverá estar desimpedida de obstáculos ou outros objetos que não sejam considerados necessários para os utilizadores das mesmas.

Por último, a Escola apresenta ainda áreas de pavimento (essencialmente no interior) em mau estado de conservação (nalguns casos, o pavimento foi removido), o que representa um obstáculo e um motivo de insegurança para as crianças, quer tenham ou não necessidades especiais, devendo ser estes casos corrigidos.



Fotografia 29

11.11.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **51.799,20** Euros.

11.12. Escola Básica Actor Vale

11.12.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Actor Vale apresenta como primeiro problema de acessibilidade a existência de um desnível entre a via pública e o recinto escolar. Esta desconformidade é resolvida com o recurso a uma rampa, cuja construção representa mais de metade da estimativa orçamental prevista para esta Escola.

Vencido este desnível – e apesar de outras desconformidades de fácil resolução, principalmente relativas à largura útil de portas – a Escola não encontra grandes obstáculos de acessibilidade, à exceção do edifício anexo (CAF), onde é necessária a abertura de um novo vão de entrada e respetiva rampa de acesso.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a correção da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, ao nível da sua porta de acesso e do fornecimento e instalação de louças sanitárias e acessórios adequados.

Por último, é de destacar que este edifício se caracteriza por ser a escola de referência para crianças invisuais. Deste modo, atendendo às suas necessidades específicas, serão necessários o fornecimento e a instalação de corrimãos nos corredores, para apoio à circulação de invisuais, e de faixas antiderrapantes nas escadas (apesar de não pertencerem ao percurso acessível definido), onde já ocorreram acidentes devido à sua falta.



Fotografia 30

11.12.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **7.273,98** Euros.

11.13. Escola Básica n.º15

11.13.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica do 1º Ciclo nº 15 apresenta como primeiro problema de acessibilidade a existência de um desnível entre a via pública e o recinto escolar e entre este e a entrada da escola. A primeira desconformidade é resolvida com a alteração do local de entrada para pessoas com mobilidade condicionada; a segunda com recurso a uma rampa.

Outra desconformidade da escola diz respeito à necessidade de aceder ao piso superior e inferior do edifício para garantir pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo. Assim, é necessária a instalação de um meio mecânico adequado para vencer este desnível entre os três pisos, plataforma elevador de escada que representa cerca de dois terços da estimativa orçamental prevista para a adaptação da escola.

A Escola – para além de outras desconformidades relativas à largura útil de portas, de mais fácil resolução – requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias, embora integrada na proximidade destas.



Fotografia 31

11.13.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **25.818,70** Euros.

11.14. Escola Básica do Castelo

11.14.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica do Castelo é um edifício complexo no que diz respeito a acessibilidades. É de destacar que a mesma já teve uma aluna com mobilidade reduzida, cuja permanência não foi possível devido à falta de condições de acessibilidade.

Em primeiro lugar, apresenta um desnível imediatamente no seguimento da sua entrada, desnível esse que deve ser vencido através de um meio mecânico adequado. Por outro lado, para garantir a entrada em pelo menos um espaço interior de cada tipo, torna-se essencial o acesso ao piso superior das duas alas existentes e ao nível da sala de apoio, ou seja, a instalação de outras três plataformas elevador de escada. Juntos, estes quatro meios mecânicos representam grande parte da estimativa orçamental prevista para a adaptação da Escola.

Vencidos estes desníveis, a Escola requer ainda algumas correções que dizem respeito à largura útil das suas portas e à construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias, embora integrada na proximidade destas.

É de destacar que o acesso ao refeitório não é possível com a configuração espacial atual (a opção de acesso pelo exterior não nos parece razoável, apesar de possível com pequenas correções). Em alternativa, a sala polivalente, sendo acessível, poderá voltar a acolher essa função, como acontecia anteriormente e nos foi transmitido pela Escola.



Fotografia 32

11.14.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **50.742,20** Euros.

11.15. Escola Básica Bartolomeu de Gusmão (n.º72 de Lisboa)

11.15.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Bartolomeu Gusmão apresenta como primeiro problema de acessibilidade a ligação entre o nível da via pública e o da entrada na Escola. Este desnível é vencido através de uma rampa em três lanços, que representa cerca de um quinto da estimativa orçamental prevista para a Escola.

Para garantir o acesso a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo, a Escola requer ainda o acesso aos seus pisos superior e inferior, problema que se resolve com a instalação de um meio mecânico adequado, representando este – juntamente com as correções necessárias aos degraus e corrimãos das escadas – cerca de metade dos custos previstos para a adaptação da Escola. O equipamento proposto é uma plataforma elevador de escada, não tendo sido possível, na fase de estudo prévio, garantir uma plataforma elevador vertical – como pretendido e sugerido pela Escola – que tivesse dimensões regulamentares e fosse integrada no espaço previsto (entre lanços da escada). No entanto, esta instalação – neste ou noutro espaço – deverá ser averiguada numa fase futura, por representar uma necessidade da Escola, que apresenta um núcleo de apoio à multideficiência e se depara com maiores problemas de acessibilidade por esta razão.

Vencidos estes desníveis – e para além de outras desconformidades associadas a desníveis de mais fácil resolução –, a Escola apresenta alguns problemas relativos à largura útil e zonas de manobra de algumas portas. A resolução destas desconformidades passa pela substituição ou realocação desses vãos, sem implicar reconfigurações espaciais significativas.

Por último, a adaptação da Escola implica ainda a reconfiguração da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, sendo a mesma está integrada no referido conjunto de salas de apoio à multideficiência, cuja existência reforça a urgência em intervir nesta Escola.

11.15.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **53.174,00** Euros.

11.16. Escola Básica Vale de Alcântara

11.16.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Vale de Alcântara apresenta escassas desconformidades no que diz respeito a acessibilidades, existindo já um meio mecânico vertical – elevador – como modo de ligação entre os seus dois níveis.

A primeira correção a fazer consiste na reconstrução da rampa de acesso à Escola a partir da via pública.

Vencido este desnível – e para além de outras duas desconformidades de fácil resolução –, a Escola apenas requer a reconfiguração de uma das instalações sanitárias específicas para pessoas com mobilidade condicionada existentes, ao nível da realocação das suas louças sanitárias e acessórios. É de realçar que estas instalações sanitárias deverão estar acessíveis e desimpedidas de obstáculos ou outros objetos que não sejam considerados necessários para os utilizadores das mesmas.



Fotografia 33

11.16.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **1.661,00** Euros.

11.17. Escola Básica Alto da Ajuda

11.17.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica do Alto da Ajuda apresenta diversos desníveis entre a via pública e o recinto escolar e entre este e o edifício, desníveis esses resolvidos com recurso à reconstrução das rampas existentes (não regulamentares).

Para garantir pelo menos um espaço interior de cada tipo, a Escola requer ainda o acesso ao piso superior das suas duas alas de salas, problema corrigido com a instalação de dois meios mecânicos adequados nas escadas. Estas duas plataformas de escada, juntamente com as correções necessárias aos degraus e corrimãos, representam mais de dois terços da estimativa orçamental prevista para a adaptação desta Escola.

Por fim, a Escola que já possui uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada corretamente adaptada – apresenta ainda um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas, desconformidade que implica a substituição desses vãos, sem reconfigurações espaciais significativas.



Fotografia 34

11.17.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **51.297,70** Euros.

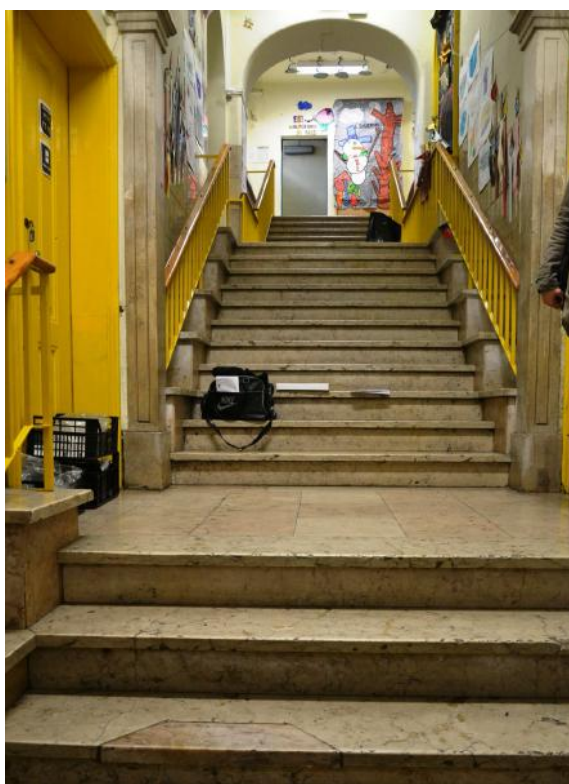
11.18. Escola Básica Luísa Ducla Soares

11.18.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Luísa Ducla Soares apresenta uma grande complexidade do ponto de vista da sua acessibilidade. Tendo espaços interiores e exteriores em oito níveis diferentes e não sendo possível, em grande parte dos casos, ligá-los através de rampas, a instalação de meios mecânicos adequados representa um impacto considerável nesta Escola. Por outro lado, devido à diminuta largura dos seus percursos e escadas, a instalação de plataformas elevador de escada é, nalguns casos, impossível, condicionando o acesso a alguns espaços. Neste contexto, prevê-se a instalação de três meios mecânicos em escadas – representando estes grande parte da estimativa orçamental prevista para a adaptação da Escola – limitando-se a chegada a três níveis diferentes de salas acessíveis.

O acesso ao recreio é garantido através da construção de rampas, bem como a entrada na secção do edifício onde se constrói uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias.

É de destacar que a total adaptação desta Escola nunca será possível sem a sua reconfiguração profunda, sem a qual a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada fica reduzida a cerca de metade dos espaços necessários para uma total vivência da Escola.



Fotografia 35

11.18.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **63.827,70** Euros.

11.19. Escola Básica São José

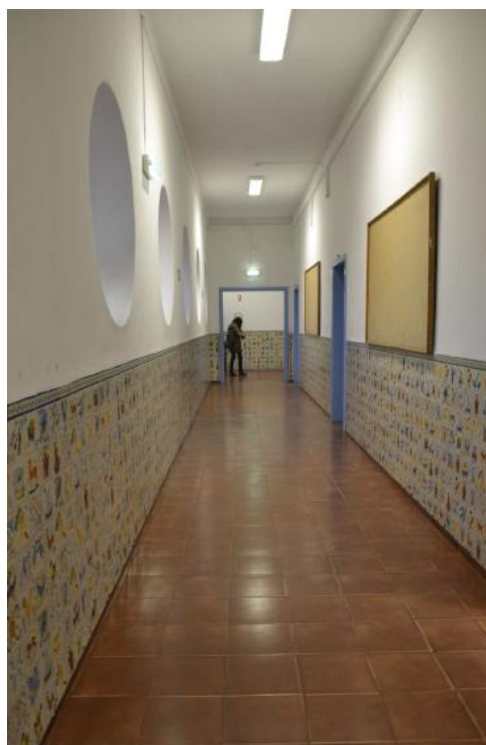
11.19.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica São José apresenta como maior problema o acesso público ao seu edifício, que se realiza através de uma extensa escadaria até ao nível da entrada principal. Apenas resolvendo este acesso será pertinente adaptar a Escola. Como alternativa – se possível por questões legais – o acesso de pessoas com mobilidade condicionada poderá realizar-se pelo Jardim do Torel, através de uma entrada secundária, no nível superior da Escola.

No interior, as desconformidades existentes dizem respeito essencialmente à largura útil de algumas portas e percursos, sendo que a sua correção implica algumas reconfigurações espaciais.

Por outro lado, para garantir o acesso a pelo menos um espaço interior de cada tipo, é necessário o acesso a diferentes pisos do edifício, sendo essa ligação feita através da instalação de um meio mecânico adequado (que poderá ligar à cota do Jardim do Torel, caso se opte por essa solução de acesso), que representa, juntamente com as correções necessárias aos degraus e corrimãos da escada, mais de três quartos da estimativa orçamental prevista para a Escola.

Por último, a adaptação da Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias, embora integrada na proximidade destas e obrigando à realocação de uma sala de auxiliares.



Fotografia 36

11.19.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **20.156,45** Euros.

11.20. Escola Básica Fernando Pessoa n.º1

11.20.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Fernando Pessoa nº1 apresenta, como primeiro problema de acessibilidade, um desnível entre a via pública e a entrada na Escola, corrigido com recurso a uma rampa.

No interior, a Escola requer a necessidade de aceder ao seu piso superior, de forma a garantir o acesso a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo. Esta desconformidade implica a instalação de um meio mecânico adequado, que – juntamente com as necessárias correções aos corrimãos da escada – representa cerca de dois terços da estimativa orçamental prevista para a adaptação da Escola.

Vencidos estes desníveis – e para além de outras desconformidades associadas a desníveis de mais fácil resolução –, a Escola apresenta ainda um problema no que diz respeito à largura útil de algumas das suas portas, cuja resolução passa pela sua substituição e/ou realocização.

Por fim, a adaptação da Escola requer ainda a reconfiguração espacial da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, incluindo o fornecimento e instalação ou realocização de louças sanitárias e acessórios adequados.



Fotografia 37

11.20.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **27.799,10** Euros.

11.21. Escola Básica Santo António

11.21.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Santo António apresenta como primeiro problema de acessibilidade a ligação entre o nível da via pública e o da entrada no edifício.

Vencido este desnível através da correção das rampas existentes (representando mais de um quarto da estimativa orçamental prevista), a Escola apresenta ainda um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas. A resolução destas desconformidades passa pela substituição desses vãos, sem implicar reconfigurações espaciais significativas mas com um impacto considerável no orçamento da adaptação da Escola.

Outra questão desta Escola prende-se com a necessidade de aceder ao seu piso superior, para garantir o acesso a pelo menos um espaço interior de cada tipo. Esta desconformidade é resolvida com a instalação de um meio mecânico adequado, uma plataforma elevador vertical que representa quase metade dos custos previstos para a Escola.

Por fim, a adaptação da Escola requer ainda a reconfiguração espacial da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, incluindo o fornecimento e instalação ou realocação de louças sanitárias e acessórios adequados.



Fotografia 38

11.21.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **43.977,20** Euros.

11.22. Escola Básica Lisboa n.º1

11.22.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica de Lisboa nº1 deverá fazer uso de uma entrada secundária existente e já resolvida do ponto de vista da sua acessibilidade (com a existência de uma rampa), quer por motivos funcionais, quer económicos e arquitetónicos (uma vez que a execução de outra solução na entrada principal, para além de implicar custos elevados, iria afetar a imagem e o valor patrimonial do edificado).

Considerada esta opção, a Escola requer ainda a construção de duas rampas na ligação entre o edifício e o pátio/recreio interior, rampas essas que representam mais de metade da estimativa orçamental prevista para a Escola. (É de destacar que existe uma rampa metálica amovível, pontualmente utilizada para vencer um destes desníveis, embora a mesma não apresente características que permitam a sua consideração para uma permanência mais duradoura).

Vencidos estes desníveis, a Escola apresenta um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas, cuja resolução passa pela sua substituição, com custos que rondam um terço do total previsto.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a reconfiguração da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, ao nível da sua porta de acesso e da realocação de louças sanitárias adequadas.



Fotografia 39

11.22.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **16.650,46** Euros.

11.23. Escola Básica O Leão de Arroios

11.23.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Leão de Arroios apresenta uma unidade de apoio especializado para a multideficiência e uma entrada específica para pessoas com mobilidade condicionada.

Grande parte dos seus problemas de acessibilidade estão relacionados com a largura útil das suas portas, desconformidades cuja resolução – que passa pela substituição e/ou realocação desses vãos – representa uma parte considerável dos trabalhos e custos para a adaptação da Escola.

Por outro lado, apesar da configuração do edifício apresentar uma rampa de ligação entre pisos, a mesma não se encontra regulamentar nem facilmente corrigível. Deste modo, para garantir o acesso a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo, a chegada ao piso superior e inferior realiza-se através da instalação de um meio mecânico adequado, plataforma elevador vertical que representa cerca de metade da estimativa orçamental prevista para a adaptação da Escola.

O edifício requer ainda a construção de duas rampas no acesso ao refeitório e ginásio e a reconfiguração da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, ao nível da sua porta de acesso e do fornecimento e instalação de louças sanitárias e acessórios adequados.

Sendo uma escola com unidade de apoio à multideficiência, considera-se essencial a sua adaptação, permitindo o acesso a pessoas com necessidades especiais à totalidade da diversidade de espaços que compõem a vivência da Escola. Por último, a Escola apresenta problemas ao nível dos seus pavimentos (tijoleira polida escorregadia), que se consideram desadequados (nomeadamente no recreio e na rampa de ligação entre pisos) e que, juntamente com problemas de humidade e infiltrações no interior do edifício, colocam em causa a segurança das crianças, quer tenham ou não necessidades especiais.



Fotografia 40

11.23.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **27.884,80** Euros.

11.24. Escola Básica São Sebastião da Pedreira

11.24.1. Problemas e Soluções

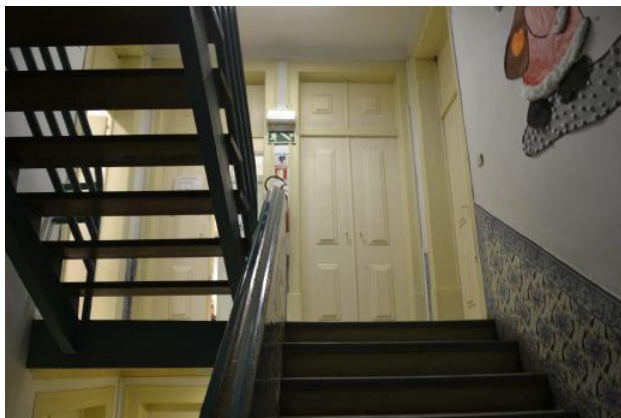
A Escola Básica São Sebastião da Pedreira apresenta uma grande complexidade do ponto de vista da sua acessibilidade. Tendo espaços interiores e exteriores em cinco níveis diferentes e não sendo possível, em grande parte dos casos, ligá-los através de rampas, a instalação de meios mecânicos adequados representa um impacto considerável nesta Escola. Por outro lado, devido à diminuta largura de uma das suas escadas, a instalação de uma plataforma elevador apenas é possível com a desmontagem e reconstrução dos seus dois lanços, implicando trabalhos e custos significativos. Neste contexto e considerando esta resolução, prevê-se a instalação de um meio mecânico que faz a ligação a três pisos e representa, juntamente com as correções necessárias às escadas, cerca de metade da estimativa orçamental prevista para a adaptação da Escola.

O acesso ao recreio realiza-se através da construção de uma rampa em três lanços, cuja construção tem um impacto considerável a nível económico e espacial.

A Escola apresenta também um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas e à existência de desníveis entre percursos e salas, desconformidades que implicam uma grande quantidade de trabalhos e custos, incluindo uma reconfiguração espacial mais profunda da Escola.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias.

É de destacar que a adaptação desta Escola implica uma execução desproporcionada, quer física quer economicamente, dificultada pela sua configuração espacial e funcional, que nunca facilitará o uso por pessoas com mobilidade condicionada.



Fotografia 41

11.24.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **46.593,80** Euros.

11.25. Jardim de Infância da Ameixoeira

11.25.1. Problemas e Soluções

O Jardim de Infância da Ameixoeira apresenta como principal problema de acessibilidade a entrada no seu edifício. Pela existência de um desnível e de um apoio estrutural na zona de manobra da porta principal, esta desconformidade é resolvida pela abertura de um novo vão de acesso, na proximidade do principal mas específico e adequado a pessoas com mobilidade condicionada.

No interior, as desconformidades existentes dizem principalmente respeito à insuficiência da largura útil das portas e à obstrução das suas zonas de manobra. A resolução destas desconformidades passa pela substituição e relocalização desses vãos, representando grande parte da estimativa orçamental prevista para a adaptação da Escola.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a Escola requer a reconfiguração da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente, apenas ao nível da relocalização de louças sanitárias e acessórios adequados.

É de destacar a diminuta quantidade de trabalhos e custos associados à adaptação desta Escola.



Fotografia 42

11.25.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **3.612,96** Euros.

11.26. Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos

11.26.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos apresenta como primeiro problema de acessibilidade a existência de lombas acentuadas entre a via pública e o recinto escolar e entre este e o edifício da Escola, corrigidos pela construção de um(a) plataforma/ percurso de ligação entre portão e respetivas portas de acesso.

Vencidos estes desníveis, a principal desconformidade da Escola é a necessidade de ligação ao piso superior de uma das suas alas para garantir o acesso a pelo menos um espaço interior de cada tipo. Esta ligação é resolvida com a instalação de um meio mecânico adequado, plataforma elevador de escada que representa mais de metade da estimativa orçamental prevista.

A Escola apresenta também um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas, cuja resolução passa pela substituição desses vãos, sem implicar uma reconfiguração espacial significativa mas com um impacto considerável nos trabalhos e custos associados à adaptação da Escola.

Por fim, garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo e um percurso que os liga, a Escola requer ainda a reconfiguração das duas instalações sanitárias específicas para pessoas com mobilidade condicionada existentes (uma masculina, a outra feminina), apenas ao nível da realocação de louças sanitárias e acessórios adequados.

São de destacar outras necessidades desta Escola, com especial atenção aos problemas de aquecimento, infiltrações (humidade, vidros partidos e chuva no interior) e canalizações, que, apesar de não dizerem respeito a problemas de acessibilidade, poderão pôr em causa a segurança e bem-estar das crianças, quer tenham ou não necessidades especiais.



Fotografia 43

11.26.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **28.507,10** Euros.

11.27. Jardim de Infância n.º1 de Benfica

11.27.1. Problemas e Soluções

O Jardim de Infância n.º1 de Benfica apresenta como principal problema de acessibilidade a existência de desníveis entre a cota da via pública e a Escola e na ligação entre o percurso exterior coberto e as salas acessíveis. Estas desconformidades são resolvidas com recurso a rampas e à elevação da cota do percurso, de modo a possibilitar o acesso às salas de modo regulamentar, e representam cerca de dois terços da estimativa orçamental prevista para a adaptação da Escola.

Vencidos estes desníveis, o edifício apresenta escassas desconformidades no que diz respeito a acessibilidades. Apenas se destaca a insuficiência da largura útil de algumas portas e de um percurso interior, cuja resolução envolve uma quantidade de trabalhos e custos mais significativa.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias, embora integrada na proximidade destas.



Fotografia 44

11.27.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **15.512,05** Euros.

11.28. Escola Básica Jorge Barradas

11.28.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Jorge Barradas apresenta uma rampa não regulamentar na ligação entre o acesso principal a partir da via pública e o seu edifício. Esta desconformidade é resolvida pela consideração do acesso secundário ao recinto escolar, próximo do principal e considerado adequado para pessoas com mobilidade condicionada.

Para além de alguns desníveis de fácil resolução, a Escola tem como principal problema de acessibilidade a insuficiência da largura útil de grande parte das suas portas, cuja resolução implica a substituição desses vãos, representando a maior parte dos trabalhos e da estimativa orçamental prevista para a adaptação da Escola.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a Escola requer ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, servindo para os sexos masculino e feminino, com acesso independente das restantes instalações sanitárias, embora integrada na proximidade destas.

De uma forma geral, a Escola não apresenta desconformidades que impliquem resoluções muito complexas ou reconfigurações espaciais significativas. No entanto, a resolução das suas desconformidades considera-se especialmente urgente, dado que a escola tem atualmente um aluno com necessidades especiais.

11.28.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **9.711,70** Euros.

11.29. Escola Básica Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles

11.29.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles apresenta como primeiro e principal problema de acessibilidade a existência de um desnível e respetiva rampa não regulamentar na ligação entre a via pública e a escola. Esta desconformidade implica a reconstrução da rampa de acesso em três lanços e representa cerca de dois terços da estimativa orçamental prevista para a Escola. (Deve realçar-se a opção por uma solução em rampa ao invés de um meio mecânico, por esta medida nos parecer, neste caso, mais adequada e versátil, incluindo a colocação de corrimãos, essenciais em certos casos de necessidade especial).

Vencido este desnível – e para lm de outra desconformidade associada a um desnível de mais fácil resolução –, a Escola apresenta também um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas e respetivas zonas de manobra. A resolução destas desconformidades passa pela substituição e realocação desses vãos, representando grande parte dos trabalhos e custos previstos.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a reconfiguração da instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada existente. Sendo o acesso a esta instalação sanitária dependente de uma passagem pelo exterior a partir de uma das alas, a sua correção poderá ser acompanhada da criação de um percurso interior, facilitando também a utilização para pessoas sem necessidades específicas.

 de destacar que esta escola recebe muitas crianças com mobilidade condicionada e necessidades específicas, pelo que a sua adaptação e a aquisição de um fraldário se consideram essenciais.

11.29.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **36.003,21** Euros.

11.30. Escola Básica Professor José Salvado Sampaio

11.30.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Professor José Salvado Sampaio apresenta, como principal problema de acessibilidade, desconformidades no que dizem respeito à largura útil das suas portas e respetivas zonas de manobra. A resolução destas desconformidades passa pela substituição e realocação desses vãos, representando grande parte da estimativa orçamental prevista para a adaptação desta Escola.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo (todos no piso térreo) e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda – e para além de outras desconformidades associadas a desníveis de mais fácil resolução – a adaptação de uma das instalações sanitárias específicas para pessoas com mobilidade condicionada existentes, ao nível da sua reconfiguração espacial e do fornecimento e instalação de louças sanitárias e acessórios adequados.

De uma forma geral e à exceção da rampa de acesso, a Escola não apresenta desconformidades que impliquem resoluções muito complexas ou reconfigurações espaciais significativas.



Fotografia 45

11.30.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **6.671,20** Euros.

11.31. Escola Básica Frei Luís de Sousa

11.31.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica Frei Luís de Sousa apresenta como principal problema de acessibilidade a obrigatoriedade de aceder ao piso superior, de modo a garantir pelo menos um espaço interior de cada tipo, e, nesse contexto, a existência de uma escadaria de acesso entre os dois níveis.

Este desnível é vencido através da instalação de um meio mecânico adequado (plataforma elevador de escada), que, juntamente com as correções necessárias aos degraus e corrimãos da escada, representa cerca de três quartos da estimativa orçamental prevista para a adaptação desta Escola. (Este meio mecânico poderá também servir de ligação ao piso -1, se as necessidades da Escola a tornarem essencial).

Para além de outras desconformidades associadas a desníveis de mais fácil resolução, a Escola apresenta ainda um problema generalizado no que diz respeito à largura útil das suas portas e respetivas zonas de manobra. A resolução destas desconformidades passa pela substituição e relocalização desses vãos, sem implicar reconfigurações espaciais significativas.

Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior e exterior de cada tipo e um percurso que os liga, a Escola requereria ainda a construção de uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, que se encontrava em construção aquando da visita à escola.



Fotografia 46

11.31.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **21.657,40** Euros.

11.32. Escola Básica António Nobre

11.32.1. Problemas e Soluções

A Escola Básica António Nobre apresenta como primeiro problema de acessibilidade a existência de rampas em desconformidade na ligação entre a via pública e o recinto escolar, e entre este e as duas entradas nas respetivas alas da escola. A resolução da primeira desconformidade é feita pela alteração do local de acesso (embora muito próximo do principal) de pessoas com mobilidade condicionada. Uma das outras rampas – com inclinação superior à permitida – é resolvida com a sua reconfiguração e reconstrução; à outra são acrescentados corrimãos e um primeiro troço que a regulariza. Juntas, estas correções representam cerca de um terço da estimativa orçamental prevista para a Escola.

Vencidos estes desníveis, a Escola apresenta ainda um problema generalizado no que diz respeito às zonas de manobra de grande parte das suas portas, no acesso às salas de aula. A resolução destas desconformidades passa pela realocação dos vãos, sem implicar reconfigurações espaciais significativas.

Outro aspeto de grande importância prende-se com o acesso ao recreio inferior. Apesar de existir uma rampa, a mesma apresenta uma largura útil inferior e uma inclinação superior ao permitido, sendo difícil de corrigir. Assim, caso se pretenda garantir o acesso a esse recreio (o existente à cota das salas de aula destina-se ao Jardim de Infância), a sua resolução implica a instalação de um meio mecânico vertical adequado, representando este um pouco mais de metade do orçamento previsto para a adaptação desta Escola. Garantindo a acessibilidade a pelo menos um espaço interior (todos no piso térreo) e exterior de cada tipo e um percurso que os liga, a adaptação da Escola requer ainda a adaptação das duas instalações sanitárias específicas para pessoas com mobilidade condicionada existentes (uma em cada ala), ao nível do fornecimento e instalação de louças sanitárias e acessórios adequados.



Fotografia 47

11.32.2. Estimativa de Custos

O valor estimado para a realização das adaptações necessárias e viáveis nesta escola é de € **36.525,42** Euros.

12. Serviços Municipais

12.1. Os Edifícios

Os edifícios camarários, acolhem um conjunto de serviços municipais onde se desenvolvem as actividades fruto das suas competências autárquicas. Em alguns destes edifícios a Câmara Municipal recebe os seus munícipes onde lhes presta atendimento público.

O parque de edifícios municipais é vasto pelo que esta análise se concentrou numa amostra que inclui os Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, o edifício Central do Campo Grande,, as instalações das Unidades de Intervenção Territorial, entre outros.

Estes edifícios foram analisados por técnicos municipais através de questionários que verificaram as suas condições de acessibilidade.

12.2. O Resultado

A análise abrangeu principalmente espaços dos edifícios que habitualmente recebem público, considerando ainda parte do espaço exterior que dá acesso ao estacionamento acessível ou paragem de autocarro mais próxima.

Os **percursos de acesso** aos edifícios a partir da paragem de autocarro encontram-se praticamente livres de estreitamentos, sendo a existência de ressalto a sua maior dificuldade. Em dois terços das situações analisadas, quem fizer este percurso terá percorrer mais de 100 passos, e atravessar pelo menos uma passagem de peões.

Muitos dos edifícios que acolhem os serviços municipais têm estacionamento em cave para Pessoa com deficiência, no entanto a oferta deste tipo de estacionamento na via pública só acontece em cerca de metade dos casos.

Em 85% os **lugares de estacionamento** para Pessoa com mobilidade condicionada na via pública estão devidamente sinalizados por placa vertical facilitando a sua localização. Quando existem, os lugares de estacionamento estão próximos dos edifícios, apesar de em quase metade das situações ser necessário atravessar alguma passagem de peões e em quase todas existir ressalto nas transições com as vias rodoviárias.

A primeira barreira nos edifícios começa imediatamente nas portas e nos respectivos desníveis entre o passeio e a entrada. Nos casos aqui analisados, 78% têm desnível, ou por existência soleira com mais de 2 cm de altura, ou por via de escadaria (50%) ou rampas. Em nenhum dos casos existem meios mecânicos para ultrapassar este tipo de barreira.

Por regra, os edifícios dos serviços municipais não recorrem a entradas secundárias para dar acesso a utentes com mobilidade condicionada. As portas principais têm na sua generalidade as dimensões adequadas e ora se encontram sempre abertas

(39%) ora têm porta automática (11%) sendo que em 50% dos casos têm que ser abertas pelos utentes.

No **interior dos edifícios**, nas condições de acessibilidade relativas à circulação horizontal é possível observar que em cerca de 80% dos casos os corredores estão bem dimensionados, sem ressaltos e com portas com a necessária largura útil.

Quanto à **circulação vertical**, os dados obtidos deste inquérito revelam que o acesso aos vários pisos que recebem público pode ser realizado com recurso a elevador em dois terços dos edifícios.

Alguns dos **elevadores** têm problemas quanto às dimensões das cabines, tanto na largura como na profundidade. No conjunto de todos os edifícios analisados foi possível encontrar, em alternativa ao elevador, uma **plataforma de escada**. No entanto esta solução não permitia o seu uso de forma autónoma pelo utilizador nem tinha junto ao equipamento um botão que solicitasse a presença de um funcionário.

A verificação das condições de acessibilidade nos edifícios dos serviços municipais também analisou as instalações sanitárias para os visitantes. Dos resultados obtidos conclui-se que das onze I.S. identificadas, seis permitem o acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Mas as condições destas I.S. nem sempre respeitam os requisitos previstos nas normas. (em metade das I.S: não há espaço necessário para a rotação).

12.3. Conclusão

Em conclusão poderá dizer-se que o inquérito às condições de acessibilidade revela que o maior problema se concentra na entrada dos edifícios, por existência de desnível entre o passeio e o piso da entrada.

Em todas as outras situações poderá ser possível que com pouca intervenção ter os serviços municipais acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada.

Se em certos casos essa possibilidade se concretiza com pequenas intervenções recorrendo a obra outras há que mudando o funcionamento ou gestão dos espaços se poderão melhorar as condições de acessibilidade.

13. Castelo de São Jorge

O Castelo de S. Jorge é sem dúvida um dos monumentos mais emblemáticos a nível nacional, sendo um verdadeiro ex-libris da cidade de Lisboa.

Desde a sua construção muitas foram as alterações que se registaram quer na sequência de acidentes naturais como, por exemplo, o terramoto de 1755, quer decorrentes de adaptação a novos usos sendo a realidade hoje existente o resultado dessa evolução ao longo dos séculos.

Destacam-se dois momentos chave para a compreensão da dimensão das alterações registadas até aos nossos dias. O primeiro, no Século XVIII, quando do terramoto de 1755 em que *"as muralhas, o castelo, o antigo Paço Real, bem como a maior parte dos palácios, ermidas, igreja e outras construções existentes ficaram em ruínas."* Na sequência deste acontecimento, *"sobre os escombros dos antigos edifícios, foram lentamente construídos outros que esconderam as ruínas dos anteriores. Só a igreja de Santa Cruz foi reconstruída".*

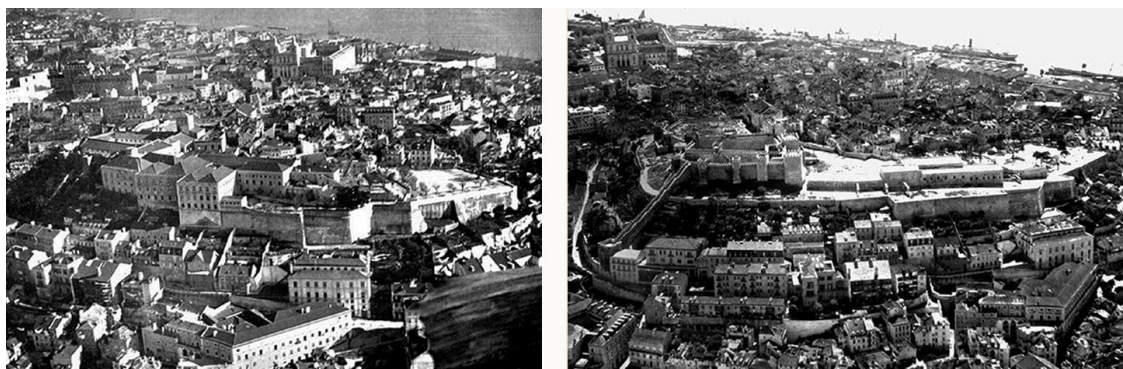


Fotografia 48 - Castelo de São Jorge antes da intervenção da DGMN

Até às *"primeiras décadas do século XX foram-se adaptando os espaços ao sabor das necessidades da vida militar, tanto nos edifícios do antigo Paço Real como noutros que foram surgindo no Castelo de S. Jorge e que paulatinamente foram escondendo os vestígios das edificações palatinas antigas".*

O castelo e parte dos vestígios do antigo Paço Real da Alcáçova foram redescobertos já no século XX, após as demolições das construções pós-terramoto que os encobriam. Efectivamente, tendo em vista a comemoração centenária da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, é nos finais dos anos 30 que se *"constrói"* aquela que é a imagem que conhecemos hoje do Castelo e do perfil da colina que marca a cidade de Lisboa. *"As intervenções de 1938-40 promovidas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, conferiram-*

lhe a imponentia actual, resgatada no meio das demolições então levadas a cabo, atestando materialmente aqui e ali fragmentos das construções do passado documentadas amiúde nas fontes escritas.”



Fotografia 49 - Castelo de São Jorge antes e depois da intervenção da DGMN

13.1. Importante pólo turístico

O Castelo de S. Jorge é o monumento nacional que tem maior número de visitas tendo ultrapassado 1 milhão de visitantes anuais no ano de 2011, tendo tido uma frequência média diária de 2.716 visitantes. Destes, 90% são estrangeiros.

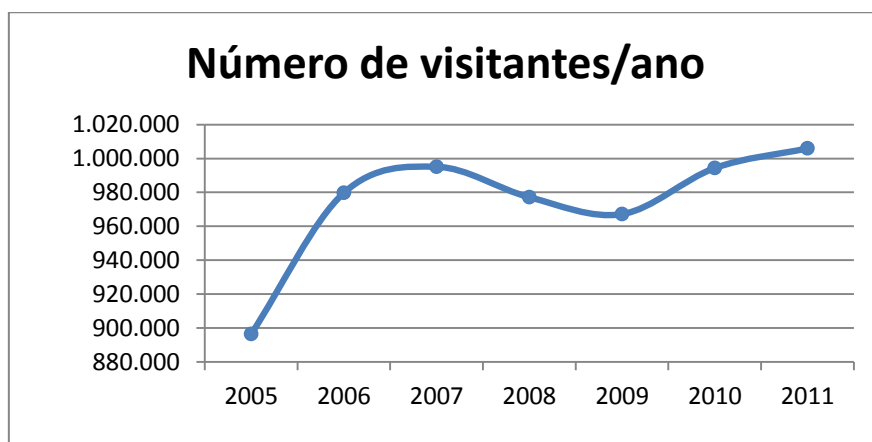


Gráfico 3 - - Número de visitantes

O Castelo é de facto um dos monumentos existentes em Lisboa que mais atrai turistas estrangeiros. Estima-se que 43% dos turistas que visitam Lisboa se deslocam ao Castelo⁵⁰, sendo também de destacar o facto de a zona Alfama/Castelo /Mouraria ser o destino de 58,3% dos passageiros internacionais de cruzeiro⁵¹.

⁵⁰ Idem

⁵¹ Inquérito a Passageiros Internacionais de Cruzeiro – 2011 – Observatório de Turismo de Lisboa – Administração do Porto de Lisboa

13.2. O acesso ao Castelo

Dada a sua função, o Castelo foi edificado no alto da colina de modo a dificultar o acesso e aumentar a capacidade de observação e defesa, o que nos tempos que correm levanta alguns problemas, especialmente para alguns sectores da população com mobilidade condicionada, nomeadamente as pessoas mais velhas e que tenham alguma deficiência.

Como é evidente na figura XX, existe na envolvente um número muito reduzido de arruamentos com uma inclinação abaixo dos 6%. O declive médio dos troços é de 10.7%, numa rede que perfaz 22158.9 metros. Dos 605 troços, 365 apresentam inclinação até 9%, 59 apresentam inclinações entre 20 e 29% e 14 apresentam inclinações superiores a 40%.⁵²



Ilustração 1 - Planta de declives na área envolvente ao Castelo de S. Jorge

Uma intervenção que melhore a acessibilidade nos percursos de acesso ao Castelo será não só uma importante mais-valia para a frequência do Castelo mas também um contributo fundamental para a melhoria da qualidade de vida e mobilidade dos moradores da Freguesia do Castelo e das freguesias envolventes.

É de recordar que estas freguesias apresentam um acentuado envelhecimento populacional. Na Freguesia do Castelo 29% dos moradores têm 65 anos ou mais e no conjunto das três freguesias envolvente essa percentagem é 25%. Este envelhecimento reflete-se, como não podia deixar de ser, ao nível da mobilidade, registando-se uma elevada percentagem de pessoas que têm muita dificuldade ou não conseguem andar ou subir escadas. De acordo com o censo de 2011 a percentagem de pessoas com essa dificuldade é de 19% na Freguesia do Castelo e de 14% em média nas freguesias envolventes, situação que contrasta com a percentagem de 9,7% registada ao nível da totalidade da cidade.

⁵² Estudo realizado pela Equipa do Plano (Geógrafo Pedro Morais)

Para facilitar estes acessos foi apresentado pela CML o Plano Geral de Acessibilidades Suaves e Assistidas à Colina do Castelo que, como foi na altura afirmado pelo Sr. Vice Presidente da CML, Arq. Manuel Salgado, *"irá modificar radicalmente os acessos à Colina do Castelo através da criação de quatro percursos assistidos por meios mecânicos, sejam elevadores, escadas rolantes ou outros"*.

Para além do projecto municipal de ligação da Rua dos Fanqueiros (no cruzamento com a Rua da Vitória) à Rua Costa do Castelo, o Plano apresentado define quatro percursos principais (Mouraria, Sé, Alfama e Graça). O primeiro percurso ligará o Martim Moniz ao Castelo, o segundo parte de Alfama/Portas do Sol/Colina do Castelo, o terceiro serve quem sai do Campo das Cebolas, passa pela Sé e sobe até ao Castelo e o quarto prolonga este caminho até ao Largo da Graça.

Será então possível para a maioria das pessoas com mobilidade condicionada o acesso ao Castelo em condições de conforto e segurança havendo, no entanto, para os utilizadores de cadeira de rodas algumas descontinuidades nos troços em que o acesso é feito através de escadas rolantes, devendo, em nossa opinião, ser consideradas soluções alternativas.



Ilustração 2

Fotografia 50

13.3. A acessibilidade e mobilidade no Castelo

A aplicação prática das normas de acessibilidade, sobretudo num contexto de adaptação de uma edificação existente classificada como monumento nacional, levanta uma série de desafios de ordem prática e teórica, tendo sido efectuada uma candidatura ao Programa RAMPA/POPH/QREN para desenvolver os estudos necessários à promoção da melhoria da acessibilidade no interior do Castelo de S. Jorge.

No âmbito do **Plano Individual de Promoção da Acessibilidade no Castelo de São Jorge**, para além do previsto projecto de acessibilidade física, foi ainda

executado um **Estudo Temático sobre Análise e Propostas de Melhoria do Acesso a Conteúdos no Castelo de S. Jorge.**

Tendo em vista a realização do projecto de acessibilidade, realizou-se um Workshop de 2 dias, orientado por Brenda Puech, especialista internacional na área da acessibilidade ao património edificado, em que participaram técnicos da Câmara Municipal de Lisboa (CML), Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação cultural (EGEAC), Direcção Regional do Património Cultural (DRPC), Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTe) e Include You.

No âmbito deste workshop, promoveu-se uma visita ao Castelo em que foi possível complementar o diagnóstico que já tinha sido iniciado pelos técnicos do Núcleo de Acessibilidade responsáveis pelo projecto.

13.4. Auditoria de Acesso Castelo de São Jorge

A elaboração do levantamento das condições de acessibilidade no Castelo de São Jorge teve por base a análise da cartografia existente e diversas visitas ao local.

Estabeleceram-se à partida os limites desta análise, tendo-se definido que seria dada especial atenção à acessibilidade física no recinto do castelo - espaço exterior e acessos aos edifícios existentes - não aprofundando nesta fase outras questões, também importantes, como o acesso a conteúdos, sinalética e wayfinding, etc.

Logo nas primeiras visitas foi evidente para a equipa que poderia haver um imenso ganho em termos da acessibilidade e conforto na visita ao Castelo, se houvesse uma intervenção ao nível da melhoria dos pavimentos e da correcção de alguns pontos de descontinuidade que se prendem com a excessiva inclinação nos percursos, tornando-os impraticáveis por ex. por utilizadores de cadeira de rodas manuais. Ao aprofundar-se o conhecimento do espaço, nomeadamente quando da visita acompanhada pela perita do Reino Unido, Brenda Puech, outras áreas de intervenção foram identificadas, designadamente ao nível da segurança e do conforto.

13.5. Acesso ao Castelo

Dada a localização, o acesso ao castelo, quer através de transporte privado quer público é difícil. O estado de conservação dos pavimentos e os materiais de revestimento, a dimensão dos passeios e as fortes inclinações do terreno são os maiores obstáculos à acessibilidade.



Fotografia 51

O percurso entre a rua Chão da Feira e a entrada no recinto tem uma forte inclinação que varia entre os 9% e os 16% sendo por isso impraticável para utentes de cadeira de rodas manual de uma forma autónoma.



Fotografia 52

13.6. Pavimentos no interior do recinto

Os materiais de revestimento dado a sua configuração e forma de assentamento levam a que a superfície da maioria dos pavimentos seja muito irregular provocando muito desconforto à maioria dos visitantes, chegando mesmo a impedir a progressão de uma cadeira de rodas em muitas situações.



Fotografia 53

Estes pavimentos não cumprem o disposto nas normas técnicas de acessibilidade anexas ao Dec. Lei 163/06, em que se estabelece que os pavimentos deverão garantir uma superfície estável, durável, firme e contínua, especificando que a continuidade só está garantida quando as juntas, caso existam, têm uma profundidade inferior a 5mm, o que não se verifica na maioria dos pavimentos em análise.



Fotografia 54



Ilustração 3 - Planta de pavimentos

13.7. Circulação vertical – Correção de declives demasiado acentuados

Detectaram-se diversas situações, quer em algumas das rampas existentes, quer na inclinação natural dos percursos, em que os declives são demasiado acentuados para permitir uma utilização por pessoas com mobilidade condicionada, especialmente aqueles que utilizam cadeiras de rodas manuais.



Fotografia 55

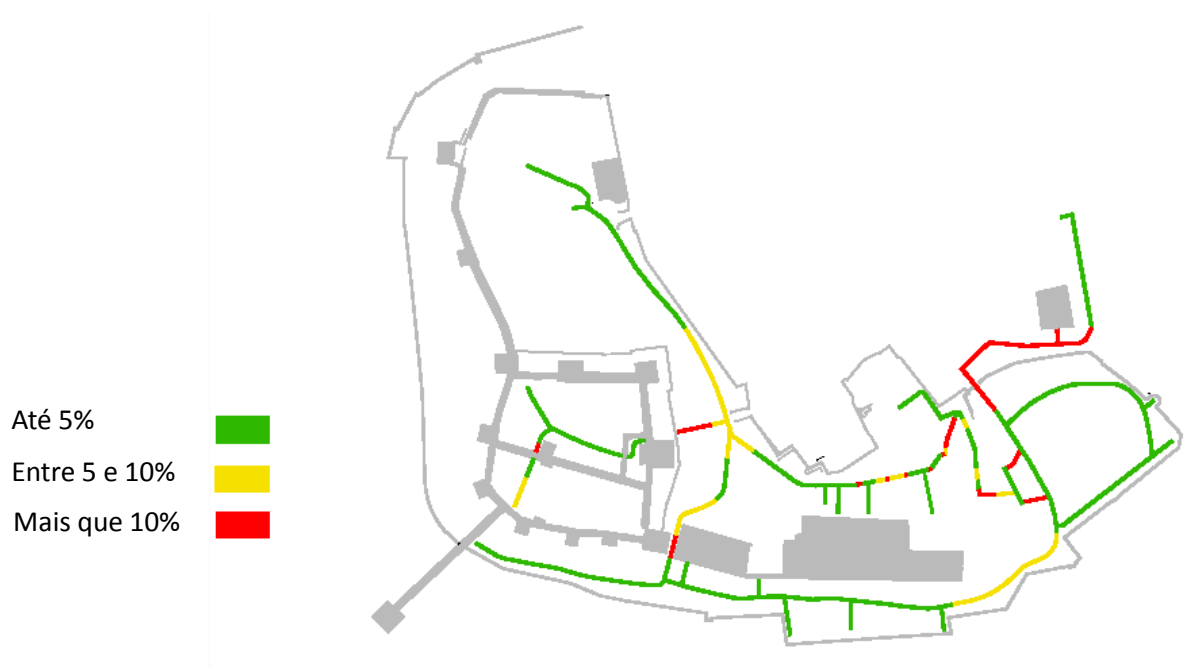
Uma das transições de cota mais acentuada é a ligação entre a plataforma da Praça de Armas e a zona do núcleo museológico em que o percurso chega a ter inclinações na ordem dos 23%

Mesmo algumas rampas construídas com a intenção de tornar os percursos acessíveis encontram-se agora fora dos limites legais estabelecidos, como é o caso dos rampeamentos existentes na plataforma das entradas do Núcleo Museológico e do Café. A inclinação destes rampeamentos está entre os 11,3% e os 23,4%, muito longe do máximo estabelecido por lei de 8%.



Fotografia 56

Ilustração 4 - Planta de declives



13.8. Segurança

Existem diversas escadas e muros de transição entre patamares com grandes desníveis que não têm corrimãos ou guardas o que constitui um factor de perigo e insegurança na sua utilização que deverá evitar-se. Para além da inexistência destas protecções também se constatou a existência de uma grande diversidade de soluções formais o que causa alguma perturbação visual, bem como a existência de guardas e corrimãos que não asseguram a sua função dada a altura a que estão instalados



Fotografia 58



Fotografia 57

13.9. Obstáculos diversos

São muitos os elementos existentes no recinto do castelo que não têm qualquer função actualmente. Pilaretes, frades, correntes, pedras que, por ex., balizavam percursos que noutros tempos eram permitidos ao tráfego automóvel, continuam a existir sem haver nenhuma razão para tal. Estes elementos são obstáculos e um factor de perigosidade desnecessário visto já não estarem a cumprir a sua função inicial, especialmente para as pessoas cegas ou com baixa visão.



Fotografias 59 e 60

13.10. Conforto

Constatou-se a insuficiência de zonas de permanência e descanso providas de bancos. Muitas soluções passam por paralelepípedos de pedra que não têm as características necessárias para uma utilização confortável. A inexistência de braços e costas torna esses “bancos” completamente inadequados para pessoas que tenham algumas dificuldades motoras, nomeadamente as pessoas mais velhas, que necessitam do apoio nos braços para se sentar e levantar.



Fotografia 61

Também se afigura como possível ser insuficiente o número de instalações sanitárias existentes, especialmente nos dias de maior frequência. No entanto, só será possível avaliar esta situação em concreto havendo contagem de utilizadores em diversas ocasiões, visto a utilização das Instalações Sanitárias estar, como é evidente, decorrente do tempo que as pessoas demoram na visita ou participação em actividades no Castelo

13.11. Orientação/ Sinalética

Em algumas situações em que existe risco de queda deveria alertar-se para essa situação, tal como se verifica no arranque das escadas existentes no interior do Castelejo.

A informação existente tem por vezes uma legibilidade deficiente que decorre do tipo de material de suporte e/ou inexistência de manutenção adequada.



Fotografia 63



Fotografia 62

13.12. O futuro poderá ser assim...



Fotografia 65 - Situação actual



Fotografia 64 - Introdução de novos pavimentos

PARTE III – AÇÃO

14. Orientações Estratégicas

O Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa assenta em cinco ***princípios orientadores***, que no seu conjunto permitem conferir ao esforço municipal maior eficácia (obter resultados) e eficiência (rentabilizar de recursos).

Os princípios aplicam-se a todas as áreas operacionais, com as adaptações que forem pontualmente necessárias.

Assim, para melhor promover a Acessibilidade nos Equipamentos Municipais, a CML deve:

I. Assumir um compromisso

Para conseguir mudar e mobilizar uma organização é indispensável um compromisso inequívoco dos responsáveis de topo. Esse compromisso deve ter efeitos concretos na qualidade das intervenções (a CML deve dar o exemplo), na visibilidade das ações e na afetação de meios humanos e financeiros à sua execução.

II. Definir Prioridades

Não há recursos humanos e financeiros suficientes para resolver todos os problemas no prazo que a Lei estabelece (até 2017). Para concentrar o impacto do esforço municipal é preciso definir um conjunto prioritário de alvos, problemas e ações.

III. Fazer através dos Serviços

A CML já dispõe do recurso mais importante: os seus serviços e funcionários. É preciso virar esta “*máquina*” contra as barreiras, integrando as ações do Plano na atividade corrente, responsabilizando os serviços, e apoiando-os com uma Equipa que coordene, dinamize, forneça apoio técnico especializado e remova “*grãos de areia da engrenagem*”.

IV. Capacitar os Intervenientes

Informar, sensibilizar, formar e equipar com ferramentas (diagnósticos, fichas técnicas, SIG, etc.) os vários intervenientes (políticos, técnicos, cívicos) cuja ação pode beneficiar (ou prejudicar) a Acessibilidade. Apoiar Juntas de Freguesia e UIT no exercício das suas competências. Estimular o envolvimento da investigação universitária e do empreendedorismo.

V. Não desperdiçar oportunidades

Todos os dias fazem-se planos, projetos e obras (pequenas e grandes, de remodelação ou conservação) que podem eliminar barreiras. É preciso preparar soluções que possam ser integradas nesses trabalhos. E aproveitar os projetos piloto como oportunidade de aprendizagem e demonstração.

15. Ações

EM 01

Programa de Promoção da Acessibilidade nos Equipamentos Culturais

(Programa de Obras de Adaptação)

Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de equipamentos culturais da CML. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), importância na rede municipal, procura geral ou situações específicas, facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.

EM 02

Acessibilidade a Conteúdos Expositivos e Museológicos

(Investigação)

Realizar um Estudo que enquadre a temática e, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, forneça recomendações e orientações concretas sobre a gestão e adaptação às necessidades de todos os públicos de espaços museológicos, centrado no acesso aos conteúdos expositivos. Deve proceder à auscultação de profissionais com experiência ou conhecimentos científicos e à observação e avaliação crítica de espaços museológicos municipais. Deve ser redigido de forma a poder ser publicado e facilmente consultado pelos técnicos encarregues da conceção e gestão de espaços museológicos.

EM 03

Promoção da Acessibilidade no Património Histórico Edificado

(Investigação)

Realizar um Estudo que, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, articule o conceito e o enquadramento legal da Acessibilidade com as disposições de proteção do Património Histórico Edificado. Deve abordar questões críticas para a acessibilidade em monumentos nacionais abertos ao público e expor princípios e metodologias de intervenção.

EM 04

Programa de Promoção da Acessibilidade nos Mercados Municipais

(Programa de Obras de Adaptação)

Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de mercados municipais. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), importância na rede municipal, procura geral ou situações específicas, facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.

EM 05**Programa de Promoção da Acessibilidade nos Equipamentos Desportivos**

(Programa de Obras de Adaptação)

Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de equipamentos desportivos da CML. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), importância na rede municipal, procura geral ou situações específicas, facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.

EM 06**Programa de Promoção da Acessibilidade nos Parques Urbanos e Jardins**

(Programa de Obras de Adaptação)

Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de parques urbanos e jardins da CML. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), importância na rede municipal, procura geral ou situações específicas, facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.

EM 07**Programa de Promoção da Acessibilidade nos Cemitérios**

(Programa de Obras de Adaptação)

Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de cemitérios. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), importância na rede municipal, procura geral ou situações específicas, facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.

EM 08**Programa de Promoção da Acessibilidade nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo**

(Programa de Obras de Adaptação)

Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de escolas básicas do 1.º ciclo da CML. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), importância na rede municipal, procura geral ou situações específicas, facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.

EM 09

Modelo de Instalação Sanitária Acessível para Escolas Básicas 1.º Ciclo

(Ferramenta de Trabalho)

Realizar um Estudo que enquadre a temática e, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, forneça recomendações e orientações claras, fundamentadas, coerentes e práticas para o diagnóstico, criação ou adaptação deste tipo de I.S. acessíveis. Deve consubstanciar-se num documento escrito, com as imagens, ilustrações, desenhos técnicos e tabelas ou listas de verificação necessárias à sua boa compreensão e aplicação. Deve proceder à auscultação de profissionais com experiência ou conhecimentos científicos e à observação e avaliação crítica de situações reais. Deve ser redigido de forma a poder ser publicado e facilmente consultado pelos técnicos encarregues da conceção e gestão de edifícios escolares, e por outros membros da comunidade escolar.

EM 10

Equipamentos de Jogo e Recreio de Escolas Básicas do 1.º Ciclo

(Investigação)

Realizar um Estudo que enquadre a temática e, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, forneça recomendações e orientações concretas para a promoção da igualdade de oportunidade de uso destes equipamentos pelos alunos com deficiência ou mobilidade condicionada. Deve consubstanciar-se num documento escrito, com as imagens, ilustrações, desenhos técnicos e tabelas ou listas de verificação necessárias à sua boa compreensão e aplicação. Deve proceder à auscultação de profissionais com experiência ou conhecimentos científicos e à observação e avaliação crítica de situações reais. Deve ser redigido de forma a poder ser publicado e facilmente consultado pelos técnicos encarregues da conceção e gestão de edifícios escolares, e por outros membros da comunidade escolar.

EM 11

Programa de Promoção da Acessibilidade nos Edifícios de Serviços Municipais

(Programa de Obras de Adaptação)

Programar e executar a eliminação progressiva de barreiras na rede de edifícios de serviços municipais. Definir prioridades e oportunidades de intervenção com base na disponibilidade de informação (sobre barreiras e soluções), volume de atendimento ao público, importância na rede municipal, situações específicas (por ex., funcionários com mobilidade condicionada), facilidade dos trabalhos e ou outros critérios. Onde necessário identificar e formalizar as situações de exceção e definir medidas de compensação ou mitigação.

EM 12

Projeto Base de Promoção da Acessibilidade no Castelo de São Jorge

(Projeto Piloto de Obra de Adaptação)

Realizar um diagnóstico das condições de acessibilidade no Castelo e propor e desenvolver soluções que, sendo viáveis e compatíveis com os valores patrimoniais, permitam melhorias substanciais em matéria de segurança, pavimentos, circulação vertical, conforto, obstáculos

diversos e, de uma forma geral, igualdade de oportunidades. A proposta deve estimar custos, servir de base à apreciação e discussão dos problemas e soluções com as entidades competentes para a salvaguarda do Património Histórico Edificado, e apoiar a busca ativa de financiamento externo.

EM 13

Projeto de Execução para Promoção da Acessibilidade no Castelo de São Jorge (Projeto Piloto de Obra de Adaptação)

Na sequência dos resultados obtidos com a ação EM 12, desenvolver (se necessário, mediante aquisição externa de serviços especializados) um projeto de execução para realização das obras que, sendo necessárias para a segurança e igualdade de oportunidades dos visitantes, sejam compatíveis com os valores patrimoniais. Deve o projeto de execução ser precedido de um levantamento das infraestruturas existentes no Castelo (redes de água, rega, gás, eletricidade, drenagem e esgotos; infraestruturas telefónicas e de telecomunicações; segurança contra incêndio/Intrusão/CCTV e deteção; sistemas de AVAC) que permita aproveitar a intervenção como oportunidade de qualificação do equipamento, e assim minimizar o número de intervenções futuras no monumento.

EM 14

Propor Afetação de Verbas do Casino à Adaptação do Castelo de São Jorge (Articulação com Entidades Externas)

Tendo em conta a importância do Castelo como recurso cultural e turístico, propor que o mecanismo de afetação de verbas do Casino financie a realização das intervenções de promoção da acessibilidade que venham a ser identificadas como necessárias, viáveis e compatíveis (com os valores patrimoniais) através das ações EM 12, EM 13, EM 15 e EM 16.

EM 15

Melhoria do Acesso a Conteúdos no Castelo de São Jorge (Investigação)

Realizar um Estudo que enquadre a temática e, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, forneça recomendações e orientações claras, fundamentadas, coerentes e práticas para a promoção e qualificação do acesso a conteúdos expositivos existentes no Castelo de São Jorge e fruição deste Património em termos globais, através da qualificação das oportunidades de interação existentes e ou da identificação de potenciais oportunidades por explorar, considerando as necessidades das pessoas com deficiência motora, visual, auditiva e intelectual. Deve consubstanciar-se num documento escrito, com as imagens, ilustrações, desenhos técnicos e tabelas ou listas de verificação necessárias à sua boa compreensão e aplicação. Deve proceder à auscultação da entidade gestora do Castelo de S. Jorge e de profissionais que tenham experiência prática ou conhecimentos científicos relevantes neste domínio, bem como à observação e avaliação crítica dos espaços, serviços e conteúdos expositivos existentes. Deve ser redigido de forma a poder ser publicado e facilmente consultado pelos técnicos ligados à gestão e qualificação do Castelo de São Jorge.

EM 16**Procedimentos de Apoio a Visitantes com Mobilidade Condicionada no Castelo**

(Investigação)

Realizar um Estudo que enquadre a temática e, com base numa revisão de boas práticas e no estado da arte, forneça recomendações e orientações claras, fundamentadas, coerentes e práticas que apoiem a definição de estratégias e procedimentos de atendimento e apoio às pessoas com mobilidade condicionada que visitarem o Castelo de São Jorge, no sentido de promover a igualdade de oportunidades de fruição plena da experiência da visita, e prevenindo a discriminação de pessoas com deficiência motora, visual, auditiva e intelectual. Deve consubstanciar-se num documento escrito, com as imagens, ilustrações, desenhos técnicos e tabelas ou listas de verificação necessárias à sua boa compreensão e aplicação. Deve proceder à auscultação da entidade gestora do Castelo de S. Jorge e de profissionais que tenham experiência prática ou conhecimentos científicos relevantes neste domínio, bem como à observação e avaliação crítica de situações reais.

ANEXOS

Anexo A – Indicadores de Execução

Indicadores de Execução à data da Proposta Global – EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

Cód.	Título	A	0	1	2	3	4
EM 01	Programa de Promoção da Acessibilidade nos Equipamentos Culturais						
EM 02	Acessibilidade a Conteúdos Expositivos e Museológicos						
EM 03	Promoção da Acessibilidade no Património Histórico Edificado						
EM 04	Programa de Promoção da Acessibilidade nos Mercados Municipais						
EM 05	Programa de Promoção da Acessibilidade nos Equipamentos Desportivos						
EM 06	Programa de Promoção da Acessibilidade nos Parques Urbanos e Jardins						
EM 07	Programa de Promoção da Acessibilidade nos Cemitérios						
EM 08	Programa de Promoção da Acessibilidade nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo						
EM 09	Modelo de Instalação Sanitária Acessível para Escolas Básicas 1.º Ciclo						
EM 10	Equipamentos de Jogo e Recreio de Escolas Básicas do 1.º Ciclo						
EM 11	Programa de Promoção da Acessibilidade nos Edifícios de Serviços Municipais						
EM 12	Projeto Base de Promoção da Acessibilidade no Castelo de São Jorge						
EM 13	Projeto de Execução para Promoção da Acessibilidade no Castelo de São Jorge						
EM 14	Propor Afetação de Verbas do Casino à Adaptação do Castelo de São Jorge						
EM 15	Melhoria do Acesso a Conteúdos no Castelo de São Jorge						
EM 16	Procedimentos de Apoio a Visitantes com Mobilidade Condicionada no Castelo						

(A) Abandonada, (0) Por iniciar, (1) Atribuída, (2) Iniciada, (3) Em curso, (4) Finalizada

Anexo B –Indicadores de Produção, Impacto e Contexto

	<i>Produção</i>	<i>Impacto</i>	<i>Contexto</i>
Cultura – Evolução dos dados do Inquérito Global			
Cultura – Eliminação Desconformidades (base Análise)			
Mercados – Evolução dos dados do Inquérito Global			
Mercados – Eliminação Desconformidades (base Análise)			
Desporto – Evolução dos dados do Inquérito Global			
Desporto – Eliminação Desconformidades (base Análise)			
Parques e Jardins – Evolução dos dados Inquérito Global			
Parques e Jardins – Elimin. Desconformidades (Análise)			
Cemitérios – Evolução dos dados do Inquérito Global			
Cemitérios – Eliminação Desconformidades (base Análise)			
Educação – Evolução dos dados do Inquérito Global			
Educação – Eliminação Desconformidades (base Análise)			
Serviços Municipais – Evolução dos dados Inquérito Global			
Castelo – Satisfação dos Visitantes Idosos (Inquérito)			

Anexo C – Tipologias de Ações do Plano

Nota: na caracterização de cada ação indica-se apenas um tipo. Caso a ação possa abranger mais de um tipo, deve indicar-se, apenas, o tipo principal.

Programa de Obras de Adaptação

Preparar e executar uma série de obras de adaptação num conjunto de alvos semelhantes (por ex., escolas básicas, passadeiras, paragens de autocarro, etc.). A preparação implica um conjunto articulado de tarefas (seleção e ordenamento dos alvos, diagnóstico de necessidades, elaboração de projeto, obra). As obras podem variar em dimensão, dificuldade e custo entre os diferentes alvos. Os alvos podem ser selecionados e ordenados com base numa lista fixa (por ex., equipamentos indicados pelo serviço que os tutela) ou com base num conjunto de critérios de prioridade (se o número de alvos for elevado, por ex., passadeiras).

Projeto Piloto de Obra de Adaptação

Preparar e executar uma obra de adaptação num alvo único (por ex., uma rua específica). A intervenção piloto não esgota as obrigações da CML (i.e., serão necessárias mais intervenções semelhantes), mas será útil pelo seu caráter exemplar (para que outros possam replicar) ou experimental (permitirá conceber e afinar soluções), ou pela importância do alvo.

Regulamentação Municipal

Intervir ao nível da regulamentação municipal, propondo a criação de disposições novas ou a alteração de disposições existentes. Elaborar a proposta implica, também, prestar o apoio técnico necessário à sua discussão, em sede de reunião de Câmara Municipal, de Assembleia Municipal, e de consulta pública (caso esta venha a ocorrer). Deve notar-se que a criação ou alteração de regulamentação municipal está sujeita a tramitação específica, e que a elaboração de uma proposta não garante a sua aprovação.

Ferramenta de Trabalho

Elaborar uma ferramenta que apoie o trabalho no domínio da acessibilidade pedonal. Pode consistir, por ex., num sistema de informação (por ex., ferramenta SIG), num manual ou ficha técnica sobre temas específicos (por ex., modelo de passadeira), numa lista de verificação (por ex., guião para vistorias). O desenvolvimento da ferramenta pode implicar um trabalho prévio de investigação aplicada (por ex., revisão de boas práticas), e um trabalho posterior de aperfeiçoamento (que produza sucessivas versões melhoradas).

Procedimentos

Intervir ao nível dos processos de trabalho. Pode consistir na alteração de procedimentos já estabelecidos ou na criação de novos procedimentos específicos. Pode incidir, por ex., sobre a forma como, em matérias relevantes para a acessibilidade, se leva a cabo o atendimento de munícipes, a instrução de processos, a análise de solicitações, a priorização de intervenções, a articulação entre serviços (interna), o desenvolvimento de projetos, a condução de vistorias ou fiscalizações, etc. Pode ser concretizada, por ex., através de normas internas, manuais de procedimentos, formulários, grupos de trabalho.

Investigação

Desenvolver investigação aplicada sobre questões muito específicas. Tem por objetivo obter dados ou recomendações que sejam indispensáveis para a CML poder tomar decisões fundamentais. Pode consistir, por ex., em processos de auscultação (por ex., inquéritos, *focus groups*), revisão de literatura ou de boas práticas, elaboração de pareceres jurídicos, testes comparativos de materiais, construção e alimentação de indicadores, etc.

Formação

Ministrar formação a funcionários da CML ou de empresas municipais. Uma vez que vai existir um Programa Integrado de Formação em Acessibilidade, importa especificar quais são as matérias essenciais a transmitir e qual o público-alvo.

Informação e Sensibilização Públicas

Disponibilizar ao público informação relevante sobre Acessibilidade, ou sensibilizá-lo para questões específicas neste domínio. Pode envolver a produção e realização de materiais impressos (por ex., folhetos, cartazes), de conteúdos para a Internet, de sessões públicas abertas ou de sessões direcionadas para públicos-alvo específicos ou, mais genericamente, de campanhas que envolvam um ou mais destes meios.

Articulação com Entidades Externas

Nos casos em que há outras entidades com competências relevantes para lidar com determinada questão. Pode envolver, por ex., a cooperação em projetos comuns (por ex., grupos de trabalho), ou a criação de instâncias para partilha de informação ou concertação (por ex., comissões de acompanhamento). Num sentido mais limitado no tempo e na interação, pode consistir no desenvolvimento de contactos ou de propostas que conduzam à mudança no plano das leis ou das estratégias sectoriais.

Outro

Nesta categoria cabem as ações que, pelas suas características, não são devidamente enquadradas por nenhum dos tipos indicados acima. Deve ser explicitado se a concretização da ação envolverá despesas correntes (recursos humanos da CML, aquisição externa de serviços) ou, também, despesas de capital (obra ou equipamento).

Anexo D – Questionários do Inquérito Global

Instruções Gerais

PLANO DE ACESSIBILIDADE PEDONAL DE LISBOA



CAMARA
MUNICIPAL
DE LISBOA



INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

INSTRUÇÕES GERAIS DE PREENCHIMENTO DOS QUESTIONÁRIOS

1. Os Equipamentos Municipais têm um papel fundamental na vida da cidade. Para tornar Lisboa uma Cidade para Todas as Pessoas, o Plano de Acessibilidade está a realizar um diagnóstico das condições de acessibilidade nos equipamentos municipais, com base no qual se possam depois definir estratégias e programar intervenções.
2. O objectivo deste inquérito é recolher dados que permitam obter um retrato global das condições existentes no conjunto dos equipamentos municipais. Importa obter informações rigorosas. Nesse sentido, **é essencial que o preenchimento deste questionário seja efectuado no local.**
3. A rede de equipamentos municipais é composta por um conjunto muito diversificado de edifícios.
4. De forma a facilitar o seu trabalho no terreno, e a obter dados rigorosos, úteis e comparáveis, o questionário a aplicar a cada equipamento será composto por uma ou duas partes:
 - a) o **questionário geral** mais adequado à configuração do equipamento;
 - b) o **anexo específico** para o tipo de equipamento (caso exista).
5. Para melhor aproveitar a sua deslocação ao local e evitar perdas de tempo ou informação é importante que prepare (antes da visita) os questionários a aplicar a cada equipamento (escolhendo modelo e anexo, tirando cópias, etc.).
6. Deve preencher **um questionário por equipamento**. Certifique-se de que respondeu a todas as perguntas antes de abandonar o local, para evitar a duplicação de visitas.
7. Se houver questões que não sejam aplicáveis ao equipamento em causa, ou para as quais não encontre resposta de entre as opções indicadas, anote porquê.

Muito obrigado pela sua colaboração, e bom trabalho.

DÚVIDAS?

Se tiver dúvidas no preenchimento deste inquérito, não hesite em contactar-nos directamente:

Telefones – 213 588 693 - 213 588 530 - 213 501 320

E-mail – nucleo.acessibilidade@cm-lisboa.pt

Questionário A

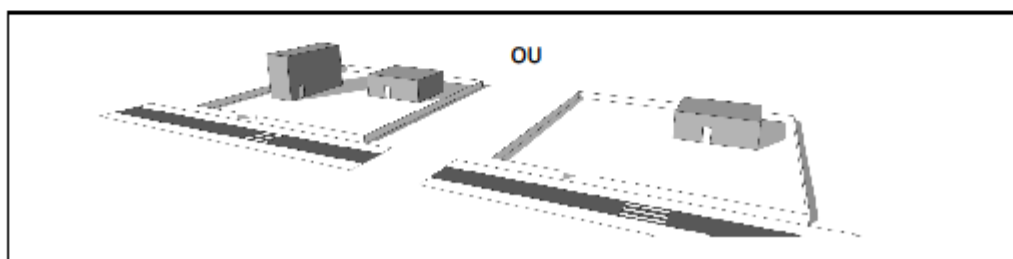
Um ou mais edifícios



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
PLANO DE ACESSIBILIDADE PEDONAL DE LISBOA

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Questionário Geral A



1. É essencial que o preenchimento deste questionário seja efectuado no **local**.
2. Deve preencher **um questionário por equipamento**. Certifique-se de que respondeu a **todas** as perguntas antes de abandonar o local, para evitar a duplicação de visitas.
3. Se houver questões que não sejam aplicáveis ao equipamento em causa, ou para as quais não encontre resposta de entre as opções indicadas, anote porquê.

Muito obrigado pela sua colaboração, e bom trabalho.

DÚVIDAS?

Se tiver dúvidas no preenchimento deste Inquérito, não hesite em contactar-nos directamente:

Telefones – 213 588 693 - 213 588 530 - 213 501 320

E-mail – nucleo.acessibilidade@cm-lisboa.pt

ID	Responsável pelo preenchimento <u>deste</u> questionário:	Telef. (directo): _____
	Nome: _____	E-mail: _____

Questionário B

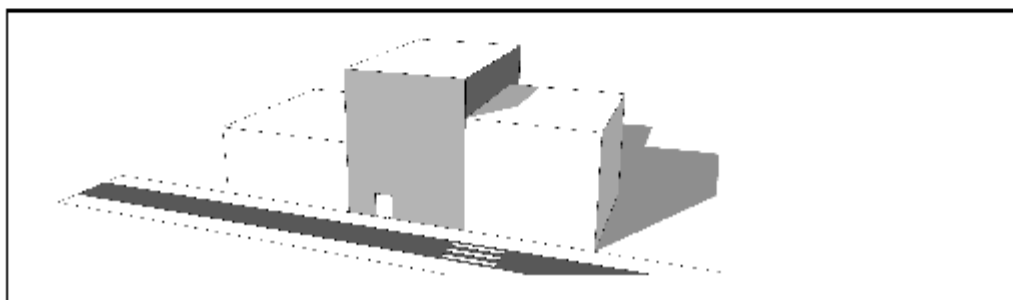
Edifício na totalidade



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
PLANO DE ACESSIBILIDADE PEDONAL DE LISBOA

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Questionário Geral B



1. É essencial que o preenchimento deste questionário seja efectuado **no local**.
2. Deve preencher **um questionário por equipamento**. Certifique-se de que respondeu a **todas** as perguntas antes de abandonar o local, para evitar a duplicação de visitas.
3. Se houver questões que não sejam aplicáveis ao equipamento em causa, ou para as quais não encontre resposta de entre as opções indicadas, anote porquê.

Muito obrigado pela sua colaboração, e bom trabalho.

DÚVIDAS?

Se tiver dúvidas no preenchimento deste inquérito, não hesite em contactar-nos directamente:

Telefones – 213 588 693 - 213 588 530 - 213 501 320

E-mail – nucleo.acessibilidade@cm-lisboa.pt

ID	Responsável pelo preenchimento <u>deste</u> questionário:	Telef. (directo): _____
	Nome: _____	E-mail: _____

Questionário C

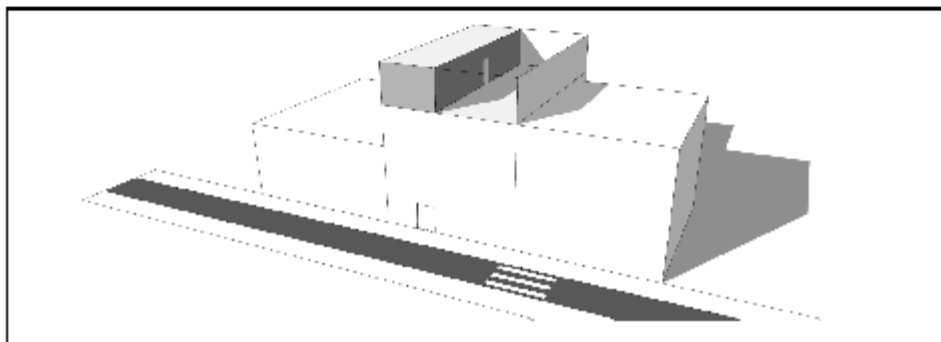
Parte de edifício



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
PLANO DE ACESSIBILIDADE PEDONAL DE LISBOA

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Questionário Geral C



1. É essencial que o preenchimento deste questionário seja efectuado **no local**.
2. Deve preencher **um questionário por equipamento**. Certifique-se de que respondeu a **todas** as perguntas antes de abandonar o local, para evitar a duplicação de visitas.
3. Se houver questões que não sejam aplicáveis ao equipamento em causa, ou para as quais não encontre resposta de entre as opções indicadas, anote porquê.

Muito obrigado pela sua colaboração, e bom trabalho.

DÚVIDAS?

Se tiver dúvidas no preenchimento deste inquérito, não hesite em contactar-nos directamente:

Telefones – 213 588 693 - 213 588 530 - 213 501 320

E-mail – nucleo.acessibilidade@cm-lisboa.pt

ID	Responsável pelo preenchimento <u>deste</u> questionário:	Telef. (directo): _____
	Nome: _____	E-mail: _____

Anexo I

Teatros

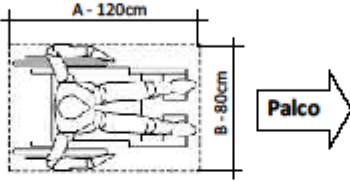


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
PLANO DE ACESSIBILIDADE PEDONAL DE LISBOA

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

ANEXO I – SALAS DE ESPECTÁCULO/TEATROS/AUDITÓRIOS

1. Auditório

1.1	Existem lugares reservados para espectadores em cadeira de rodas?	☐ Sim ☐ Não (<i>passar para 2</i>)
1.1.1	Quantos lugares reservados existem?	n.º _____
1.1.2	Qual a localização?	☐ Todos juntos ☐ Dispersos pela sala
1.1.3	Tem a orientação e dimensões mínimas indicadas na figura seguinte? 	☐ Sim (<i>passar para 2</i>) ☐ Não
1.1.4	Quais as dimensões dos lugares?	A _____ cm X B _____ cm

Anexo II

Museus



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
PLANO DE ACESSIBILIDADE PEDONAL DE LISBOA

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

ANEXO II – MUSEUS

1.1	Refira se encontrou, ao longo do percurso museológico que é proposto a todos os visitantes, alguma das seguintes situações: a) Ressaltos com mais de 2 cm de altura; b) Corredores com largura de passagem inferior a 1,20m; c) Portas com largura de passagem inferior a 77 cm;	☐ Sim ☐ Não (<i>Terminou o Inquérito</i>)
1.2	Existe algum percurso alternativo que possa ser percorrido em cadeira de rodas?	☐ Sim ☐ Não (<i>Terminou o Inquérito</i>)
1.2.1	Esse percurso permite a visita a todas as áreas de acesso público?	☐ Sim ☐ Não
1.2.2	O percurso alternativo pode ser feito de forma autónoma sem recorrer a nenhuma ajuda?	☐ Sim ☐ Não
1.2.3	Pode ser utilizado em qualquer altura durante o horário de funcionamento?	☐ Sim ☐ Não
1.2.4	É necessária marcação prévia para utilizar o percurso alternativo?	☐ Sim ☐ Não

Anexo III

Recintos Desportivos



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
PLANO DE ACESSIBILIDADE PEDONAL DE LISBOA

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

ANEXO III – RECINTOS DESPORTIVOS

1. Balneários

1.1	Existem alguns duches para utilização por pessoas com mobilidade condicionada e/ou utilizadores de cadeira de rodas?	☐ Sim ☐ Não (<i>passar para 2</i>)
1.2	É possível entrar na base de duche com cadeira de rodas (o ressalto entre a base de duche e o piso envolvente é inferior a 2cm)?	☐ Sim ☐ Não (<i>passar para 1.2.2</i>)
1.2.1	Existe pelo menos uma base de duche que tenha as dimensões previstas numa das imagens seguintes: $A \geq 0,80$ m $B \geq 1,50$ m Ou $C \geq 0,80$ m $D \geq 1,20$ m	☐ Sim ☐ Não (<i>passar para 1.2.2</i>)